

ALINE FERNANDA BUENO

**O CONECTOR *SUPONDO QUE* NO
PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) do Câmpus de Três Lagoas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Prof(a). Dr(a). **Taísa Peres de Oliveira**

**TRÊS LAGOAS – MS
DEZEMBRO/2015**

O CONECTOR *SUPONDO QUE* NO PORTUGUÊS

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

1º Examinador: Prof(a). Dr(a). Juliano Desiderato Antonio
(Universidade Estadual de Maringá - UEM)

2º examinador: Prof(a). Dr(a). Solange de Carvalho Fortilli
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

1º Suplente: Flavia Bezerra de Menezes Hirata Vale
(Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

2º Suplente: Vanessa Hagemeyer Burgo
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS)

Aos meus pais, presentes em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof(a). Dr(a). Taísa Peres de Oliveira, pelo apoio dado desde o início, quando eu ainda era aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFMS de Três Lagoas e, principalmente, pela confiança dada ao aceitar orientar-me. Agradeço às críticas, repreensões, e orientações dadas ao longo deste trabalho.

Aos meus pais, os quais eu amo imensamente, e dão a mim apoio, incentivo e segurança necessária para realizar meus sonhos.

Aos meus irmãos, meus exemplos de amizade, cumplicidade e companheirismo.

Ao meu namorado, que esteve ao meu lado durante todo este trabalho e soube respeitar os momentos que eu precisava ficar ausente. Por todo seu companheirismo e amor.

Às minhas gestoras que me liberaram para cursar o mestrado, dispensado-me quando necessário. Às minhas colegas de serviço, Juliana Hag Mussi Lima Fiorese e Miriam Lumiko Hoshiba, que me deram apoio quando eu precisava ausentar-me para frequentar eventos, aulas ou participar de reuniões do mestrado.

Aos colegas que fiz no Mestrado, em especial à Vanessa de Almeida Leite, que contribuíram para que o curso se tornasse não apenas um momento de conhecimento, mas também de alegria, de risadas, de sofrimentos em conjunto e de companheirismo.

A todos os colegas de profissão, àqueles que se encontram em sala de aula, desenvolvendo pesquisas ou àqueles que, por eventuais motivos, renunciaram a profissão.

RESUMO

BUENO, A. F. O **Conector *supondo que* no português**. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2015. (113 p.) Dissertação de Mestrado. (Orientação: OLIVEIRA, T. P.)

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar, sob a luz da teoria funcionalista, o uso de *supondo (que)* como conector. O trabalho está embasado em uma teoria funcionalista e considera a língua em sua dinamicidade, sujeita a mudanças. É nesse contexto que visamos comprovar que *supondo (que)* pode assumir uma função diferente da função de predicação prevista pelo verbo: a de conectivo condicional. Sabe-se que os conectores adverbiais comumente se desenvolvem a partir de verbos, advérbios e preposições, como demonstra a extensa literatura sobre gramaticalização de conjunções (Traugott, 1985; Thompson e Longrace, 1985; Lenker e Meurman-Solin, 2007). Hirata-Vale (2012) e Oliveira (2008; 2014) têm apontado o fato de que *supondo que* pode ser usado como conector adverbial de valor condicional. Propostas semelhantes à de Visconti (2004), que analisa o conector *supposing (that)* como conjunção condicional no inglês. Para testá-lo como conector, usamos como base os critérios definidores das conjunções adverbiais de Kortmann (1996): (i) os subordinadores adverbiais são formas que não se flexionam; (ii) os subordinadores adverbiais operam sobre uma oração subordinada finita; (iii) eles não cumprem uma função sintática; (iv) assumem uma posição não flexível na margem da cláusula sobre a qual eles operam e (v) não pertencem a um registro da língua; e os parâmetros de condicionalidade definidos por Dancygier (1998): (i) formas verbais utilizadas e a não-factuality marcada por elas; (ii) postura epistêmica na oração condicional; (iii) causalidade entre *p* e *q*; (iv) sequencialidade entre a prótase e a pódose; (v) não assertividade do conector; (vi) posição da oração condicional e (vii) função do conector como introdutor de espaços mentais. Para tais análises, devemos levar em conta o uso do *supondo que* em situações reais da língua, portanto, o material que forma o corpus analisado foi coletado do *Corpus do Português*, (www.corpusdoportugues.org.br), composto por textos nos registros oral e escrito, em português do século XIII ao século XX e, como forma de complementação da amostragem para análise, utilizamos a máquina de busca *webcorpora*, ferramenta computacional que busca dados linguísticos na internet. Espera-se com este trabalho demonstrar o estatuto conjuncional de *supondo que* e o valor condicional estabelecido por ele.

Palavras chaves: Gramaticalização, Conector Condicional, Funcionalismo.

ABSTRACT

This research aims to investigate, in the light of the functionalist theory, the use of *supondo* (*que*) (supposing that) as a connector. This work is based on a functionalist theory and considers the language in its dynamicity, subjected to changes. In this context we aim to prove that supposing that can assume a different function from the predication function predicted by the verb: the conditional connective one. It is known that the adverbial connectors commonly develop from verbs, adverbs and prepositions, as the extensive literature about conjunction grammaticalization demonstrates, (Traugott, 1985; Thompson & Longrace, 1985; Lenker & Meurman-Solin, 2007). Hirata-Vale (2012) and Oliveira (2008; 2014) have pointed out the fact that supposing that can be used as an adverbial connector of conditional value. There are also similar proposals to Visconti's (2004), that analyses the connector supposing that as a conditional conjunction in English. To test it as a connector, we based on Kortmann's adverbial conjunctions defining criteria (1996): (i) the adverbial subordinators are forms which do not inflect; (ii) the adverbial subordinators operate in a finite subordinate clause; (iii) they do not accomplish a syntactic function; (iv) they assume a non-flexible position on the edge of the clause on which they operate (v) they do not belong to a register of the language; and the parameters of conditionality defined by Dancygier (1998): (i) verbal forms used and the non-factuality marked by them; (ii) epistemic posture on the conditional clause; (iii) causality between p and q; (iv) sequentiality between the protasis and the apodosis; (v) non-assertiveness of the connector; (vi) conditional clause position and (vii) function of the connector as an introducer of mental spaces. For these analyses, we must take into account the use of supposing that in real situations of the language, therefore, the material forming the analysed corpus was collected from Corpus do Português, (www.corpusdoportugues.org.br), composed by texts on the oral and written records, in Portuguese dated from the thirteenth to the twentieth century and, as a way to complement the sampling, we used the searching computing tool *webcorpora*, which searches linguistic data on the internet. This work is expected to demonstrate the conjunctive status of the supposing that and the conditional value established by it.

Key words: Grammaticalization; Conditional Connector; Functionalism.

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. O FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA.....	13
2. OS CONECTORES ADVERBIAIS.....	20
2.1. A formação de conectores adverbiais.....	31
3. A EXPRESSÃO DE CONDICIONALIDADE	39
3.1. As conjunções condicionais.....	56
4. METODOLOGIA.....	69
4.1. Parâmetros de Análise	69
4.1.1. (Não) Possibilidade de flexão do núcleo verbal da conjunção.....	70
4.1.2. (Não) Possibilidade de negação	70
4.1.3. Posição do conector na oração.....	70
4.1.4. Atuação de <i>supondo que</i> em uma oração subordinada finita	71
4.1.5. Não-factuality da oração introduzida por <i>supondo que</i>	71
4.1.6. Postura epistêmica.....	71
4.1.7. Causalidade entre as proposições relacionadas	71
4.1.8. Sequencialidade entre as proposições relacionadas	72
4.1.9. Não-assertividade do conector.....	72
4.1.10. Posição da oração encaixada.....	72
5. OS USOS DE <i>SUPONDO QUE</i> NO PORTUGUÊS	73
5.1. O conector adverbial <i>supondo que</i>	76
5.2. As orações condicionais introduzidas por <i>supondo que</i>	86
6. CONCLUSÃO.....	102
REFERÊNCIAS	107

INTRODUÇÃO

No português, assim como em qualquer outra língua, há vários conectores responsáveis pelo estabelecimento de relação entre orações e muitos deles surgem com o passar dos anos e são criados ou emprestados da língua a partir da necessidade do falante.

Seguindo este caminho, a presente dissertação tem como objeto de estudo as orações iniciadas pelo conector *supondo que*, a fim de observar e descrever sua formação encabeçando orações que expressam uma circunstância de condicionalidade. Este termo, que se origina a partir do verbo *supor*, aparece, como se pretende demonstrar nesta dissertação, como um conector condicional estabelecendo uma relação de causalidade não preenchida entre uma oração condicional e uma oração núcleo. A análise aqui desenvolvida está embasada na teoria funcionalista nos termos de Neves (1997b), Bybee (2010), Dancygier (1998), Dancygier e Sweetser (2005), Traugott (1985), que têm como princípio básico o entendimento de que a análise linguística não pode estar desprovida da observação que se faz do modo como a língua é usada em situações reais de comunicação e como isso serve como motivação para o modo como a gramática se organiza.

O uso de *supondo que* como conector condicional foi atestado em outras línguas, como mostram, por exemplo, os estudos de Visconti (2000, 2004), que estudou o uso desse tipo de conector em inglês e italiano. A autora afirma que, nesses casos, o conector passa por um processo de subjetivização, em que o conector perde significado lexical e passa a indicar a função gramatical típica das conjunções. Nessa mesma tendência, Hirata-Vale (2012) analisa usos de *supondo que* como conector condicional, em casos como:

- (1) Em lugar de Horácio, nestes princípios, aconselharia Catulo, que é não só puríssimo Latinista, mas mui natural e com infinitas graças. Devem-se separar os poemas impúdicos, e explicar os outros com todo o cuidado e diligência. Mas, **supondo que** o Mestre não tem os ditos livros, direi o que deve fazer depois da leitura de Fedro e Terêncio. (1765 - Verdadeiro Método de Estudar - Luís António Vernei – CdP) (HIRATA-VALE, 2012, p. 393)

Em casos como esses, afirma essa autora que a expressão *supondo que* atua como o conectivo usado para construir a relação condicional. Nesses casos, notam-se dois eventos implicados numa relação de circunstância, que pode ser descrita nos termos de causa não preenchida, traço que caracteriza a relação condicional. Hirata-Vale (2012, p. 394) afirma que

(...) nos casos em que *supondo que* é usado como um conectivo condicional, a fonte de avaliação passa a ser o falante/escritor, levando então a um processo de subjetivização, em que se verifica a expressão da atitude do falante em relação à proposição, ou seja, sua avaliação como algo hipotético.

O estudo realizado pela autora discute o processo de formação do conector, evidenciando o processo de subjetivização como principal responsável pela mudança que ocorre no uso de *supondo*. No entanto, faltam, ainda a serem discutidas algumas questões referentes ao uso de *supondo que* como, por exemplo, o estatuto morfossintático de *supondo que* e o tipo de significado condicional manifestado pelas orações por ele introduzidas.

É o que se pretende fazer neste trabalho. É preciso separar a expressão da condicionalidade, como zona conceitual, da classe dos conectores, como categoria morfossintática. Somente assim poderemos ter uma visão mais ampla do funcionamento de *supondo que* e das orações por ele introduzidas.

Por um lado, os conectores adverbiais constituem uma categoria, conforme afirma Oliveira (2014) bastante difusa e variada. Isso porque seus membros apresentam estatuto morfossintático com graus variados, decorrentes dos diferentes processos de formação que dão origem aos exemplares dessa classe. Desse modo, faz-se necessário um tratamento que examine o conector *supondo que* conforme aspectos formais e funcionais conforme seu pareamento com outros membros dessa categoria. Para tanto, consideram-se os critérios de Kortmann (1996), esperando, assim, entender de que modo a gramática acomoda esse tipo de uso.

Por outro lado, o significado condicional manifesta-se em nuances semântico-pragmática diversas, o que implica em diferentes formas que a oração pode assumir. Nesse sentido, autores diversos (HAIMAN, 1978; COMRIE, 1986; SWEETSER, 1990;

DANCYGIER, 1998; NEVES 1999) analisam as orações condicionais quanto à hipoteticidade, domínio cognitivo de atuação da conjunção, postura epistêmica, tipo de forma verbal presente. Assim, o entendimento das orações condicionais e do conector *supondo que* não pode prescindir de uma análise que considere as orações condicionais conforme o tipo de significado que ela manifesta.

Nesse sentido que se justifica a presente pesquisa. Pretende-se analisar o conector *supondo que* e as orações condicionais por ele introduzidas para verificar o estatuto de conector de *supondo que* e o tipo de expressão da condicionalidade que as orações introduzidas por ele atualizam. Para tanto, toma-se como objeto de estudo orações como:

- (2) a taxa de inadimplência irá triplicar, **supondo que 20% dos ARs retornem.** (<http://www.segs.com.br/economia/64617-efeito-da-lei-do-ar-15-659-15-pode-agravar-a-crise-piorando-ainda-mais-a-atividade-economica-com-a-estagnacao-do-credito.html>)
- (3) Vamo dar alguns exemplos de como a Lei de Gauss pode ser utilizada. Primeiramente, vamos calcular o campo elétrico devido a uma carga puntiforme. **Supondo que esta carga valha 1 Coulomb,** utilizamos uma superfície gaussiana esférica de raio R para envolver a carga. (19Ac:Br:Enc)

Nos casos acima, nota-se que *supondo que* é usado para construir um enunciado hipotético. A oração introduzida por *supondo que* serve aí como a situação hipotética que precisa ser verificada para seja considerada a verdade/adequação da situação descrita na oração principal. Assim, vê-se que a oração introduzida por *supondo que* constitui a situação que condiciona a situação contida na oração principal.

Mediante tais considerações, os objetivos dessa dissertação se desdobram na análise de uma série de parâmetros que tem como propósito investigar as orações condicionais como exemplificadas acima conforme (i) o estatuto morfossintático de *supondo que* como conector e, em seguida, (ii) a sua função como conector de condição. Para tanto, são considerados aqui critérios de natureza morfossintática, semântica e pragmática, como requer uma investigação de orientação funcionalista.

As análises encontram suas bases em princípios funcionalistas e cognitivistas. São especialmente relevantes, para esse trabalho, o referencial teórico oferecido pelo funcionalismo (BYBEE, 2010; NEVES, 1994, 1997b; HALLIDAY, 1985; DIK, 1989; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008; BUTLER, 2003), a noção de categorização (BYBEE, 2010), o entendimento da condicionalidade como categoria conceitual (DANCYGIER, 1998; DANCYGIER e SWEETSER, 2005) e as noções de subordinação adverbial tal como elaboradas por Kortmann (1996).

Os dados analisados foram coletados no banco de dados *Corpus do Português* (FEREIRA, DAVIES, 2006). Trata-se de um banco de dados disponível na web (www.corpusdoportugues.org), formado por mais de 45 milhões de palavras em quase 57,000 textos, que contemplam as variedades do português brasileiro e europeu, nos registros oral e escrito, num período que vai dos séculos do XIV ao XX. Os textos que compõem o *corpus* estão divididos entre os tipos acadêmico, notícias, ficção e oral. Uma amostra complementar foi composta através da ferramenta webcorpora, que utiliza dados da internet.

As análises corroboram o entendimento de *supondo que* como conector condicional. Fica evidente, pela aplicação dos critérios definidos da classe dos subordinadores, o estatuto de conector de *supondo que*. Ressalte-se, que esses casos são ainda pouco produtivos na língua portuguesa, o que se explica pelo processo ainda recente de gramaticalização pelo qual estão passando.

O trabalho também verificou os traços de condicionalidade das construções iniciadas por *supondo que*. Notou-se, especialmente, a manifestação de traços como a causalidade hipotetizada entre os enunciados, a função de construtor de espaços mentais, e as noções de não-assertividade e postura epistêmica.

Como resultado principal, espera-se que as análises desta dissertação somem-se aos estudos no campo das orações condicionais em português, contribuindo para um entendimento mais amplo acerca da manifestação desse fenômeno.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. No primeiro capítulo, o enfoque se dá na definição da Gramática Funcional a fim de discutir os princípios básicos que norteiam este trabalho. No segundo capítulo, estabeleceremos definições sobre os conectores adverbiais e a formação dos termos que compõem a categoria das conjunções. No terceiro capítulo, a discussão será em torno das orações condicionais, a

expressão da condicionalidade e das conjunções condicionais. No quarto capítulo, traçamos os procedimentos metodológicos do trabalho, estabelecemos os critérios e parâmetros de análise, e justificamos a escolha do *corpus* utilizado para a coleta e análise dos dados. No quinto capítulo, trazemos a análise dos dados coletados segundo os critérios e parâmetros estabelecidos previamente. A análise leva em conta a multifuncionalidade de *supondo que* e procura demonstrar os diferentes usos do termo, funcionando como predicado ou como conector condicional. Por fim, apresentamos as conclusões deste trabalho acerca do estatuto de *supondo que*, bem como as constatações e evidências que corroborem os estudos já realizados com o termo.

1. O FUNCIONALISMO EM LINGUÍSTICA

Para o presente trabalho, adota-se a visão funcionalista de análise de línguas naturais por se acreditar que a estrutura interna da língua, ou seja, a gramática deve ser tratada funcionalmente e a análise dessa estrutura deve estar inserida em uma situação real de comunicação, que envolve um ouvinte, um falante, um objetivo do evento da fala e o contexto discursivo.

Antes de explorarmos a Gramática Funcional (GF), cabe esclarecer as diversas visões sobre gramática e língua. Entende-se que a gramática tem como finalidade orientar e regular o uso da língua e estabelecer um padrão de fala e escrita. A Gramática Normativa, segundo Martelotta (2009), busca a padronização da língua, estabelecendo formas corretas de falar e escrever. Assim, a partir de um sistema de regras, dá-se estrutura à língua. Em contrapartida, a Gramática Descritiva ocupa-se da descrição dos fatos da língua, investigando-a sem estabelecer certo ou errado.

Para Travaglia (1996), a gramática descritiva parte da descrição da estrutura e funcionamento da língua, ou seja, da sua forma e função. Portanto, para ele, a gramática, nesses termos, seria "um conjunto de regras que o cientista encontra nos dados que analisa, à luz de determinada teoria e método" (p. 27).

Já a abordagem funcional, de interesse neste trabalho, é uma teoria que analisa a gramática em situações reais de comunicação. A GF procura unir teoria da organização gramatical das línguas naturais à teoria da interação social. Assim, o que importa é a função das formas linguísticas determinada pelo seu uso. Neves (1994, p.112) afirma que "a gramática funcional visa a explicar regularidades nas línguas, e através delas, em termos de aspectos recorrentes das circunstâncias sob as quais as pessoas usam a língua". A teoria da gramática funcional procura explicar as regras e princípios subjacentes à construção das estruturas linguísticas em termos de sua funcionalidade, considerando o modo como essas estruturas são usadas em eventos reais da comunicação. Há, assim, uma relação entre *forma* e *função*, pois a estrutura é motivada pela situação comunicativa.

O objeto de estudo dessas teorias é o mesmo: a língua, assim como a noção de que sua função primordial é comunicar e transmitir informação através da comunicação entre participantes com interesses reais. Contudo, as visões sobre ela são bastante

divergentes. Para Saussure, a língua é um sistema abstrato, um fato social, geral, virtual. Ele prioriza os elementos constituídos pelas formas normativas da língua, a qual é vista como um produto acabado. No século XIX, a linguística histórica traz uma nova perspectiva para os estudos linguísticos, manifestando o fato de que as línguas se transformam com o tempo.

A visão funcional define língua como um sistema com fim comunicativo, sendo o objeto de estudo dessa teoria o modo como as pessoas conseguem comunicar-se efetivamente pela língua. Portanto, ela é vista como um instrumento de interação social sendo sua principal função mediar a comunicação entre seus usuários. Enquanto a gramática de orientações formalistas interpreta a língua como um conjunto de estruturas entre as quais podem ser estabelecidas relações regulares, a Gramática Funcional concebe a língua como uma rede de relações, sendo sua estrutura influenciada por essas relações. Dessa forma, ela é compreendida quando observada dentro de um contexto em que a língua é usada. Em síntese, a língua, sob uma visão funcionalista, é vista como instrumento de comunicação não-autônomo, isto é, submetida às pressões comunicativas do meio no qual se insere, ou seja, ao uso. Essas influências refletem diretamente sobre sua estrutura linguística. Assim,

Todo o tratamento funcionalista de uma língua natural põe sob exame, pois, a competência comunicativa. Isso implica considerar as estruturas das expressões linguísticas como configurações de funções, sendo cada uma das funções vista como um diferente modo de significação na oração. (NEVES, 1994, p. 109)

O termo função passa a ser recorrente para os estudiosos dessa área, pois é sua função (comunicativa) que determina sua forma. Os formalistas enfatizavam apenas a forma da língua, contrariando essa ideia, os funcionalistas tem como foco de análise a função que a forma linguística desempenha no ato comunicativo.

Segundo Neves (1997b, p. 7), não é fácil definir de maneira precisa o termo função, já que há poucas tentativas de definição para o termo. Ele é aplicado em vários domínios e fenômenos da linguagem, podendo haver diferenças na definição para cada autor e, algumas vezes, seu sentido é muito vago. Além disso, os termos função e funcional não são os únicos pontos relevantes para um estudo funcional.

Contudo, a função pode ser vista como o papel que a linguagem pode desempenhar. Neves (1994, 1997a, 1997b) elenca duas propostas sobre a determinação de funções da linguagem que são mais divulgadas. A primeira, de Karl Bühler, que as divide em três funções: a de representação, a de exteriorização psíquica e a de apelo. Durante um evento de fala em que se manifestam essas funções, uma pessoa informa outra pessoa sobre algo. O segundo autor, Jakobson (1969), inclui ainda mais três funções a essas determinadas por Bühler, definindo, assim, seis funções de linguagem: função referencial (refere-se ao contexto); função emotiva (refere-se ao remetente); função conativa (refere-se ao destinatário); função fática (refere-se ao contato); função metalinguística (refere-se ao código) e função poética (refere-se à mensagem).

Para Halliday¹ (1970 *apud* NEVES, 1994), a linguagem se divide em três tipos de função: ideacional; interpessoal e textual. Na função ideacional, a linguagem tem como finalidade a manifestação de conteúdos que estejam ligados à experiência que o falante possui do mundo concreto, real ou de seu universo subjetivo. Essa função se subdivide em experiencial e lógica. Na função interpessoal, a linguagem é mantenedora das relações sociais, com a finalidade de expressar papéis sociais na qual haja contato entre dois ou mais indivíduos. Por fim, para o autor, na função textual a linguagem estabelece vínculos com ela mesma e está ligada às características da situação em que é usada. Nessa função, o falante é capaz de criar textos, enquanto o ouvinte consegue distinguir um texto de um conjunto aleatório de frases. A função textual é, pois, um instrumento das outras duas, já que sempre o ato comunicativo necessita da elaboração de discursos.

Portanto, esta teoria é um modelo de descrição e análise linguística funcional, por não se limitar a identificar categorias linguísticas e por procurar determinar as funções das mesmas.

Para Dik (1989), dentro de uma abordagem funcional, a gramática deve ser analisada de uma forma integrada entre a sintaxe e a semântica e desenvolvida dentro de uma teoria pragmática, isto é, de interação verbal. Para ele, o objetivo principal da língua é de estabelecer relações comunicativas entre os usuários.

¹ HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function In LYONS, J (Ed) Harmondsworth Penguin Books, 1970.

A Gramática Funcional, segundo Neves (1997b), é uma teoria geral da organização gramatical de línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global de interação social. Para Neves (1997b, p.2), “qualquer abordagem funcionalista de uma língua natural, na verdade, tem como questão básica de interesse a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua, isto é, a verificação do modo como os usuários de uma língua se comunicam eficientemente”.

Assim, o modelo propõe relacionar forma e significado, considerando o contexto da comunicação. Para Neves,

Uma gramática funcional destina-se, pois, a revelar, pelo estudo das sequências linguísticas, os significados que estão codificados por essas sequências. O fato de ser ‘funcional’ significa que ela está baseada no significado, mas o fato de ser ‘gramática’ significa que ela é uma interpretação das formas linguísticas. A análise linguística, num primeiro nível, permite mostrar como e por que o texto significa o que significa e, num segundo nível, permite dizer por que o texto é ou não é um texto efetivo, pelos propósitos que tem. (NEVES, 1997b, p.74).

O funcionalismo, como paradigma de análise linguística, propõe a análise dos fatos integrados a um modelo de descrição pragmática, partindo do pressuposto básico de que a língua deve ser adequadamente analisada considerando a função que cumpre na comunicação. Há, portanto, uma relação entre o uso da língua (função) e sua estrutura (forma). Assim, questão fundamental da abordagem funcionalista passa a ser de que modo a estrutura linguística reflete o uso/função da linguagem. Para tanto, uma característica importante da abordagem funcionalista consiste na integração dos componentes de análise dos domínios sintáticos, semânticos e pragmáticos.

De acordo com Dik (1989), a semântica é vista como instrumental em relação à pragmática e a sintaxe como instrumental em relação à semântica. Assim, segundo Neves (1997a, p. 16), “a gramática é vista, então, como uma teoria de componentes integrados, uma teoria funcional da sintaxe e da semântica, a qual, entretanto, só pode ter um desenvolvimento satisfatório dentro de uma teoria pragmática, isto é, dentro de uma teoria da interação verbal”.

Por ser o principal objetivo da GF correlacionar forma e função dentro de um contexto comunicativo, essa teoria defende uma concepção de linguagem de caráter funcional e dinâmico. É de caráter funcional por associar a estrutura linguística à função

que exerce dentro de uma interação verbal; e é de caráter dinâmico por reconhecer que a língua está sujeita às pressões de uso e, portanto, é dinâmica, maleável e está em constante mudança.

Essa teoria é formada por diferentes abordagens funcionalistas, contudo, todas partem da observação real da língua em situações reais e procuram verificar como se obtém a comunicação com a língua. Com base nos pressupostos da teoria, muitos grupos vêm elaborando construções de análise e reflexões funcionalistas com propostas marcadas por características particulares. Portanto, é difícil caracterizar o Funcionalismo como um paradigma unificado, uma vez que nele distinguem-se diversas abordagens.

O funcionalismo pode ser subdividido em várias escolas e teorias, desde a Escola de Praga, passando pela de Genebra, Londres, Holanda e a Escola Funcionalista norte-americana. Além disso, segundo Neses (1997b), há diferentes tipos de funcionalismo, podendo ser *conservador* (aponta as inadequações do formalismo e estruturalismo), *moderado* (mostra inadequações das teorias estruturalistas, mas propõe uma análise funcionalista da estrutura) e *extremado* (considera que as regras se baseiam apenas na função). Apesar das várias abordagens representadas por nomes como Martinet, Dik, Halliday, Givón e Van Valin, todas carregam consigo como objeto de análise a língua usada em situações reais de comunicação e procuram verificar como os falantes usam a língua para se comunicar com eficiência. Dentre todas essas abordagens, as que se destacam são os estudos de Halliday (1985), Dik (1989) e a Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008).

Butler (2003) fez um levantamento dos principais aspectos presentes nas teorias funcionalistas, analisando a Gramática Funcional (GF), desenvolvida por Dik e seus colegas, a abordagem desenvolvida por Van Valin, chamada de Gramática de Papel e Referência (GPR), a Gramática Sistêmico Funcional (GSF), associada principalmente ao nome de Halliday e a Funcionalismo da Costa Oeste (FCO), representada por Givón e Hopper e Thompson.

Ao final, o autor destaca sete características comuns entre as abordagens funcionalistas: (i) língua como meio de comunicação; (ii) todas rejeição da autonomia do sistema linguístico, em favor de uma explicação funcional; (iii) centralidade na semântica e pragmática, rejeitando a autonomia da sintaxe; (iv) centralidade no

texto/contexto; (v) centralidade da dimensão cognitiva; (vi) centralidade de considerações tipológicas e (vii) abordagem construcionista para a aquisição da linguagem.

Para cada propriedade, o autor institui três diferentes tipos de prioridade dentro de cada abordagem, podendo ser: (i) propriedade absolutamente central para a abordagem; (ii) propriedade indicada como um dos princípios da abordagem, mas pouco tratada; e (iii) a propriedade está presente na abordagem, mas não em todos ou aparece mais implícita do que explícita.

O quadro, a seguir, adaptado do quadro de Butler (2003, p. 58), mostra as semelhanças notadas por ele.

Abordagem	Linguagem como comunicação	Rejeição da autonomia do sistema linguístico, em favor de uma explicação funcional	centralidade do fenômeno semântico / pragmáticos	Centralidade do texto/contexto	Centralidade da dimensão cognitiva	Centralidade da adequação tipológica	Abordagem construcionista
GF ²	***	***	***	**	**	***	**
GPR ³	***	***	***	*	*	***	***
GSF ⁴	***	***	***	***	*	*	***
FCO ⁵	***	***	***	***	***	***	**

*** Esta propriedade é absolutamente central para a abordagem.
 ** Esta propriedade é indicada como um dos princípios da abordagem, mas pouco tratada.
 * Esta propriedade está presente na abordagem, mas não em todos seus trabalhos ou aparece mais de forma implícita.

Quadro 1 - Abordagens avaliadas em sete propriedades (BUTLER, 2003, p. 58)

Das sete propriedades elencadas por Butler (2003), apenas as três primeiras listadas acima são absolutamente centrais em todas as abordagens. Ou seja, independentemente do modelo de análise que assumem, todas as vertentes veem a

² Gramática Funcional

³ Gramática de Papel e Referência

⁴ Gramática Sistêmico-Funcional

⁵ Funcionalismo da Costa Oeste

língua como meio de comunicação, todas rejeitam a autonomia do sistema linguístico e todas rejeitam a autonomia da sintaxe, assumindo sua dependência em relação à semântica e pragmática. A abordagem construtivista para a aquisição da linguagem também está bem presente em todos os estudos observados, mas, nos trabalhos da Gramática Funcional e do Funcionalismo da Costa Oeste, o autor notou uma menor produção em relação a essa propriedade.

Os aspectos que mais se distinguem são: o compromisso com uma orientação cognitiva, sendo esta de mais presente nos trabalhos da Costa Oeste, ganhando agora mais visibilidade nos trabalhos da GF e aparecendo em poucos trabalhos de Van Valin e da Gramática Sistêmico-Funcional; a centralidade no texto/contexto, sendo a Gramática Sistêmico-Funcional e o Funcionalismo da Costa Oeste os que mais centram seus trabalhos nesse aspecto, enquanto também começa a mostrar-se mais presentes na Gramática Funcional e pouco vista nos estudos de Van Valin; e a adequação tipológica, embora tenha começado a aparecer nos estudos GSF, somente nas demais abordagens que esta propriedade é vista como absolutamente central em seus estudos.

É com base nessas propriedades que aproximam as diversas abordagens funcionalistas apontadas por Butler (2003) que nosso trabalho está embasado. Assim como os estudos funcionalistas, acreditamos que a linguagem tem como principal função servir como meio de comunicação e que a gramática deve integrar-se na teoria pragmática mais ampla de interação verbal, portanto, não é um sistema autônomo. Para tanto, propõe-se uma explicação funcional, em que forma e função estão interligadas, e centram as investigações em textos e contextos, procurando explicá-la dentro de uma situação real de comunicação. Durante tal interação, processos cognitivos interferem e influenciam o ato comunicativo. Assim, apoiamo-nos em uma teoria que se caracteriza por analisar as estruturas linguísticas considerando sua função e validando demais aspectos extralinguísticos que podem interferir na organização do discurso.

2. OS CONECTORES ADVERBIAIS

Para Bechara (2009, p. 748), “a língua possui unidades que têm por missão reunir orações num mesmo enunciado. Estas unidades são tradicionalmente chamadas conjunções, que se repartem em dois tipos: *coordenadas* e *subordinadas*”. As conjunções subordinadas, segundo ele, servem para “assinalar que a oração que poderia ser sozinha [...] se insere num enunciado complexo passando, assim, a se tornar um enunciado dependente” (p. 750). Os autores Cunha e Cintra, (2013, p.594) reconhecem as conjunções como “vocábulo gramaticais que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”.

Em suma, as conjunções subordinativas têm a função de ligar orações dependentes, completando uma o sentido da outra, sendo esta uma das formas de marcar gramaticalmente essa subordinação.

Segundo a gramática normativa, a relação de dependência da subordinação está vinculada à presença de conectivos, que são usados de acordo com a subordinação existente. Segundo Rocha Lima (1985), as orações subordinadas são divididas em substantivas, adjetivas e adverbiais. As orações subordinadas adverbiais, de acordo com a gramática normativa, são introduzidas pelas conjunções adverbiais, que exprimem várias circunstâncias relacionadas ao advérbio. Por fim, as conjunções adverbiais são divididas em: causais, concessivas, condicionais, conformativas, final, proporcional, temporal, comparativa e consecutiva. A partir dessas definições, lista-se uma quantidade de conjunções que funcionarão como conectivos das orações subordinadas adverbiais, como mostram os exemplos⁶ a seguir:

- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas causais – iniciam uma oração que indica circunstância de causa: *porque, pois, como, que, porquanto, já que, uma vez que*.
- (4) A pirâmide populacional do Brasil mudou **porque** o número de recém-nascidos diminuiu.
- (5) Não podem viajar, **visto que** não conseguiram autorização dos pais.

⁶ Retirados de Faraco e Moura (2003)

- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas comparativas – iniciam uma oração que é o segundo elemento de uma comparação: *como, qual, que, bem como, assim como, que nem*.

(6) A maioria dos jovens age **como** crianças.

(7) Ele sonhou com aquele dia **assim como** você.

- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas condicionais – iniciam uma oração que indica condição ou hipótese para que o fato principal aconteça ou não: *se, caso, contanto que, desde que, salvo se, dado que*.

(8) O futuro da humanidade será difícil **se** o número de habitantes saltar para 10 bilhões.

(9) Farei o que você me pede **desde que** tenha tempo.

- Conjunções subordinadas conformativas – iniciam uma oração que indica circunstância de conformidade ou acordo: *conforme, como, segundo, consoante*.

(10) Ligue o aparelho **conforme** manda a instrução.

- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas consecutivas – iniciam uma oração que indica uma consequência do fato expresso na oração anterior: *que (precedido de tal, tanto, tão ou tamanho), de modo que, de forma que, de sorte que*.

(11) Sofreu **tanta** rejeição **que** desistiu do cargo político.

(12) O percentual de evasão cresceu **tanto que** preocupou a direção.

- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas concessivas – iniciam uma oração que indica contradição em relação a outro fato: *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, se bem que, apesar de que*.

- (13) Conseguiram passar no teste, **embora** não tenham estudado.
- (14) **Por mais que** comprovem todos esses dados, não consigo acreditar neles.
- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas finais – iniciam uma oração que indica circunstância de finalidade: *porque, que, para que, a fim de que*.
- (15) Acenei-lhe **que** se aproximasse.
- (16) Acenei-lhe **para que** se aproximasse.
- Locuções conjuntivas subordinadas proporcionais – iniciam uma oração que indica um fato que foi realizado ao mesmo tempo que outro: *à medida que, à proporção que, ao passo que, quanto mais...mais*.
- (17) **Quanto mais** barulho, **menos** eu gosto.
- (18) Ele muda de comportamento **à medida que** ela muda também.
- Conjunções e locuções conjuntivas subordinadas temporais – iniciam uma oração que indica circunstância de tempo: *quando, mal, apenas, logo que, assim que, antes que, até que, desde que, cada vez que*.
- (19) O ônibus passava pela avenida **quando** anunciaram o assalto.
- (20) **Assim que** anoitecia, ele voltava pra casa.

Listamos acima algumas características dos conectores adverbiais, assim como exemplificamos alguns dele, a partir de uma visão tradicional da gramática. Contudo, esse tipo de definição, segundo Kortmann (1996), não é suficiente para determinar as conjunções adverbiais, já que é necessário levar-se em conta outros aspectos que servirão para defini-las. Dessa forma, o autor levanta alguns problemas que essas definições trazem: (i) não explicam a multifuncionalidade de alguns itens; (ii) conectores nem sempre atuam como introdutores de orações – em algumas línguas não

são usadas nessa posição; (iii) não são usados apenas para interligar orações, pois podem ser usadas, como afirmam Matthiessen e Thompson⁷ (1988, *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 50), entre fragmentos de um discurso; (iv) nem sempre são necessários para conectar orações subordinadas.

Além disso, segundo Oliveira (2014), a descrição tradicional das conjunções as trata como palavras gramaticais desprovidas de significado lexical. Contudo, para a autora, “as conjunções adverbiais chamam atenção pelo fato de muitas vezes assumirem traços próprios de elementos lexicamente plenos”. Isso torna clara a necessidade de realizar uma distinção lexical e gramatical das conjunções.

Segundo Hengeveld e Wanders (2007, p. 214), as conjunções se dividem entre simples ou complexa e lexical ou gramatical. As conjunções simples são aquelas formadas por apenas um elemento formal, e as complexas, formadas a partir de uma base lexical (um nome, um verbo ou advérbio) e uma complementizador. A principal diferença se dá entre conjunções lexicais e gramaticais: as primeiras podem ser modificadas por meios lexicais, já as conjunções gramaticais não aceitam nenhum tipo de modificação, devido à ausência de significado, como mostram os exemplos dados por eles:

- (21) She called him **three hours before** she left.
*Ela ligou para ele **três horas antes que** ela saísse.*
- (22) *She stayed home **three hours until** the meeting began.
Ela ficou em casa **três horas até que a reunião começasse.*
- (23) **In the unlikely event that** smallpox were introduced into Australia, it would be rapidly controlled.
***No improvável caso de que** a varíola fosse introduzida na Austrália, ela seria rapidamente controlada.*
- (24) *I'll bring him some water **in unlikely case** he gets thirsty.
Eu vou trazer um pouco de água para ele **no improvável caso de ele sentir sede.*

⁷ MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S.A The structure of discourse and “subordination”. IN: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329, 1988.

Nos exemplos (21) e (23), *three hours* e *unlikely* especificam e qualificam respectivamente a conjunção *before*, oferecendo uma especificação sobre o tempo, e o substantivo *event that*, qualificando o evento hipotetizado pela condicional. Contudo, o mesmo não acontece com a tentativa de modificação das conjunções *until* e *in case* no inglês. Isso acontece porque as conjunções lexicais carregam alto grau de conteúdo de sua palavra de origem: itens lexicais, os quais aceitam modificadores.

Os autores explicam que em casos em que há um advérbio em orações introduzidas por conjunções gramaticais, ele tem escopo frasal, ou seja, recai sobre a oração como um todo, como podemos observar nos exemplos retirados dos autores:

- (25) He arrived **exactly** three hours before she left.
*Ele chegou **exatamente** três horas antes que ela partisse.*
- (26) **exactly** until the meeting began.
***exatamente** até que a reunião começasse.*
- (27) **Only** in the unlikely event that you don't reply to this message will I phone you.
***Somente** no improvável caso em que você não responda essa mensagem eu te ligarei.*
- (28) **Only** in case it rains will I stay home.
***Somente** no caso de chover eu ficarei em casa.*

Os autores evidenciam o escopo oracional desses advérbios ao mostrar com exemplos que eles mesmos não admitem nenhum tipo de qualificação:

- (29) ***three hours exactly before** she left
****três horas exatamente antes que** ela chegasse*
- (30) ***in the only event that** you don't reply to this message
****no somente caso que** você não responda a essa mensagem*

Ainda para mostrar a diferença entre as conjunções gramaticais e lexicais, os autores mostram que elas podem combinar em uma mesma oração. Essa combinação

acontece quando as conjunções pertencem a categorias diferentes e na ordem gramatical/lexical:

(31) She stayed **untill three hours after** he left.

Ela ficou **até três horas depois que** ele saiu.

(32) She didn't leave **untill the very moment** he arrived.

Ela não saiu **até o momento exato em que** ele chegou.

Para Oliveira (2014), existem três conjuntos de conjunções adverbiais: o das conjunções lexicais; o das conjunções lexicais com mudança acentuada de significado; o das conjunções gramaticais. Essa autora define as conjunções lexicais como aquelas que carregam um alto grau de conteúdo lexical, como se nota na locução conjuntiva “*no caso (em) que*”:

(33) **No caso que** chamem o médico, procura evitar que ele veja e analise qualquer líquido já preparado por ti. 18:Azevedo:Girândola

Segundo a autora, essas conjunções trazem consigo um significado lexical mais concreto e mostram pouca mudança no seu significado original. Como discute Oliveira, “conjunções desse grupo podem ser consideradas como usos mais gramaticais de uma fonte lexical e configuram construções elegíveis para gramaticalização” (OLIVEIRA, 2014, p. 48).

No segundo grupo, estão as conjunções que ainda possuem certo grau lexical, mas menos concreto que as conjunções do grupo anterior uma vez que passaram por mudanças, acentuadas pela ação de processos como a subjetivização e a metáfora, e que, de acordo com a autora, levaram-nas “a uma abstratização mais acentuada do conteúdo lexical” (Oliveira, 2014, p. 48). Este grupo demonstra uma posição mais avançada no considerado processo de gramaticalização do que o grupo das conjunções lexicais. Seria o caso de conjunções como *supondo que* e *desde que*:

(34) **supondo que** tivesse - carne né? faria - bife - com batatas porque sei que com certeza vocês iriam adorar batatas fritas. 19Or:Br:LF:SP

- (35) Serão boa fonte de recursos **desde que** realmente se consiga viabilizar o terceiro ponto importantíssimo: o Crédito Fiduciário. 19Or:Br:Intrv:Com

No terceiro grupo estão as conjunções gramaticais. Essas são altamente abstratas e parecem completamente desprovidas de conteúdo lexical e, por isso, podem ser empregadas em diversos tipos de contextos. Fazem parte desse grupo, por exemplo, as conjunções *porque*, *se* e *embora*. Essa última é um exemplo de conjunção que se gramaticalizou e perdeu seus traços lexicais. A palavra foi formada pela aglutinação da expressão *em boa hora*, ou seja, originou-se a partir de uma locução adverbial. Contudo, “a expressão *em boa hora*, de tanto ser usada como expressão optativa em contextos em que algo deveria se realizar, teve sua carga semântica atenuada e passou a ser usada com mais frequência e em situações diversas” (ARAUJO, 2013, p. 45).

Esse último grupo é formado por grande parte de conjunções que passaram pelo processo de gramaticalização. Sabe-se que da extensa relação de conjunções da língua clássica, poucas continuaram a ser usadas no latim e, portanto, uma das “estratégias de reposição consiste em tomar palavras de diferentes classes e transformá-las em conjunções” (LONGHIN-TOMAZI, 2004, p. 217).

Segundo Oliveira (2014, p. 61), “ressalte-se, também, que embora formem um grupo minoritário, devido ao estatuto mais gramaticalizado e abstrato, a verificação nos dados mostra que essas conjunções são altamente produtivas, especialmente na linguagem oral”. Levando-se em conta o contínuo da categoria, elas estão mais próximas do polo gramaticalidade, enquanto o primeiro grupo se encontra mais próximo do polo lexical. Já as conjunções do segundo grupo se encontram no meio desses dois polos.

Esses diferentes graus que podem ser encontrados dentro da categoria das conjunções demonstram que a língua possui um caráter transitório e evolutivo e que os termos possuem diferentes funções, portanto, são multifuncionais. Ou seja, não podem ser encaixados em categorias rígidas e delimitadas.

Portanto, para um trabalho com enfoque funcionalista, conforme vimos na seção anterior, as conjunções devem ser consideradas

conforme certo grau de arbitrariedade, determinado por fatores de natureza (i) cognitiva, (ii) funcional e (ii) contextual. Fica implicado ai

o reconhecimento da fluidez entre as categorias e a aceitação da dinamicidade da gramática e da instabilidade do significado como características próprias do sistema linguístico.(OLIVEIRA, 2014, p. 47)

Isto é, um termo linguístico deve ser considerado a partir de “mapeamentos específicos entre diferentes categorias funcionais e lexicais de uma língua e coloca-se o uso linguístico como elemento motivador e regulador desse complexo” (Oliveira, 2014, p. 47). Portanto a noção de gradualidade é indispensável para a compreensão das categorias gramaticais. Essas devem ser vistas em um contínuo, que vai de um elemento mais prototípico a um elemento mais periférico. E esses elementos devem ser considerados dentro de características prototípicas e semelhantes. Há, portanto, duas formas de organização gramatical: primeiro, há o limite entre as categorias gramaticais, onde elas se cruzam em um ponto de intersecção e há a organização interna das categorias, que possibilita a existência de termos de diferentes graus dentro de uma mesma categoria. Isso indica que as conjunções adverbiais podem variar no que diz respeito a sua gradualidade estrutural.

Por esses motivos não podemos classificar as conjunções em uma categoria fixa. Os estudos de Kortmann (1996) sobre as adverbiais revelam que a definição tradicional dessa categoria é dada superficialmente e é insatisfatória. Já seus estudos procuram definir os subordinadores adverbiais de acordo com alguns critérios que “identificam as propriedades morfossintáticas e semânticas do núcleo prototípico de uma categoria relativamente heterogênea” (OLIVEIRA, 2014, p. 52). Para Kortmann (1996, p.72), as conjunções adverbiais, para serem consideradas como tais, precisam enquadrar-se em alguns critérios estabelecidos por ele: (i) os subordinadores adverbiais ideais são formas que não se flexionam; (ii) podem operar sobre uma oração subordinada finita; (iii) não cumprem uma função sintática; (iv) assumem uma posição não flexível na margem da cláusula sobre a qual eles operam; (v) não pertencem a um registro da língua.

Para exemplificar a impossibilidade de flexão dos conectores adverbiais, usamos os estudos de Oliveira (2014, p. 54), que observa a locução conjuntiva *dado que*, a qual possui base do verbo *dar*:

(36) **Dado que** os alicerces podiam suportar mais carga, o edifício foi muito aumentado em altura (19Ac:Pt:Enc)

* **Dando que** os alicerces podiam suportar mais carga, o edifício foi muito aumentado em altura

* **Deu que** os alicerces podiam suportar mais carga, o edifício foi muito aumentado em altura

Como podemos observar no exemplo acima, não é possível flexionar a locução *dado que* quando esta assume função de conector. Para Oliveira (2014, p. 55), “na formação da conjunção ‘dado que’, o significado lexical do verbo ‘dar’ soma-se às noções temporais especificadas pelo particípio; a partir daí uma informação é introduzida como pressuposta e serve como moldura para uma enunciação subsequente”. Assim, percebemos que o termo ainda carrega conteúdo lexical do seu sentido original, mas, no exemplo, funciona como uma introdução ao evento descrito.

Já no exemplo seguinte:

(37) O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me tem **dado que** fazer. 19:Fic:Br:Rio:Momento

o termo *dado* integra a categoria dos verbos e, como tal, possui a propriedade de flexão:

(38) O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me **vão que** fazer.

Este critério de Kortmann em relação à impossibilidade de flexão do conector esclarece que um item linguístico não pode ser encaixado em uma determinada característica sem levar em conta o contexto linguístico em que ele atua. Assim, quando uma palavra ou expressão é usada como subordinador, não pode ser flexionada, como acontece com alguns itens lexicais.

Continuando com o mesmo exemplo, o termo *dado que* não pode ser deslocado para outra posição na oração:

(39) **Dado que** utiliza a linha telefónica, o viewdata é um sistema de informação interactivo de duas vias. (19Ac:Pt:Enc)

* utiliza, **dado que**, a linha telefónica, o viewdata é um sistema de informação interactivo de duas vias.

Quando o item lexical assume uma função gramatical, ele perde sua liberdade sintática dentro da oração, além de tornar-se inflexível, ou seja, incapaz de deslocar-se na estrutura da oração. Em seu uso original, o termo pode deslocar-se dentro da oração, como no exemplo a seguir:

(40) - Sim, tu. Sabes.. se de noite ou de dia entra n' esta casa algum homem estranho? Dona D. Antonia (Levantando-se) - Homem estranho! que quer isso dizer? Saiba o senho doutor Corregedor que nem quando solteira, nem depois de viuva **tenho dado que** fazer ás más linguas! 18:Garrett:Teatro

- Não tenho **dado que** fazer às más línguas nem quando solteira, nem depois de viúva.

- Às más línguas não tenho **dado que** fazer, nem quando solteira, nem depois de viúva.

Isso mostra que quando usamos o termo como conjunção, ele deve estar posicionado na margem da cláusula em que atua. A única possibilidade de mudança é na ordem das orações entre a oração matriz e oração subordinada.

Para Kortmann, os subordinadores adverbiais devem operar sobre uma oração subordinada finita, ou seja, deve escopar uma oração que tenha seu predicado nas formas verbais que admitem variação nas categorias tempo, pessoa e número. Se observarmos novamente algum exemplo com o termo *dado que*, percebemos que não há a possibilidade de usarmos o verbo da prótase em uma forma não finita (formas verbais no infinitivo, gerúndio e particípio):

(41) **Dado que faz** as tarefas de casa, não posso recusar esse pedido!

***Dado que fazer** as tarefas de casa, não posso recusar esse pedido!

***Dado que fazendo** as tarefas de casa, não posso recusar esse pedido!

O mesmo pode ser visto com o uso da conjunção prototípica das construções condicionais:

- (42) **Se** ele **fizer** a tarefa, poderá brincar no parque.
 ***Se** ele **feito** a tarefa de casa, poderá brincar no parque.
 ***Se** ele **fazendo** a tarefa de casa, poderá brincar no parque.

Outros dois critérios estabelecidos por Kortmann dizem respeito ao fato de os subordinadores não cumprirem uma função sintática dentro da oração nem serem encontrados em apenas um dos registros da língua. Sabe-se que as conjunções não exercem propriamente uma função sintática, portanto, quando um termo passa a ser usado com valor de conjunção, tornando-se mais gramatical, perde sua função sintática dentro da oração. No exemplo usado nesta seção com o termo *dado que*, percebemos claramente que ele deixa de ser usado como predicado e passa a ser usado como conectivo, relacionando uma oração causal finita a uma oração principal:

- (43) O segundo nas acidentadas paragens da crítica literária moderna, que tanto me tem **dado que** fazer. 19:Fic:Br:Rio:Momento
 (44) **Dado que** os alicerces podiam suportar mais carga, o edifício foi muito aumentado em altura. 19Ac:Pt:Enc

Em (43), o termo *dado que* funciona em seu sentido original de verbo e, portanto, exerce uma função sintática. Já em (44), quando usado como conectivo perde sua função verbal e, conseqüentemente, sua função sintática dentro da oração, por ser empregada como conector.

Por fim, para que seja considerado um subordinador, deve estar presentes em todos os registros de língua. O conectivo *dado que* usado nos exemplos desta seção foi encontrado em todas as modalidades da língua, como mostra o exemplo (44), usado em texto escrito acadêmico, e nos exemplos que se seguem, usado em texto ficcional, jornalístico e oral, respectivamente:

- (45) Mas, **dado que** se saiba o que venha a ser poesia pura, é evidente que essa essência, como certas substâncias delicadas e voláteis, precisa sempre de uma liga mais ou menos grosseira para subsistir. 19:Fic:Br:Amaral:Memorial
- (46) **Dado que** estes cálculos já levam em conta o pagamento de taxas de administração e os custos de transação em bolsa, somente os quotistas dos sete primeiros fundos fizeram bem, em retrospecto, ao entregar a administração de seus investimentos a esses profissionais", diz Sanvicente. 19N:Br:SP
- (47) - É curiosa esta vossa parceria, **dado que**, ideologicamente, são opostos. 19Or:Pt:Intrv:Pub

Dessa forma, conclui-se que para uma caracterização dos conectores adverbiais alguns critérios devem ser investigados, englobando diversos fatores sintáticos, semânticos e pragmáticos. Além disso, noções de gradualidade devem estar presente em uma análise das conjunções.

2.1.A formação de conectores adverbiais

O desaparecimento e surgimento de itens linguísticos não é algo novo. Desde sempre há mudanças no inventário lexical das línguas naturais, sendo as conjunções uma das classes mais atingidas por esse processo. Essa mudança se observa, por exemplo, no desenvolvimento do latim para o português, que herdou apenas algumas conjunções da língua fonte, tais como: *se, quando, como, e, ou, nem* e *que*. Muito antes do advento dos estudos sobre gramaticalização, Meillet (1948 [1912]) já explicava que a categoria das conjunções sempre esteve sujeita ao desaparecimento e à renovação.

Com o desenvolvimento natural das línguas e seu constante rearranjo, os falantes sentem a necessidade de substituir e encontrar novas palavras para exercer novas funções. Segundo Meillet (1948 [1912]), o processo mais comum consiste em recorrer a itens linguísticos da própria língua para o que chama de renovação. Essa mudança de função vem acompanhada, também, de uma trajetória na mudança de significado.

Com o advento dos estudos sobre gramaticalização, muito se fez acerca do desenvolvimento de conectores adverbiais. Sabe-se que, comumente, se desenvolvem a

partir de verbos, advérbios e preposições, como demonstra a extensa literatura sobre o tema (Traugott, 1985; Thompson e Longrace, 1985; Lenker e Meurman-Solin, 2007). Este processo é gradual, de caráter unidirecional e nele podem ser identificados vários estágios de lexicalidade / gramaticalidade do item em questão, que fazem um caminho do domínio mais concreto para funções mais abstratas. Ou seja, como os itens partem “dos significados referenciais, próximos da experiência física dos falantes, passa[m] pelos significados relacionados à construção textual e atinge[m] finalmente os significados centrados na atitude subjetiva dos falantes” (Longhin-Thomazi, 2004b, p.219).

Vários estudos sobre gramaticalização de conjunções foram realizados a fim de demonstrar os processos que dão origem a esses itens. No português, por exemplo, tem-se estudos que revelam a mudança de advérbio a conjunção experimentada pela partícula *logo* (Longhin-Thomazi, 2004a) e do advérbio *então*, que em algumas situações pode ser lido como conjunção (Pezatti, 2001).

As mudanças observadas nos itens mencionados evidencia o que se denomina por processo de gramaticalização, um fenômeno explicado por trazer alterações na estrutura da palavra, mas, principalmente, por modificá-la sintática e semanticamente, tendo como resultado final não apenas uma mudança semântica, mas uma mudança categorial.

Percebe-se, portanto, que podemos destacar a formação de conjunções dentre os processos que se enquadram nos estudos sobre gramaticalização, já que, para suprir a necessidade de conectivos na língua, o falante é motivado a emprestar palavras de diferentes categorias para funcionarem como conjunção, “forçando” mudanças morfológicas, sintáticas e semânticas na palavra.

Existem diversos mecanismos de renovação das línguas, sendo a gramaticalização um desses processos. Esse fenômeno evidencia o fato de que a língua é um sistema aberto, em constante modificação, moldada de acordo com a situação comunicativa e motivada pelas necessidades comunicativas do falante. A mudança e renovação da língua evidenciam, assim, “a concepção de que a língua não é um sistema acabado, mas que está em constante transformação (DALL'AGLIO-HATTNER *et al.*, 2001, p. 119).

A gramaticalização pode ser definida, segundo Bybee (2010) como um processo cognitivo que se aplica à mudança linguística e à criação de novas construções, isso significa que antigas formas ganham novas funções. Semelhantemente, Hopper e Traugott (2003), entendem o processo de gramaticalização como um fenômeno pelo qual construções e itens lexicais passam a assumir funções gramaticais. Heine et alii (1991) definem a gramaticalização como um fenômeno que envolve transferência de sentidos entre categorias cognitivas básicas, motivada pela metáfora e metonímia e inferências pragmáticas.

Os autores reconhecem que, durante o processo de gramaticalização, mudanças acontecem tanto na estrutura da palavra, como nos demais níveis linguísticos, tais como o sintático e semântico, como aponta Lehmann (2002). Para Gonçalves (2004, p. 195), trata-se de “um processo de mudança que envolve a alteração de um estatuto categorial de itens/construções que, usados em contextos particulares, gradualmente, vão expandindo sua funcionalidade (padrões de uso)”. Esse processo de mudança é comum nas línguas e confirma uma das questões discutidas pelo Funcionalismo, de que a língua não é estática nem um produto acabado e está sempre evoluindo, ajustando-se às necessidades dos falantes. Para Neves, a motivação

está tanto nas necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, como na existência de conteúdo cognitivos para os quais não existem designações linguísticas adequadas, devendo observar-se, ainda, que novas formas gramaticais podem desenvolver-se a despeito da existência de estruturas velhas funcionalmente equivalentes. (NEVES, 1997b, p. 130)

Apesar das diferentes abordagens da gramaticalização, os autores possuem pontos convergentes como, por exemplo, conceber o processo como gradual e unidirecional. “Essa noção de gradação, aliada ao critério da unidirecionalidade é crucial para se observarem os diferentes estágios de gramaticalização por que passa uma determinada forma” (DALL'AGLIO-HATTNER *et al*, 2001, p. 119).

Como o processo de gramaticalização pode levar tempo para se concluir, percebe-se que as formas gramaticais antigas e novas podem ser usadas nos mesmo período de tempo, concorrendo para a marcação de determinada função:

embora se possa encontrar, num determinado momento, uma estrutura substituindo completamente outra, por um considerável período de tempo coexistem a forma nova e a velha, que entram em variação, sob diversas condições; e essa variação encontrada nada mais é do que o reflexo do caráter gradual da mudança. (NEVES, 1997b, p. 118)

Essa transferência, que acontece de maneira gradual, pode ser vista como um *continuum*, pois envolve uma mudança que vai do mais concreto (menos gramatical) para o mais abstrato (mais gramatical). Os autores, geralmente, se referem a essa gradualidade como um cline de gramaticalização (Hopper e Traugott, 2003), em que se notam os diferentes estágios do processo:

Item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional⁸

Nele verifica-se o processo pelo qual passa um item em mudança, desde seu estágio original, e mais lexical, até sua fase final, em que se completa o processo de mudança gramatical provocado pelo ganho da nova função. Cabe salientar, ainda, que os autores concebem esse processo como unidirecional, o que implica reconhecer que ele “se dá numa direção específica” e “não pode ser revertida” (NEVES, 1997b). Ressalte-se, porém, que princípio da unidirecionalidade, defendido por Meillet (1948), não é uma unanimidade entre os estudiosos, contudo, muitos afirmam que não há contra argumentos suficientes para falsear a proposta.

Conjunções e preposições têm um papel relevante nos estudos de gramaticalização, já que, no geral originárias de itens lexicais, esses elementos constantemente são resultados de processos de gramaticalização. No desenvolvimento de conjunções, parte-se de um significado próximo à experiência do falante, que é encaminhado para indicar um significado relacionado à construção textual que, eventualmente, termina com o significado centrado na atitude subjetiva do falante.

No geral, a mudança de significado observada entre conjunções pode ser interpretada pelo o esquema de Heine et alii (1991):

PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > PROCESSO > QUALIDADE

⁸ Content item > grammatical word > clitic > inflectional affix

No desenvolvimento de conjunções adverbiais, o significado é mapeado de uma categoria a outra. Kortmann (1996) afirma que as conjunções adverbiais têm sua zona de significação assentada sobre a zona conceitual da causalidade, que por sua vez está assentada na noção de sequencialidade/temporalidade. A partir daí, concorrem processos metafóricos e metonímicos que projetam e expandem o significado básico para criar o significado que os conectores adverbiais manifestam.

A transferência metafórica “consiste na projeção, em passos discretos, de significados de um domínio cognitivo mais concreto para um domínio mais abstrato”. Por meio da metáfora, somos capazes de mapear um domínio-alvo (mais abstrato) por meio de um domínio-fonte (mais concreto, ligado a alguma experiência humana), ou seja, uma palavra começa a perder seu valor original e passa a servir em uma nova função.

No português brasileiro, Longhin-Tomazi (2006, 2004b) observou o percurso da conjunção adverbial *logo*. A partir das suas pesquisas, a autora mostrou que o termo provém do latim, empregado em sentido espacial, em sentido temporal ou em outros sentidos diversos. Com o afunilamento do seu uso, o item passou a ser empregado em apenas dois usos, como substantivo, sinalizando sucessão espacial, e advérbio, sinalizando sucessão temporal, como mostram os exemplos extraídos do texto da autora (2006, p. 67)

(48) Mandamos que quando ouuyre morte Del rey, todos guarde senhorio e os dereytos del rey aaquel que reynar **en seu logo** e os que algua cousa teuerem que perteesca a senhurio Del rey (13FR, p.132) [...todos guardem o poder e os direitos de rei àquele que reinar em seu lugar...]

(49) E Galvam filhou **logo** o escudo e depois deitou-o ao colo (13DSG, p. 8) [Galvam tomou em seguida (ou imediatamente) o escudo e depois colocou-o no colo]

No exemplo (48), *logo* é usado como substantivo e equivale a lugar, indicando posição física e social. Como advérbio, no exemplo (49), o termo indica relação de posterioridade temporal, funcionando com o sentido próximo a *imediatamente*, *em*

breve. Seu uso também é encontrado em casos que o termo funciona para retomar anaforicamente um evento anterior, como a autora exemplifica (LONGHIN-TOMAZI, 2006, p.68):

- (50) Tanto que viu Galvam Erec **logo** o conheceu (13DSG, p. 65)
Assim que viu Galvam Erec **logo** (= que o viu) o reconheceu.
- (51) Quando Galaaz êsto ouviu, filhou **logo** sas armas e guisou-se o mais toste que pôde (13DSG, p.145)
Quando Galaaz ouviu isto, tomou **logo** (= que ouviu isto) suas armas...]

Nos exemplos dados, *logo* retoma um momento especificado anteriormente e sinaliza a sucessão temporal em que um evento se realiza após o outro. Nesses casos, a autora notou que geralmente a construção é iniciada por uma conjunção de tempo, como o *assim que* e *quando*, nos exemplos (50) e (51) respectivamente.

A partir do século XVII, a autora verificou as primeiras ocorrências do uso de *logo* como conjunção, como mostra o exemplo a seguir (LONGHIN-THOMAZI, 2006, p.68).

- (52) Para hum homem se ver a si mesmo, são necessarias tres cousas: olhos, espelho, & luz. Se tem espelho, & he cego; não se póde ver por falta de olhos: se tem espelho, & olhos, & he de noyte; não se póde ver por falta de luz. **Logo** ha mister luz, ha mister espelho, & ha mister olhos. (17SS, p.18)

Primeiramente, nota-se uma estrutura com segmentos independentes: “se tem espelho, & olhos, & he de noyte; não se póde ver por falta de luz” e “logo ha mister luz, ha mister espelho, & ha mister olhos”, mas com o segundo se estruturando a partir do primeiro. Para a autora, ocorre aí uma avaliação conclusiva no segundo segmento em relação ao primeiro em que se observa relação de sentido, condição para a coordenação. Para a autora,

A alteração de sentido aponta para abstratização e pragmatização crescentes do significado: a posterioridade temporal de *logo* passou a ser entendida, metaforicamente, como posterioridade no discurso: aquilo que vem depois no tempo foi projetado para designar aquilo

que vem depois no discurso, a saber, um efeito ou uma conclusão. Essa projeção evidentemente não foi abrupta, mas propiciada pelo contexto contíguo de implicação que, além da leitura de tempo posterior, permitia a leitura de conclusão.

Assim, de um lado, a foricidade de *logo* criou condições para que o item ganhasse gradativamente estatuto conjuncional e, de outro, a transferência metafórica e a reinterpretação contextual determinaram a emergência de um novo sentido, mais abstrato e mais subjetivo que o primeiro. (LONGHIN-THOMAZI, 2006, p. 69-70)

Assim, a mudança gradativa percorrida por *logo* para a categoria das conjunções mostra a abstratização e pragmatização do significado, que passa por transferência metafórica que o leva de advérbio de lugar, transita por valor temporal e assume, finalmente, funções típicas de conjunção.

A transferência metonímica, por outro lado, “consiste na transição gradual e contínua de um significado A para um significado B, por meio da reinterpretação contextual” (LONGHIN-THOMAZI, 2004b, p. 210). Nesta direção, pode-se afirmar que a metonímia ocorre por meio das relações de substituição e, por isso, pode ser vista “como uma categoria de extensão de significados, um processo fundamental de associação de significados baseado na contiguidade conceptual” (p. 124). Este processo envolve a reinterpretação induzida pelo contexto.

A mudança metonímica se refere, portanto, à mudança de sentido desencadeada por itens associados sintaticamente. Heine et alii (1991, p. 46) exemplifica essa transferência com o termo *be going*. Os autores usam como exemplo o uso do termo em um contínuo entre a ação verbal

- (53) Henry **is going** to town.
Henry está indo para a cidade
- (54) **Are you going** to the library?
Você está indo à biblioteca

e a marca do futuro, como no exemplo seguinte:

- (55) I **am going** to do my very best to make you happy.
Eu vou fazer meu melhor para fazer-te feliz.

(56) The rain **is going** to come.

A chuva está vindo.

Contudo, um processo não exclui o outro, como mostra Barbosa da Silva (2006). A autora realiza um estudo com o verbo *fazer*, que tem sentido inicial de produzir, mas, ao ser usado com um substantivo (*fazer* + OD) muda seu significado, podendo ser substituído por um verbo pleno, como a autora mostra nos exemplos a seguir (BARBOSA da SILVA, 2006, p. 106):

(57) E: educação artística?

I: sim ... e ... educação artística seria ... não sei se seria um ... um... talvez nessa ... nesse ... nessa área eu ... eu me propusesse a ensinar ... a ... a a desenvolver a atividade profissional ...

E: eu acho até que há uma coisa natural a acontecer ... **você faz plano** de se tornar um profissional nessa atividade de pintura? ou você já se sente assim ...

Para a autora, a combinação *fazer plano* parece ser uma lexicalização que resulta no afastamento do sentido prototípico de *fazer* e, somado ao sentido de *plano*, cria-se um valor semântico de *planejar*. Devido à proximidade sintática dos elementos V-OD, *fazer* assume um novo valor semântico (resultado do valor do seu objeto) por um processo de extensão metonímica. Todavia, a junção de *fazer* + *plano* amplia o sentido do verbo, resultado de uma extensão metafórica.

Dessa forma, metáfora e metonímia podem ser compreendidas como processos complementares, pois, se por um lado a metáfora é uma projeção que prediz a direção dos processos de gramaticalização, por outro são as projeções metonímicas que dão uma natureza contínua a esse processo de transição, operando simultaneamente nos estágios em que as categorias possam coexistir.

3. A EXPRESSÃO DE CONDICIONALIDADE

No geral, autores, como Comrie (1986), Sweetser (1990), Dancygier (1998) e Neves (1999; 2000; 2002), conceituam as orações subordinadas condicionais a partir da relação de causalidade, que pode ser compreendida através do esquema:

condição para realização → *consequência/resultado da realização*

Por meio da relação aí estabelecida, unem-se as proposições *p* e *q*, no qual a oração (*p*) oferece condição para a realização de outra oração (*q*). Em outras palavras, a oração condicional apresenta uma condição/circunstância da qual depende a realização do evento contido na oração principal.

Assim, Neves (2010) afirma que orações condicionais são caracterizadas, principalmente, pela existência de uma hipótese a ser verificada. O enunciado hipotético se apoia sobre a relação de causa não preenchida, em que há uma condição suficiente para validade da proposição contida na oração principal. É o que se notam em construções como:

(58) E **se chover** muito patrão? Você fica molhado e eu seco.
19:Fic:Br:Novaes:Mao

(59) Rubem Valença Filho assumiu um cargo ou um encargo que um grupo, do qual fui escolhido o representante, para desenvolver um projeto para a cultura pernambucana. Poderei ocupar, **caso** seja convocado e esteja envolvido. 19Or:Br:Intrv:Com

Nos exemplos dados acima, a proposição contida na prótase abre uma condição para a realização do evento contido na apódose. No exemplo (58), a proposição *ficar molhado* só acontece se o conteúdo da prótase for realizado; no exemplo (59), o falante ocupará um cargo apenas se o fato ocorrido na oração subordinada se concretizar. Portanto, a verdade/realização do conteúdo descrito em uma oração está condicionada ao acontecimento da situação descrita na outra.

As orações condicionais formam, portanto, uma espécie de moldura de referência em relação à qual a oração principal é verdadeira ou apropriada. Todavia, para uma interpretação de uma oração condicional, é preciso considerar mais que a causalidade prototípica, aliando valores semânticos a aspectos pragmáticos na manifestação do valor condicional.

Para Declerck e Reed (2001), as condicionais se dividem de acordo com as seguintes tipologias:

Tipologias de Mundos-Possíveis das Condicionais

- Factual
- Não-factual
 - ◆ Neutra
 - ◆ Não neutra
 - Fechada
 - Aberta
 - Provisórias
 - Contrafactual

Quadro 2 - Tipologias Condicionais (adaptado de DECLERCK e REED, 2001, p. 65)

De acordo com os autores (p. 67), as condicionais se dividem em dois grupos maiores, as factuais e as não-factuais. As não-factuais são formadas pelas condicionais neutras e as não-neutras – as quais podem ser divididas em fechadas, abertas, provisórias e contrafactuais. A seguir veremos cada uma dessas condicionais de acordo com o estudo extenso realizado pelos autores Declerck e Reed.

As factuais são consideradas reais e fazem parte de um mundo real, isto é, o falante compromete-se com a verdade da prótase no mundo real. Contudo, para eles, esses casos não são muito comuns, pois se o falante usa o *se* para criar um mundo hipotético, então o fato já é tratado como uma suposição na condição, ou seja, como um fato provável e não real. A prótase condicional é tratada como factual quando a apódose refere-se a uma situação habitual localizada no presente ou no passado. Os exemplos adaptados dos autores exemplificam essa leitura:

(60) **Se** eu tinha um problema, eu sempre ia para a minha avó.

(61) **Se** eles me veem, atravessam a rua.

Nos casos acima, há uma ideia de hábito, algo que costumava ou costuma acontecer: em (60), sempre que no passado o falante tinha um problema, procurava sua avó e em (61), sempre que o falante é visto por algumas pessoas, elas atravessam a rua.

A oração condicional também é interpretada como factual quando funciona como uma atualização da situação, como podemos ver nos exemplos a seguir:

(62) - May I invite you for a drink

- Excuse me, please, if I decline.

- *Posso convidá-la para uma bebida?*

- Desculpe-me, por favor, se eu recusar.

(63) - And thirty-four witnesses could testify to that.

- Thirty-five, if you included the driver.

- *E trinta e quatro testemunhas poderiam atestar isso.*

- Trinta e cinco, se incluído o motorista.

Para Declerck e Reed (2001), as contrafactuais, como veremos mais a frente, são tratadas como não-factuais, ou seja, não se realizam. Contudo, para eles, há uma série de casos em que elas são tratadas como factuais, como o exemplo abaixo extraído dos autores (p. 69):

(64) If you hadn't been my father, I would've hit you in the face.

Se você não tivesse sido meu pai, eu teria batido em você na cara.

(65) If it hadn't been for the fact that you are my father, I would've hit you in the face

Se não fosse pelo fato de que você é meu pai, eu teria batido em você na cara.

Em (64), a oração é entendida como contrafactual, pois o evento contido na prótase não se realiza, já que não tem como o falante deixar de ser filho do ouvinte. Porém, para os autores, quando a oração é vista como em (65), uma construção similar a (64), então ela passa a ser entendida como factual.

Os últimos dois tipos de condicional factual, segundo os autores, são as condicionais não especificadas em P (prótase) e as condicionais aparentemente factuais. As primeiras são vistas como retóricas e não se encaixam em nenhum dos casos específicos discutidos pelos autores. Elas são subserviente à outra oração, como o caso mencionado por Declerck e Reed (2001, p. 71):

- (66) I enjoyed the party, **even if** I did get red wine all over my new sweater
Eu gostei muito da festa, mesmo se eu tive vinho tinto por todo meu suéter novo.

Por fim, as condicionais aparentemente factuais são vistas como nos exemplos (DECLERCK e REED, 2001, p. 71) abaixo:

- (67) **If** two and two makes four, there is a mistake in this Bill.
Se dois e dois são quatro, há um erro neste projeto de lei.
- (68) **If** the postman is already there, it is later than I thought.
Se o carteiro já está lá, é mais tarde do que eu pensava.

em que a oração condicional é verdadeira isoladamente, mas na construção é somente tratada como verdadeira para o bem do argumento. Nesses casos, não importa para o falante se a proposição é verdadeira ou não no mundo real. Nesses casos, apesar de parecerem factuais, são tidas como fechadas.

As condicionais não-factuais são divididas em dois grupos: as neutras e as não neutras. Quando a prótase não é representada como verdadeira no mundo real, ela cria um mundo teórico (possível). As condicionais neutras exprimem não mais do que uma pura suposição sobre os casos não-factuais, ou seja, não há hipótese de que o caso a que ela se refere seja verdadeiro, falso, quase verdade ou improvável de ser (ou vir a ser) verdade no mundo real:

- (69) **Se** uma mulher tem um histórico de câncer em sua família, ela deve ser consultada pelo menos uma vez por ano.
- (70) **Se** a água ferve, ela se transforma em vapor.
- (71) **Se** eu vou pra cidade, eu pego um ônibus.
- (72) Crianças são órfãs **se** os pais delas estão mortos.
- (73) -Não é que uma frase maravilhosa?
-**Se** você diz!
- (74) **Se** ele notou Brand, ele não fez nenhum comentário.
- (75) **Se** a porta estava trancada, o assaltante teria primeiro tentado abrir uma janela.

As condicionais não-factuais não-neutras, segundo Declerck e Reed (2001), indicam uma hipótese acompanhada por uma pressuposição acerca da relação de compatibilidade entre o mundo suposto e o mundo real. Essa pressuposição que acompanha as prótases não-neutras é definida como uma proposição que se supõe ser verdade. Esse grupo é subdividido em quatro tipos: fechado, aberto, experimental e contrafactual.

As não-factuais fechadas são relacionadas a uma proposição que é verdade em um mundo fechado, um mundo não real assumido como sendo idêntico ao mundo real, factual. Em condicionais fechadas, a prótase não é conhecida como um fato, mas é aceita como verdade no mundo real, como os autores mostram com os exemplos abaixo (DECLERCK e REED, 2001, p. 81):

- (76) – I didn't do it.
– I believe in you. But if you didn't do it, it must have been Fred.
– *Eu não fiz isso.*
– *Eu acredito em você. Mas, se você não fez isso, deve ter sido o Fred.*
- (77) **If**, as I believe, she had already left when the murder was committed, she won't be able to tell us much.
Se, como acredito, ela já tinha saído quando o assassinato foi cometido, ela não será capaz de nos dizer muito,
- (78) (Watching the clock). **If** it's already 8:45, I'd better hurry up.

(*Olhando para o relógio*). *Se já são 8:45, é melhor me apressar.*

- (79) – Mummy, the milkman's here.
 – **If** the milkman's here, open the door for him.
 – *Mamãe, o leiteiro está aqui.*
 – *Se o leiteiro está aqui, abra a porta para ele.*

Nos exemplos acima, as prótases, como explicado pelos autores, não são reconhecidas como um fato pelo falante (*não tenha feito isso, tenha saído quando o assassinado foi cometido, são 8:45, leiteiro está aqui*), mas no mundo real, são consideradas verdadeiras para a realização da apódose.

Nas condicionais não-factuais abertas, o mundo não real convocado pela prótase podem ou não vir a corresponder com o mundo real. Normalmente elas se referem ao futuro (tempo verbal que marca algo desconhecido, que não se sabe se acontecerá). Contudo, os autores mostram que também são usados os demais tempos verbais, desde que falante não tenha certeza se o conteúdo da prótase tenha se realizado ou não. Aqui a prótase e apódose são vistas como uma possibilidade aberta, que não é dado nem como provável nem como improvável, mas como incerto:

- (80) **If** the train is late, we will miss our connection in London.
Se o trem está atrasado, nós perderemos nossa conexão em Londres.
- (81) - I think that man may be a plainclothes policeman.
 - **If** he is, I wonder what he is doing here.
 - *Eu acho que o homem pode ser um policial à paisana.*
 - **Se** ele for, eu me pergunto o que ele está fazendo aqui.
- (82) - I don't know if Liverpool won their match yesterday.
 - **If** they did, they must be top of the League now.
 - *Eu não sei se o Liverpool venceu o jogo ontem.*
 - **Se** eles venceram, eles devem estar no topo da Liga agora.

As condicionais provisórias têm o mundo não-factual assumido de uma forma que ele possa corresponder ao mundo real, mas a possibilidade de realização é

considerada como pouco provável (mas não impossível) de tornar-se (ou ter se tornado) real:

- (83) **If** he did that, he would be in real trouble.
Se ele fez isso, ele estaria em apuros.
- (84) **If** the world was hit by a meteor of that size, all life on earth would be destroyed
Se o mundo fosse atingido por um meteoro desse tamanho, toda a vida na Terra seria destruída.

Nos exemplos acima retirados de Declerck e Reed (2001, p. 93-94), a prótase é não-factual pois não se sabe se ela realmente se realizou. E são provisórias porque o falante trata o cumprimento da suposição como uma possibilidade bastante improvável ou uma possibilidade temporária. Essas condicionais são chamadas por muitos estudiosos da área por *hipotéticas*. Contudo, Declerck e Reed (2001) preferem não seguir essa convenção porque pode ser usada de formas diferentes e em vários sentidos.

Por fim, os autores definem as contrafactuais como uma condicional não-factual quando a condicional é assumida como sendo contrária aos fatos, como os exemplos retirados dos autores (p. 99):

- (85) **If** I were you, I wouldn't go there.
Se eu fosse você, eu não iria lá.

No exemplo acima, o falante pressupõe que o conteúdo da prótase é falso no mundo real. Em (85) fica claro que é impossível o falante deixar de ser ele e se tornar o ouvinte.

Essa divisão detalhada realizada pelos autores mostram as diferentes possibilidades de leituras entre as condicionais. Para Comrie (1986), o grau de hipoteticidade das orações pode variar, dependendo do modo como o falante concebe a situação descrita na oração condicional. No geral separam-se condicionais reais/irreais ou ainda condicionais factuais/eventuais/contrafactuais. Contudo, para o autor não há divisões exatas ente os graus de hipoteticidade, havendo, portanto, um contínuo entre

elas. É o falante quem determina os diferentes graus, sendo estes mais hipotéticos e menos prováveis ou menos hipotéticos e mais prováveis. Dessa forma, condicionais factuais carregam menor grau hipotético e as condicionais contrafactuais carregam maior grau de hipoteticidade.

Neves (2000) afirma que condicionais factuais se caracterizam por apresentar a realidade da situação condicionante – descrita na prótase – daí segue-se necessariamente a realização/factalidade da oração condicionada – descrita na apódose, como se exemplifica (86). Nas condicionais contrafactuais, a situação condicionante é concebida como irreal portanto segue-se, necessariamente, a irrealidade da oração condicionada, como no exemplo (87). Por fim, nas condicionais eventuais, a oração condicional apresenta a situação condicionante como potencial, aberta e, por isso, segue-se a eventualidade da oração condicionada, como se vê no exemplo (88).

(86) **Se** tenho tempo, vou com você ao cinema.

(87) **Se** o árbitro tivesse sido imparcial, nosso time teria sido campeão.

(88) **Caso** a visita venha, eu faço uma sobremesa.

Nota-se que em (86), oração condicional com valor factual ou real, o seu conteúdo (*ter tempo*) é passível de ser confirmado como real e verdadeiro, a partir daí, o enunciado da apódose (*ir ao cinema*) é entendido como uma consequência necessária, e também real. No exemplo (87), oração condicional com valor contrafactual ou irreal, o conteúdo da prótase é apresentado como irreal ou não verdadeiro (*árbitro ser imparcial*), impossível de acontecer, portanto, o evento da apódose não se tornará real (*time ser campeão*). Já no exemplo (88), valor eventual ou hipotético, o conteúdo da oração condicional refere-se a uma situação que pode ou não vir a ocorrer (*visita vir*), o que deixa a (não) realização da segunda oração (fazer sobremesa) dependente da (não) verificação do antecedente.

Do ponto de vista pragmático, as orações condicionais têm um papel essencial na construção discursiva e podem ser entendidas como tópicos, essenciais na organização da oração. Assim, Haiman (1978) afirma que as condicionais funcionam como informação dada, já que formam a moldura de referência para a oração principal.

Partindo desse pressuposto, Neves (2000) e Hirata (1999) analisam as condicionais como tópicos, já que a construção pode atuar na organização da informação no texto. Assim, as autoras afirmam que as condicionais podem ser tópicos de retomada, tópicos de contraste, tópico de alternativa.

As condicionais que funcionam como tópicos de retomada servem para apresentar informação introduzida em um contexto prévio, retomando, portanto, um conteúdo já comunicado anteriormente, como o exemplo seguinte:

- (89) Se o não foi, é porque foi por chave falsa, e se foi por chave falsa, quem roubou era uma pessoa da casa que, pela deflagração, quis dar a idéia de que quem roubara era pessoa de fora. Mas, se essa pessoa queria dar a idéia de que o que roubava não era ele, haveria de completar o seu cenário com o cuidado de estar onde o vissem na ocasião da deflagração e assim assegurar a si mesmo um "álibi " suficiente. 19:Fic:Pt:Pessoa:Roubo

No exemplo dado acima, fala-se sobre uma pessoa que tentara roubar uma casa, a mesma que é mencionada posteriormente na oração condicional. O falante usa uma condicional anteposta, que funciona, então, como um tópico de retomada.

Já as condicionais usadas como tópico de contraste contêm informações que contrastam algo em relação à afirmação precedente, como vemos no exemplo seguinte retirado de Hirata (1999, p. 43):

- (90) Essa “tendência para antropomorfizar”, utilizando as palavras de P. Veyne, o produto do trabalho humano decorre, como vimos no primeiro capítulo, da própria ambigüidade essencial do artefato: a um só tempo faz parte do universo físico, enquanto matéria, e humano, enquanto produto do trabalho e mediador das relações sociais. No entanto, se considerarmos que o motor da modificação tipológica se encontra na dinâmica das relações sociais e econômicas – como na década de 70 propuseram Klein, Binford e Schiffer – então a concepção de desenvolvimento endógeno do artefato representa fetichização. (ARQ/LT)

Quando há uma exemplificação de uma generalização anterior, a condicional funciona como tópico de exemplificação, como mostra o exemplo seguinte retirado de Hirata (1999, p. 44), que fica claro o uso da condicional para exemplificar um conteúdo:

- (91) Não se pode negar que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais linhas de força. Se examinarmos, por exemplo, os mapas de distribuição do povoamento durante quatro séculos e meio de história moderna da Venezuela, vemos que as manchas representativas da presença humana no território são repetidas. (PGN/LT)

As condicionais com função de explorar opções disponibilizadas anteriormente são chamadas de tópico de opção. O exemplo (92), retirado de Hirata (1999, p. 44), mostra que a condicional foi usada como uma opção dada pelo falante ao ouvinte (opção de *ficar aqui*).

- (92) Mané Gorila: Ontem mesmo dei dez contos do meu bolso pra comprar bancos pra escolinha lá do morro. Se vocês ficassem aqui, eu era até capaz de fazer uma escola aqui também. É preciso ensinar essas crianças a ler. Sem saber ler elas não vão poder votar amanhã. (IN/LD)

Vê-se, portanto, que orações condicionais constituem um campo intrincado de investigação. Não somente as orações condicionais podem ter várias interpretações, como sua estrutura pode assumir diferentes formas. Nesse contexto, Dancygier (1998) afirma que muitos fatores devem ser considerados para a definição das orações condicionais. Assim, a autora propõe conceber a condicionalidade como uma categoria e estabelece um conjunto de parâmetros de condicionalidade que reúnem traços sintáticos, semânticos e pragmáticos que contribuem para a interpretação geral das orações condicionais.

Para Dancygier, as orações condicionais podem ser analisadas quanto: (i) causalidade; (ii) não assertividade da construção; (iii) distância epistêmica; (iv) predição, (v) sequencialidade e (vi) espaços mentais. Esses traços podem aparecer em

maior ou menor grau, determinando quais construções estão mais prototípicas e quais seriam mais distantes da categoria.

A noção de causalidade está na base do significado condicional. Autores de diversas filiações teóricas concordam em compreender a condicional como uma construção em que a verdade contida na prótase leva à verdade contida na apódose, como se vê no exemplo:

- (93) O projeto é importante por esses motivos que eu destaquei, ele dá direito à nacionalidade, **se** o cônjuge for estrangeiro. 19Or:Br:Intrv:Cid

Vê-se em (93) uma relação de causalidade entre as proposições. O evento contido na oração condicional (*cônjuge for estrangeiro*) é a causa do evento descrito na oração matriz: *direito à nacionalidade*.

Porém, nem sempre a relação de causa é nítida, em alguns casos ela aparece bem marcada, enquanto em outros parece não existir. Para Sweetser (1990), a condicionalidade pode atuar em domínios diferentes: de conteúdo, o epistêmico e o de atos de fala. Nas condicionais de conteúdo, a relação causal é mais concreta e mostra que o evento na prótase é a causa do evento na apódose:

- (94) **Se** Dalmo não estudar com empenho, não passará no vestibular. (BEZERRA.; MEIRELES, 2009, p. 156)

Temos em (94) uma relação de causa estabelecida entre a prótase a apódose: “Dalmo não estudar” [causa] “Dalmo não passar no vestibular”. No exemplo a seguir, observaremos a condicional epistêmica e como a relação causal não acontece como no exemplo (94).

- (95) **Se** ela comprou tudo o que João pediu, ela o adora. (BEZERRA.; MEIRELES, 2009, p.157)

Em (95), comprar tudo não é visto como a causa de alguém adorar João. Nessas construções, é expressa a ideia de suposição e de que “o conhecimento da verdade da

premissa hipotética expressa na prótase é uma condição suficiente para se deduzir a verdade da proposição expressa na apódose” (NEVES, 2002, p. 500). Para essa construção temos que “comprar tudo para João” é a causa da “suposição” de que “ela adora João”.

Já em (96), temos um exemplo de condicional pragmática, o qual mostra que uma “realização do ato de fala aludido na apódose está condicionada à satisfação das construções comunicativas mencionadas na prótase” (BEZERRA.; MEIRELES, 2009, p.157)

- (96) **Se** você já acabou de telefonar, eu gostaria que me atendesse.
(BEZERRA.; MEIRELES, 2009, p. 157)

Nestes casos, a apódose expressa indiretamente um pedido. Este exemplo por ser lido como o “fim do telefonema” ser a causa de “prestar” um “atendimento”.

Outro traço característico das condicionais, conforme Dancygier (1998), é a não assertividade da construção. Nesse tipo de oração, a conjunção, muitas vezes, funciona como um marcador não assertivo da proposição que ele escopa. Ou seja, a conjunção traz ao conteúdo uma entonação de incerteza, indicando que o conteúdo da prótase é aberto e ainda precisa ser validado para a realização da apódose.

Ao introduzir o conteúdo por meio da conjunção condicional prototípica, o falante deixa claro o status de não realizado da situação descrita na oração condicional. Em outras palavras, o conector condicional acrescenta o traço de irrealidade à oração.

- (97) Eu não quero que o Nelsinho saia, não. **Se ele sair, eu saio junto.**
19Or:Br:Intrv:ISP

Na oração sublinhada no exemplo (97), não há nenhum evento confirmado como um fato real. O falante constrói, apresenta sua informação numa moldura hipotética e assim não assevera com certeza se o conteúdo “o jogador Nelsinho sair do time” irá acontecer.

Outro fator que colabora para a leitura não factual da proposição diz respeito às formas verbais que figuram na oração condicional. Os tempos e modos verbais podem

construir diferentes referências temporais, levando à alteração do grau de não assertividade da oração condicional. Por esse parâmetro concebe-se as condicionais como abertas / fechadas ou reais / irreais.

A relação modo-temporal nas condicionais também pode indicar a postura epistêmica do falante na oração condicional. A noção de postura epistêmica, conforme concebida por Fillmore (1990), refere-se à associação ou dissociação mental do falante em relação ao conteúdo expresso na prótase, ou seja, está relacionada ao nível cognitivo. Nesse contexto, as condicionais podem sinalizar uma postura epistêmica neutra (quando não se sabe se é do mundo real ou não), negativa (distinto do mundo real) ou positiva (quando se trata de uma condição no mundo real), como mostram os exemplos retirados de Ferrari (1999, p. 118-119) respectivamente:

- (98) **Se** chover, eles vão cancelar o jogo.
- (99) **Se** chovesse, eles cancelariam o jogo.
- (100) Chovendo, eles vão cancelar o jogo.

No exemplo (98), a postura epistêmica é neutra pois o falante não manifesta crença ou descrença em relação à ocorrência do evento da prótase (chover); no exemplo (99), o falante sinaliza impossibilidade de consideração do evento como real (chovesse), portanto, sua postura é negativa. Já no exemplo (100), a postura epistêmica é positiva, pois o falante toma como certo o evento da prótase. Nos exemplos acima, vemos que a escolha do verbo é importante para a leitura da distância epistêmica do falante em relação ao evento descrito na prótase. Em (98), o falante usa o futuro do subjuntivo para sinalizar desconhecimento em relação à efetiva realização do evento, em (99), o falante usa o pretérito imperfeito do subjuntivo, que marca uma relação improvável e, por fim, no exemplo (100), o falante usa o verbo no gerúndio, o qual marca uma ideia ou ação que ocorre no momento de outra no futuro.

A escolha modo-temporal do verbo, como percebemos até aqui, não é casual. Ela implica as intenções do falante quanto ao seu distanciamento epistêmico, do grau de hipoteticidade e da não-facturalidade do conteúdo.

O tempo e modo verbal usado nas condicionais são capazes também de mostrar a predição, capacidade da condicional de predizer/projetar que a situação na apódose

está condicionada ao preenchimento da situação expressa na prótase. A predição também é uma característica importante na definição da condicionalidade, Dancygier (1998) considera prototípicas as condicionais preditivas. Contudo, essa é vista como função central e básica nas condicionais de conteúdo, pois nem todas as condicionais epistêmicas e pragmáticas são preditivas. Ainda que as epistêmicas e pragmáticas envolvam algum tipo de predição, a primeira prioriza a apresentação condicional de um padrão de raciocínio e a segunda prioriza um ato de fala.

Em suma, o falante usa a condicional para marcar a predição acerca dos eventos que podem ocorrer, como em:

- (101) Então, os muçulmanos na Síria, no Egito e em outros lugares sempre foram furiosos contra minha pregação, mas eu nunca tive medo deles. Se eles me matarem, ganharei a vida eterna. 19Or:Br:Intrv:Cid

No exemplo acima, a oração condicional “se eles me matarem” prediz o que pode acontecer se o conteúdo da prótase chegar a se realizar: “ganhar a vida eterna”.

Como a predição antecipa aquilo que supostamente vai acontecer, na oração-apódose preditiva os verbos usados estão no presente do indicativo, e têm referência futura, ou estão no futuro do presente do indicativo e, segundo Hirata-Vale (2005, p.95) “são usadas para expressar ameaças, recomendações/avisos ou promessas”, como podemos observar nos exemplos retirados de Hirata-Vale (2005, p. 95-96):

- (102) **Se** ficar nas minhas redondezas você vai ver.
- (103) **Se** não aparece com resultados concretos eu lhe mando embora de Resplendor.
- (104) **Se** não me decifra te devoro.
- (105) **Se** fizer artigos sobre economia ganhará contos.

No exemplo (102), a ocorrência é usada para expressar uma promessa. Nos dois exemplos seguintes (103 e 104) o falante usa a oração condicional como uma ameaça aos seus interlocutores, de algo que pode acontecer se o conteúdo da prótase não for realizado. Para a autora, as condicionais que expressam uma promessa ou uma ameaça

podem causar confusão, por possuírem uma diferença sutil, contudo, é o contexto que definirá a interpretação. No último exemplo, o falante usa a construção condicional para fazer uma recomendação (fazer os artigos para ganhar pontos). Segundo Hirata-Vale (2005, p. 96), “o uso desses tempos verbais faz com que essas construções sejam entendidas como construções preditivas”.

Nas condicionais preditivas todos os tipos de ordenação são possíveis (anteposição e posposição), mas existe um tipo que é o mais comum e que reflete a ordenação icônica da sequência de eventos: o evento que ocorreu antes é mencionado antes, e deve ser entendido como a causa do evento que ocorreu depois, moldura típica de um raciocínio preditivo:

- (106) Se ficar provado que diplomatas iranianos estão envolvidos com atividades terroristas, então teremos de repensar nossas relações com o Irã, disse ontem o chanceler Guido Di Tella. 19N:Br:Folha
- (107) Steinbruch diz que, se ganhar o leilão, está disposto a conversar com o diretor-superintendente da Votorantim [...]19N:Br:SCat

Nos dois exemplos citados acima, as orações condicionais preditivas estão antepostas na construção, ou seja, a prótase precede a apódose, o mesmo que acontece com os eventos das duas orações: no exemplo (106), primeiro tem que haver provas que os diplomatas estão envolvidos com atividade terroristas para depois repensarem as relações com o Irã. No exemplo (107), só haverá uma conversa com o diretor superintendente da Votorantim se primeiro o ganhar o leilão.

A sequencialidade, segundo Dancygier (1998), também está presente nas construções condicionais. Contudo, este parâmetro não deve ser confundido com causalidade ou iconicidade.

O vínculo causal é percebido nas construções condicionais por transmitir uma ideia de causa e consequência entre as orações: a verdade contida na prótase leva à verdade contida na apódose. Essa ordenação lógica dos fatos na relação causal nos leva à iconicidade da construção, por partir da causa para a consequência, já que na maioria dos casos, a oração condicional é anteposta à oração matriz. Segundo Haiman (1980), a

iconicidade sugere que a primeira oração da construção, na maioria das vezes, expressa uma razão para o evento expresso na segunda oração, como vemos no exemplo a seguir:

(108) **Se** você beber, não dirija!

Em (108), o conteúdo da prótase (*beber*) leva a um fato que ocorre anteriormente ao conteúdo da apódose (*não dirigir*), assim, o evento que acontece primeiro, aparece na primeira oração, e o evento que acontece depois, aparece na segunda.

Para os estudos funcionalistas, há uma relação motivada para a construção das orações, sendo a iconicidade uma delas. A ordem das orações condicionais parece seguir uma ordem linear, respeitando a ordem dos fatos, como vimos no exemplo anterior.

A sequencialidade, apesar de estar intimamente ligada à iconicidade e causalidade, não pode ser confundida com essas relações. Dancygier (1998) explica que as condicionais podem ser caracterizadas por colocar os eventos “um após o outro” e não “lado a lado”, portanto, um em sequência do outro, definindo, assim, a sequencialidade. No exemplo que se segue, é possível observar as diferentes relações:

(109) **Se** você deixar, te darei um beijo.

O exemplo apresenta iconicidade porque a estrutura da construção está organizada de acordo com a ordenação temporal dos fatos, primeiro ocorre a permissão para o beijo, depois o beijo acontece. O exemplo também possui uma relação causal: *você deixar* é a causa do *beijo*. Há, dessa forma, um efeito de causa e consequência entre as orações. Por último, percebemos uma sequencialidade entre as orações. Não apenas a respeito de um evento seguir outro evento, estando em sequência, mas por haver uma asserção seguindo outra asserção. Os eventos são, portanto, sequenciais, um ocorre e depois o outro ocorre, e não simultâneos.

Outro ponto fundamental na caracterização das condicionais, segundo a proposta de Dancygier (1998), é o papel das conjunções condicionais como introdutoras de espaços mentais.

Sempre que falamos ou pensamos construímos espaços mentais, que são ativações estabelecidas para fins de compreensão do que se fala ou se pensa. Espaços mentais funcionam como uma espécie de apoio ao sujeito no discurso, que é representado por um espaço base. A partir dele, outros espaços mentais podem ser criados à medida que o discurso avança.

Para Dancygier (1998), condicionais podem ser consideradas como construtoras de espaços mentais, já que apresentam um espaço alternativo a ser considerado no discurso. Considerando a estrutura básica da condicional, “*se p, (então) q*”, *p* é visto como o espaço fundação, que se apresenta como um espaço de validação temporária de *q*:

- (110) **Se** você utilizar a estrada além da extensão vai encontrar outros pedágios.
19Or:Br:Intrv:Cid

Em (110), o uso da conjunção *se* na prótase (utilizar a estrada além da extensão) cria uma condição para a predição contida na apódose (encontrar outros pedágios), construindo um espaço mental alternativo (espaço fundação) que funciona como um operador sobre o discurso subsequente (espaço expansão). Assim, as condicionais criam um espaço mental hipotético no qual o falante apresenta uma atitude que se distancia da realidade (espaço base).

Segundo Ferrari (2000), numa construção condicional a conjunção contida na prótase servirá como uma marcador da não-assertividade que estabelece condições de validação do discurso, mostrando que o conteúdo contido na prótase precisa ser considerado, criam-se, portanto, dois espaços mentais, o espaço-fundação e o espaço-expansão. Contudo, nem sempre há conectivos nestas construções, podendo-se observar uma variedade de estruturas condicionais, tais como:

- (111) **Se** você não estudar, não passará no concurso.
(112) **Caso** minha mãe chegue, ficarei em casa.
(113) Bebeu? Não dirija!
(114) Fale novamente nesse tom e eu te coloco de castigo.

Apesar da representação prototípica e mais comumente utilizada ser “se *p*, (então) *q*”, observamos nos exemplos citados que o valor condicional pode ser expresso por diferentes conjunções e construções. Orações condicionais podem ser marcadas por diversas conjunções e locuções. Assim, a condicionalidade pode ser marcada por conectores que manifestam desde uma condicionalidade mais básica, como por aqueles que acrescentam mais significados ao significado de condição. É o que se discute na seção a seguir.

3.1. As conjunções condicionais

Conjunções condicionais são aquelas que iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária para que seja realizado ou não o fato principal. Encontramos uma lista ampla das conjunções e locuções conjuntivas usadas para marcar condicionalidade, como mostra Oliveira (2008). Destacam-se o *se*, *caso*, *contanto que*, *sem que*, *uma vez que*, *dado que*, *desde que*, *a não ser que*, *exceto se*, *a menos que*, como mostram exemplos a seguir:

- (115) A entrevista ficou marcada para as quatro da tarde, **caso** você não prefira ir à noite. (C. dos Anjos, M, 160) (Cunha e Cintra, 2013, p. 601)
- (116) E a um certo momento essa noção foi tão intensa e dolorosa que ele se levantou de um salto, pronto a reagir, a fazer qualquer coisa, **contanto que** escapasse àquele intolerável sofrimento. (19:Fic:Br:Cardoso:Dias)
- (117) Farei o que você me pede **desde que** tenha tempo. (Faraco e Moura, 2003, p. 416)
- (118) A negativa da família vai fazer você recuar. **A não ser que**, ao invés de um médico ou a assistente social, um juiz de direito ou então a polícia vá pedir doação para a família. (19Or:Br:Intrv:Cid)
- (119) Será isso poesia pura? Parece que não é. Mas, **dado que** se saiba o que venha a ser poesia pura, é evidente que essa essência, como certas substâncias delicadas e voláteis, precisa sempre de uma liga mais ou menos grosseira para subsistir. (19:Fic:Br:Amaral:Memorial)

No entanto, apesar da vasta gama de conectores disponíveis, a maioria dos estudos sobre condicionalidade está centrada na conjunção *se*. Oliveira (2008) afirma que isso pode passar a falsa ideia de que as diferentes conjunções sejam equivalentes, quando na verdade constroem significações distintas.

Além de Oliveira (2008), Neves (2000) e Hirata-Vale (2012) também levantam questionamentos acerca dessas definições. Para elas, os diferentes conectivos de valor condicional não podem ser tratados como equivalente ao *se*, tão pouco funcionam apenas para transmitir ideia de condição entre a oração subordinada e oração principal.

Visão semelhante é encontrada em Visconti (1996), que ao estudar as conjunções e locuções conjuntivas condicionais do inglês e do italiano realizou um levantamento sobre o sentido expresso com o uso delas e as classificou em (i) restritivas positivas, (ii) restritivas negativas e (iii) hipotéticas, mostrando que nem sempre elas transmitem a mesma interpretação.

Partindo dessa definição, Oliveira (2008) faz um levantamento das conjunções condicionais do português, mostrando seus diferentes significados e funções. Segundo Oliveira (2008), essas diferenças

não existem apenas no âmbito do tipo de relação condicional que as conjunções complexas atualizam, mas também no que diz respeito a sua própria estrutura interna. As conjunções complexas se constituem a partir de diferentes bases lexicais e, dessa forma, é preciso investigar de que maneira essas diferenças se refletem no uso que é feito dessas conjunções. (OLIVEIRA, 2008, p. 8)

Assim, a autora defende a tese principal de que as conjunções e locuções conjuntivas agrupadas no grupo das condicionais nem sempre expressam o mesmo valor. Há entre elas uma relação de condicionalidade, mas com leituras diferentes. No português brasileiro, Oliveira (2008) constatou que a maior quantidade de conectores condicionais se encontra no grupo das *restritivas positivas*: *somente se*, *só se*, *contanto que*, *desde que*, *dado que*. Neste grupo, as condicionais tem uma leitura bicondicional, pois estão envolvidas mutuamente: ambas são falsas ou ambas são verdadeiras. É o que se notam, em casos, como:

- (120) Eleições nos EUA sofrem reviravolta com nova decisão de Washington – A decisão unânime dos sete juízes da Suprema Corte da Flórida, na noite de terça-feira, de validar a recontagem manual de quase um terço dos votos das eleições presidenciais no Estado e ordenar sua inclusão no resultado final levará a uma resolução relativamente rápida para a disputa pela Casa Branca só se houver um desfecho desfavorável para seu principal beneficiário - ou seja, a derrota do democrata Al Gore diante do republicano George W. Bush. A corte fixou o prazo de 17 horas de domingo ou, alternativamente, 9 horas de segunda-feira para que a reapuração manual seja completada. Mas o cenário mais plausível era o de uma escalada da inusitada confrontação entre democratas e republicanos e de um agravamento da primeira crise sucessória nos Estados Unidos em mais de cem anos. (GAZETA PARANÁ-J) – Retirado de Oliveira (2008, p.77)
- (121) O ministro do STJ, Demócrito Reinaldo, disse que só quem pode suspender as ações contra o leilão da Vale do Rio Doce é o próprio TRF de São Paulo, ou o STJ. Neste caso, o leilão seria realizado somente se ele, Demócrito, atender integralmente ao pedido do BNDES. 19N:Br:SCat

Na ocorrência (120), a oração condicional (só se houver um desfecho desfavorável para seu principal beneficiário) mostra uma condição única e necessária para validar o evento contido na oração principal. Em (121), para que o evento descrito na oração principal se realize (o leilão), é necessário que o conteúdo da oração condicional se realize primeiro (Demócrito atender ao pedido). Assim, a construção evidencia um evento como condição necessária do outro. O mesmo pode ser notado nos exemplos abaixo, retirados de Oliveira (2010, p.250), com o uso das conjunções *contanto que*, *desde que* e *dado que*:

- (122) A rede de atendimento primário poderá ser constituída não só pelos estabelecimentos federais do Inamps, mas também, por estabelecimentos estaduais e municipais, **desde que** estes se mostrem capacitados para exercer esse trabalho.

- (123) O esgotamento no governo FHC propicia assim uma oportunidade histórica para a esquerda, **contanto que** ela saiba se oxigenar teórica e politicamente.
- (124) O governo aceitaria contratos de diversas empresas, **dado que** estivessem de acordo com as normativas vigentes.

Conforme Oliveira (2008), o segundo maior grupo é formado pelas locuções conjuntivas *restritivas negativas*: *a não ser que, salvo se, exceto se, a menos que*. Neste grupo, encontramos as conjunções que restringem a relação condicional com inversão de polaridade, ou seja, para considerarmos a realização da oração principal na condição única da não realização da oração condicional:

- (125) Já o físico Gerald O'Neill, da Universidade de Princeton, diz que não é possível preservar a Terra sem conquistar o espaço. O'Neill propôs as colônias orbitais em 1971 durante um seminário sobre o futuro da humanidade. Ele lembra que as reservas de matérias-primas da Terra se esgotarão no final do próximo século, a menos que a humanidade comece a explorar as riquezas do espaço. Na Lua e nos asteróides existem reservas de ferro, alumínio, titânio e hidrocarbonetos suficientes para manter uma civilização como a nossa durante milênios, Por enquanto ainda não existe uma infra-estrutura para explorar essas reservas, só a tecnologia. A colonização do espaço terá que começar de forma lenta, para esticar os custos ao longo de décadas. (JB-J) – retirado de Oliveira (2008, p . 78)
- (126) Nós estamos fadados ao ostracismo e ao esquecimento, a não ser que resistamos como artistas legítimos que somos, eu tenho consciência clara da opção que fiz por desenvolver meus quadrinhos experimentais e autorais, sei das dificuldades de se publicar um trabalho como o meu, mas tenho preferido pagar o preço desta opção e continuar genuíno. 19Or:Br:Intrv:Web

Temos aqui exemplos de condicionais restritivas negativas, pois notamos que o conteúdo da oração condicional (“humanidade comece a explorar riqueza” e “resistamos

como artistas legítimos”) é apresentado como condição necessária para a não-validação da oração matriz (“as reservas de matérias-primas da Terra se esgotarão no final do próximo século” e “nós estamos fadados ao ostracismo e esquecimento). A mesma leitura pode ser vista nos exemplos (Oliveira, 2010, p. 251) a seguir com as conjunções *salvo se*, *exceto se*:

- (127) Produtos da zona não poderão ser reexportados pelos países importadores, **salvo se** houver prévio acordo com o país interessado.
- (128) As duas camadas externas neuronais da retina geralmente permanecem sem lesões, **exceto se** oclusões vasculares estão superajuntadas.

Por fim, no que a autora considera o menor, porém mais produtivo, grupo encontram-se as conjunções *hipotéticas*: *se* e *caso*. As conjunções desse grupo estabelecem uma relação mais básica, neutra, sem nenhum outro valor semântico agregado. Assim, conjunções desse tipo estabelecem uma relação de condição mais ampla, e muito mais produtiva, sendo marcada principalmente pela conjunção condicional prototípica *se*. Esses casos são ilustrados a seguir:

- (129) **Se** chover assim no mês de fevereiro teremos que adiar a colheita.
- (130) **Caso** ele seja respeitado pelos motoristas, os acidentes deverão diminuir bastante.

No exemplo (129), a condição descrita na prótase (chover assim no mês de fevereiro) é apresentada como uma condição suficiente para a validação do conteúdo da apódose (adiar a colheita). O mesmo acontece com o exemplo (130), em que o evento da oração condicional (ser respeitado pelo motorista) apresenta uma condição suficiente para validação do conteúdo da oração principal (acidentes diminuirão bastante). Ou seja, a realização do conteúdo contida na oração condicional leva à realização do conteúdo da oração matriz.

Percebe-se que a leitura condicional dessas orações é dada pelas conjunções usadas nessas construções. Entretanto, “ao contrário do que se observa em relação à conjunção *se*, que apenas marca a relação condicional, as conjunções condicionais

complexas descrevem o sentido condicional, especificando lexicamente a relação que envolve as duas orações na construção condicional”. Assim como discutimos na seção anterior, trazemos para esta seção a distinção de estatuto categorial entre as conjunções condicionais gramaticais e as lexicais.

Nas análises realizadas por Oliveira (2008), a autora confirma o estatuto gramatical da conjunção *se*, pois esta se realiza como um modificador condicional, verifica-se a ausência de um significado lexical que possa ser decomposto em termos de outros predicados e porque não atende ao critério da formação de predicado, já que não há predicados que sejam derivados dessa conjunção.

Por outro lado, as conjunções condicionais complexas não servem para marcar a relação condicional de suas proposições, mas para descrever o sentido condicional da oração, “especificando lexicamente a relação que envolve as duas orações na construção condicional” (OLIVEIRA, 2008, p. 124).

Diferente da conjunção *se*, as conjunções complexas se originam de uma fonte lexical e, por esse motivo, são encaixadas nos grupos das conjunções lexicais, já que carregam consigo um resto do seu conteúdo original. É, portanto, o seu significado lexical, associado a outros elementos, que apresentam a leitura condicional.

Assim, as conjunções condicionais devem ser analisadas a partir do *contínuo* “gramatical → lexical”, no qual alguns conectores se encontram no ponto médio dessa linha, e alguns se encontram mais perto das extremidades. Portanto, esta é uma categoria gradual que vai do mais gramatical para o mais lexical. “Ou seja, há elementos lexicamente plenos e aqueles em que se verifica um menor grau de lexicalidade. Do mesmo modo, há itens altamente gramaticais e aqueles com menor grau de gramaticidade” (Oliveira, 2008, p.125).

A autora observou as conjunções (complexas) condicionais sob foco da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Essa teoria é um modelo de descrição que tem como objetivo analisar a estrutura linguística e descrever a língua considerando os aspectos morfosintáticos, semânticos e pragmáticos. Nesta teoria, as conjunções são analisadas nos termos subjacentes da oração e, enquanto os elementos lexicais são analisados como predicados, os elementos gramaticais (conjunções e preposições) são analisados como funções semânticas.

Dessa forma, as conjunções condicionais não tem sua forma representada na estrutura subjacente da oração, como a autora mostra no exemplo que se segue (Oliveira, 2008, p. 123):

- (131) O senador Pedro Simon (PMDB-RS), líder do governo Itamar no Senado, disse ontem que o governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de não conseguir a aprovação da reforma constitucional se continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso.

(ei: [o governo Fernando Henrique Cardoso corre o risco de não conseguir a aprovação da reforma constitucional] (ei): (ej: [continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso] (ej): (ej))**Cond**)] (ei))

A oração condicional de (131) “continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso”, aparece representada sem a conjunção *se*, sendo esta indicada pela função semântica de cond(ição). As conjunções condicionais são analisadas, na GF, como uma função semântica atribuída ao modificador oracional que elas introduzem, no caso do exemplo, atribuída à oração “continuar divulgando as propostas sem antes articular o apoio do Congresso”.

Todavia, as conjunções condicionais complexas descrevem o sentido condicional, especificando lexicalmente a relação entre as orações. Para a GDF, essas conjunções são analisadas como predicados, por especificarem a relação condicional entre um modificador oracional (oração subordinada) e uma oração núcleo. Portanto, elas aparecem na representação da estrutura, como vemos no exemplo extraído de Oliveira (2008, p. 129):

- (132) Ou uma inovação "revolucionária" que introduz algo virtualmente novo no mercado (como recentemente o vídeo-cassete). Lembre-se que, à medida que a inovação progride ao longo desta escala, o potencial de retornos financeiros aumenta, **contanto que** haja uma aceitação rápida no mercado, o que tende a não acontecer quando se trata de algo que "assusta" o consumidor, por mais útil que lhe possa ser inovação. (MK-T)

(p_i: [o potencial de retornos financeiros aumenta] (p_i): (f_i: **contanto_que**Conj (f_i): (p_j: [haja uma aceitação rápida no mercado] (p_j))Ref (p_i)

Vê-se a diferença dessa representação para a representação anterior, pois em (131), a conjunção condicional complexa *contanto que* é analisada por meio do esquema de predicado. A conjunção

especifica lexicamente a relação condicional entre as proposições descritas pela oração núcleo (p_i) e pela oração condicional (p_j). Dessa maneira, a conjunção é analisada na estrutura subjacente como um predicado (f_i) de um argumento, ocupado pela oração condicional, ao qual é atribuída a função de referência, já que a oração se refere a uma entidade de terceira ordem (p_i). (OLIVEIRA, 2008, p. 129)

Em vista disso, a distinção entre gramatical e lexical é fundamental para a análise das conjunções, pois mostra que o significado lexical é fundamental para compor o significado dessa conjunção e da oração a qual ela introduz. O significado original do item que forma a conjunção complexa tem papel importante em sua nova função, pois é ele que direciona a leitura da oração.

Isso pode ser notado no uso da expressão *supondo que* como conector condicional, um termo que se origina do verbo *supor*, mas que em algumas situações funciona como conector condicional. Hirata-Vale (2012) discute que esse uso é resultado de um processo de subjetivização, em que se nota uma ligeira mudança na expressão, que passar a funcionar como indicação da atitude do falante com relação a seu enunciado. Portanto, o uso de *supondo que* como conectivo condicional apresenta mudanças no que diz respeito à fonte da avaliação do enunciado, que passa a ser o falante. Isso revela o processo de subjetivação pelo qual o termo passa. A mudança descrita por Hirata-Vale inicia-se com o *supondo que*

com um valor mais modal, ligado a uma crença [...] passando por um valor que se relaciona à construção de uma moldura hipotética [...] mas que não funciona ainda como um conectivo condicional, [...]até chegar a um valor condicional, em que o CCC funciona como uma conjunção condicional. (HIRATA-VALE, 2012, p. 392)

Para demonstrar essa mudança gradual, Hirata-Vale (2012, p. 292-293) traz os seguintes exemplos:

- (133) Valor do *supondo que* ligado a uma crença:

Por ocasião das cartas do bispo, governador, câmaras e outros ministros desse Estado, e por requerimentos e queixas de alguns eclesiásticos e seculares que dele vieram, ordenou S. A., antes de partir para Salvaterra, como foi em 17 de Janeiro, que se fizesse uma grande junta sobre o remédio espiritual e temporal do Maranhão, **supondo** e clamando todos que o dito Estado se vai perdendo, e acabará de todo se não lhe acudirém. (1626-1692 – Cartas Padre António Vieira – CdP)

- (134) Valor do *supondo que* relacionado a uma moldura hipotética:

De alguas cousas por aqui moderadamente sucedidas, dou particular aviso ao Senhor Embaixador, **supondo que** ali mesmo as logrará V. M. Elas, pelo que são e por serem por mi escritas, servirão antes para desenfado, que para aviso; porque nas mais destas, sigo de melhor vontade ao filósofo que ria que ao que chorava. (1650 - Cartas familiares - Francisco Manuel de Melo – CdP)

- (135) *Supondo que* funcionando com valor condicional:

Em lugar de Horácio, nestes princípios, aconselharia Catulo, que é não só puríssimo Latinista, mas mui natural e com infinitas graças. Devem-se separar os poemas impúdicos, e explicar os outros com todo o cuidado e diligência. Mas, **supondo que** o Mestre não tem os ditos livros, direi o que deve fazer depois da leitura de Fedro e Terêncio. (1765 - Verdadeiro Método de Estudar - Luís António Vernei – CdP)

Podemos observar que a pessoa gramatical revela e acompanha o processo de subjetivação, seguindo a seguinte direção: sujeito 3ª pessoa > sujeito 1ª pessoa > sujeito falante. Da mesma maneira, e gradualmente, o *supondo que* parte do seu sentido original se direcionando para um sentido mais abstrato. Isto é, se inicia com o *supor* como predicador, que passa a funcionar também como predicador atitudinal -

especificando a atitude do falante em relação a todo o conteúdo proposicional ou a uma parte dele e, por final, usado com valor de condição.

Segundo Visconti (2004) e Oliveira (2014), trata-se de uma conjunção lexical “com mudança acentuada de significado” (Oliveira, 2014, p. 58). Para Oliveira (2014), o *supondo que* “se origina a partir do verbo *supor*, cujo significado básico pode ser entendido como “conjeturar, presumir, imaginar”, sentido esse que serve para construir a relação condicional, a qual hipotetiza uma situação” (OLIVEIRA, 2012, p. 136).

Portanto, no estágio inicial, com o verbo em seu valor pleno, a pessoa gramatical de maior preferência usada com o *supor* é a 3ª pessoa. Quando o verbo começa a sofrer as mudanças de sentido, ocorre uma variação na pessoa gramatical, tendo um aumento do uso da 1ª pessoa e a diminuição do uso da terceira pessoa. Por fim, quando o *supondo que* é usado para criar uma situação que deve ser lida como hipotética, o sujeito do termo passa a ser o falante, que mostra sua crença relacionado à proposição dita.

Semelhantemente, Visconti (2004) analisou o uso de *supposing that* como conector condicional no inglês. A autora observou que o primeiro passo para a mudança se inicia com o aumento do uso de *suppose*, ainda como predicado, em sentenças interrogativas. Isso ocorre porque o falante passa a usar o verbo *suppose* para introduzir um quadro de raciocínio ou uma instrução ao ouvinte, servindo, assim, como tópico da oração. A partir desse aumento do uso do *suppose* em orações interrogativas, em que ele já está inserido em uma oração utilizada como tópico, o falante começa a expandir o uso do termo para o uma leitura condicional.

Visconti (2004) concluiu que esse item se desenvolveu a partir do processo de subjetivização. Este processo marca o desenvolvimento de expressões centradas sobre o ponto de vista do sujeito falante (TRAUGOTT, 2010). Ainda segundo Traugott, apesar de não estar restrita à gramaticalização, há uma estreita relação entre os dois processos, tal como apontam os estudos com o *supondo que* e *supposing (that)*.

No caso de *supposing*, Visconti apresenta evidências dessa mudança com exemplos dos usos de *suppose* como verbo principal, em que se verifica menor grau de subjetividade e que co-ocorre com elementos modais e com o modo subjuntivo, tal como ocorre no exemplo (136). Contudo, ao observar o uso de *supposing* como conjunção, percebe que ele próprio modaliza o enunciado, como no exemplo (137):

(136) The disciples, **supposing that** he had ben a fantasme, criden for drede.
(*Love Mirror, Brsn e.9 144, c1430 (a1410) [MED]*)

“The disciples, believing he was a ghost, cried out in dread.”⁹

“*Os discípulos, acreditando que ele era um fantasma, gritaram de pavor.*”

(137) Or **supposing that** there is but one Bishop; when he is sent into perpetual Banishment, how must his Office be supply'd? (Humphry Hody, *A letter. . . Oxford, 1692 [Lampeter]*)

“*Ou supondo que há um só Bispo; quando ele é enviado para o exílio perpétuo, como seu cargo será preenchido?*”

Inicialmente, ao observar os dados do Inglês Médio, nos 86% dos casos analisados por Visconti mostram o sujeito na 3ª pessoa, sendo este correferencial ao sujeito da oração matriz:

(138) Vlixes. . . Made his sone. . . to be. . . shette vp in presoun. . . **supposyng** . . . Fro alle meschef þer-by to go quyte. (*a1420 Lydg. TB 5.3063 [MED]*)

“Ulixes. . . made his son. . . to be. . . shut up in prison. . . believing. . . from all mischief thereby to go quit.”¹⁰

““*Ulixes. . . fez o seu filho. . . ser. . . calado na prisão. . . acreditando. . . estar quite assim de toda a maldade.*”

Ao analisar os dados no Inglês Moderno, Visconti (2004) observou a diminuição do uso da 3ª pessoa e o aumento do uso da 1ª pessoa. Segundo a autora, esse é um fato relevante para o processo de subjetivação sofrido pelo lexema. Neste estágio, o termo ainda funciona como adjunto oracional, os sujeitos ainda são correferenciais, mas se encontram na 1ª pessoa:

(139) [. . .] but **supposing** thou doest, I am truly satisfied, and will beleeve, and hope, God will make thee a sayntt, wher thou art, and thats all I car for. (*Winefrid Thimelby to Gertrude Aston, 23 Feb. 1672 [CEEC]*)¹¹

⁹ Exemplos retirados de Visconti, 2004, p. 172.

¹⁰ Exemplo retirado de Visconti (2004, p. 179)

“mas supondo que tu fazes, eu estou realmente satisfeito, e vai acreditar, e esperar, Deus fará de ti um santo, onde tu estiveres, e é tudo que me importa”

Por fim, o sujeito de *supposing that* passa a ser identificado com o sujeito falante e diferente do sujeito do verbo da oração matriz. Segundo Visconti (2004, p. 179) essa mudança gradual tem em seu estágio final o uso de *supposing* quase que exclusivamente para expressar a atitude do falante para a proposição.

(140) But **supposing** (as indeed there’s no great likelihood of it) **that** no such Alliance as this should ever happen; yet however, if these two Nations be not more closely united, it may be of ill consequence to England, if any of their Kings at any time should be so far disgusted with their Proceedings, as to leave them, and betake themselves to us. (A. Foyer, A. Fletcher (attr.), *A defense of the Scots settlement at Darien, Edinburgh, 1699* [Lampeter])¹²

“Mas supondo (que de fato não exista grande probabilidade disso) que tal Aliança jamais acontecesse; ainda contudo, se essas duas nações não estivessem mais intimamente ligadas, poderia ser de sérias conseqüências para a Inglaterra, se qualquer de seus reis a qualquer instante estivesse então indignado com seus procedimentos, a ponto de deixá-los, e se refugiarem conosco.”

Nos exemplos (138) e (139), a fonte de avaliação é o sujeito do verbo, enquanto em (140), a fonte de avaliação é o próprio falante, que tem sua avaliação como algo hipotético. Segundo Hirata-Vale (2012, p.395), é “como se o falante pedisse ao seu ouvinte que imaginasse tudo o que disse na oração matriz levando em conta sua suposição”.

Quando o *supposing* atua como predicado da oração, percebemos que os sujeitos das orações (subordinada e matriz) são correferenciais, isto é, quando o sujeito da oração de *supondo que* se encontra na 3ª pessoa, o sujeito da oração principal também está na 3ª pessoa, tratando-se do mesmo sujeito. Quando o sujeito de *supposing that* está na 1ª pessoa, o verbo da oração matriz também é controlado pela primeira pessoa,

¹¹ Exemplo retirado de Visconti (2004, p. 179)

¹² Exemplo retirado de Visconti (2004, p. 179-180)

tratando-se, também, do mesmo sujeito. Contudo, quando o *supondo que* funciona como conector, essa correferencialidade entre os sujeitos não acontece:

- (141) She'd no pretensions about her own background. But she did think about Will and his mother, ***supposing that*** Will would ever ask her to be mistress of the house, and his mother would still be alive. (M. Kide, *Polymena Cove*, HarperCollins, 1994 [Bank of English: British Books])

Ela não tinha pretensões sobre seu próprio antecedente. Mas ela pensava em Will e em sua mãe, supondo que Will jamais lhe pediria para ser a dona da casa, e sua mãe ainda estaria viva.

Por meio de análise do uso de *supposing that*, essa autora conseguiu mostrar a mudança gradual que esse termo sofreu, em que *supor* era usado como acreditar, passando a ser usado em contextos que mostram um reduzido grau de compromisso e, por final, usado para expressar a atitude do falante como proposição. O mesmo foi observado no português pelas autoras Oliveira (2010) e Hirata-Vale (2012). Para elas, o termo *supondo que* também passa pelo processo de gramaticalização e subjetivização e caminha para a categoria das conjunções.

4. METODOLOGIA

Para a realização do presente trabalho, o material que forma o corpus analisado foi coletado do *Corpus do Português*, (www.corpusdoportugues.org.br). O *corpus* é composto por 45 milhões de palavras, aproximadamente 57 mil textos, nos registros oral e escrito, em português do século XIII ao século XX (DAVIES e FERREIRA, 2004).

O *corpus* disponibiliza textos nas modalidades oral, ficcional, jornalístico e acadêmico num período que vai do século XIII ao XX. Para este trabalho, encontramos o uso do *supondo* que apenas do século XVII ao XX, considerando os diferentes tipos de textos e nas variedades do português brasileiro e europeu. Ao todo, foram encontrados 120 casos com o uso do *supondo que* no *corpus*, contudo, apenas 37 deles continham o termo funcionando como conectivo.

Para tanto, como forma de complementação da amostragem para análise, utilizamos a máquina de busca *webcorpora*, ferramenta computacional que busca dados linguísticos na internet. Para esse trabalho, foram usados dados do google blog e google news.

4.1. Parâmetros de Análise

O objetivo principal desta dissertação é analisar as orações condicionais iniciadas por *supondo que* no português do Brasil. Esse objetivo se desdobra em outros dois: verificar a função de *supondo que* como conector condicional, analisando seu estatuto morfossintático e, ainda, analisar os traços de condicionalidade expressos nas construções por ele introduzidas.

Para conduzir a análise, os dados coletados serão analisados a partir dos seguintes parâmetros:

- (i) A possibilidade – ou não – de flexão do núcleo verbal da conjunção;
- (ii) A posição de *supondo que*;
- (iii) Atuação de *supondo que* em uma oração subordinada adverbial finita;
- (iv) Viabilidade para negação de *supondo que*;
- (v) As formas verbais da oração;

- (vi) Postura epistêmica na oração condicional;
- (vii) A relação de causalidade entre as proposições relacionadas;
- (viii) A sequencialidade entre as proposições relacionadas;
- (ix) Não assertividade de *supondo que*;
- (x) Posição da oração introduzida por *supondo que*;
- (xi) Função do conector como introdutor de espaço alternativo.

4.1.1. (Não) Possibilidade de flexão do núcleo verbal da conjunção

Segundo Kortmann (1996), para que um termo seja considerado subordinador adverbial, este não pode flexionar-se quando usado para tal função. Este autor assume que muitos conectores são formados a partir da gramaticalização de itens verbais e nominais, mas explica que quando esse elemento funciona como conjunção adverbial, ele perde sua propriedade de flexão. Portanto, no caso analisado nesta pesquisa, apesar da base (verbal) do conector poder variar quanto a tempo, modo, pessoa gramatical ou número, o conector perderia tal característica.

4.1.2. (Não) Possibilidade de negação

Esse parâmetro pretende investigar a (não) possibilidade de negação do *supondo que*. Para esta análise, partimos do pressuposto que, como conjunção, o *supondo que* não poderia estar sob o escopo de negação.

4.1.3. Posição do conector na oração

Diferentemente do que acontece com alguns termos de uma oração, os subordinadores adverbiais assumem uma posição não flexível na margem da cláusula sobre a qual ele escopa.

Na língua portuguesa, as conjunções e conectores possuem uma posição restrita à esquerda da oração em que se encontra. Isso acontece porque a posição inicial é vista, grande parte das vezes, como um lugar relevante para o conteúdo informado. No caso das conjunções, o falante indica qual leitura deve ser feita do evento comunicado.

4.1.4. Atuação de *supondo que* em uma oração subordinada finita

As formas verbais, como veremos nesse e nos dois parâmetros seguintes, têm grande relevância na análise deste trabalho. Na definição de conector, Kortmann (1996) espera que um subordinador opere sobre uma oração subordinada finita, isto é, que possua seu núcleo verbal no modo subjuntivo, indicativo ou imperativo. Portanto, observaremos a partir deste critério estabelecido por Kortmann, se o conector *supondo que* atua sobre uma oração finita.

4.1.5. Não-factuality da oração introduzida por *supondo que*

No entendimento dos traços de condicionalidade nas construções introduzidas por *supondo que*, quando uma conjunção funciona com valor condicional, a forma verbal da oração subordinada pode indicar o caráter não-factual dela. Dessa forma, observaremos nas orações com *supondo que* se a forma verbal que acompanha o termo contribuiu para a relação não-factual da oração.

4.1.6. Postura epistêmica

Além da escolha do tempo e do modo verbal da oração subordinada designar um critério definidor para a categoria das conjunções e contribuir para a leitura não-factual de uma oração condicional, a forma verbal também pode implicar o distanciamento epistêmico dado pela intenção do falante. Assim, outro parâmetro de análise que envolve o tempo e modo do verbo será observar se esta escolha implica o distanciamento epistêmico do conteúdo comunicado.

4.1.7. Causalidade entre as proposições relacionadas

Nas sentenças condicionais complexas, a prótase é geralmente introduzida pela conjunção *se*, sendo “*se p, q*” o exemplo de construção condicional mais comum e que, segundo Dancygier (1998), pode ter uma variedade de interpretações. Desse modo, por esse parâmetro analisaremos as condicionais introduzidas por *supondo que* quanto ao

domínio cognitivo ao qual pertencem: o de conteúdo, epistêmico, atos de fala ou metatextual.

4.1.8. Sequencialidade entre as proposições relacionadas

A sequencialidade, para Dancygier (1998), está presente nas construções condicionais, mas deve ter uma leitura cuidadosa e não pode ser generalizada. A autora afirma que a sequencialidade nem sempre está ligada à causalidade. Além disso, a autora conclui que a sequencialidade parece estar mais presente nas condicionais preditivas, ou seja, nas condicionais em que a apódose está condicionada ao evento contido na prótase, já que nesses casos há uma sequencialidade temporal.

4.1.9. Não-assertividade do conector

Segundo Dancygier (1998), além de marcar causalidade, a conjunção *se* funciona como um marcador de não-assertividade contida na proposição a qual ele escopa. Assim, por esse critério pretende-se analisar se, assim como o *se*, o *supondo que* traz em si essa ideia de não assertividade.

4.1.10. Posição da oração encaixada

Este parâmetro de análise pretende observar a posição da oração encaixada por *supondo que*. Orações condicionais podem assumir três posições na oração: antepostas, pospostas ou intercaladas.

4.1.11. *Supondo que* como introdutor de espaços mentais

Assim como as condicionais podem funcionar como construtoras de espaços mentais, criando o espaço fundação na prótase e o espaço expansão na apódose, testaremos aqui se o *supondo que* funciona como um espaço de validação temporária assim como acontece com a estrutura “*se p, (então) q*”.

5. OS USOS DE *SUPONDO QUE* NO PORTUGUÊS

Como se discutiu nas seções anteriores, o objetivo principal deste trabalho é descrever a expressão *supondo que* para (i) verificar seu estatuto como conector adverbial e, ainda, (ii) avaliar os traços de condicionalidade nas orações condicionais por ele introduzidas.

Vários estudos sobre a condicionalidade, em especial no português, têm demonstrado a variedade de conjunções ou locuções que funcionam para construir a relação condicional. Nesse sentido, este trabalho pretende contribuir com o entendimento geral sobre condicionalidade, uma vez que analisa um tipo específico, e muito pouco tratado, de conector condicional.

Partindo do entendimento geral de que conjunções não podem ser analisadas por meio de características estabelecidas pela tradição aristotélica, conforme afirmam Hengeveld e Wanders (2007), Pérez Quintero (1998) e Oliveira (2008), pretende-se analisar o conector *supondo que* a partir de critérios de natureza formal, semântica e pragmática que permitam o entendimento de seus padrões funcionais.

A análise realizada aqui tem como objetivo descrever o uso de *supondo que* em construções como se vê na ocorrência abaixo:

- (142) Equação Considerando as relações apresentadas, pode-se compreender como os ajustamentos se processam em um mercado descrito por esse modelo. **Supondo que** ocorra um aumento não antecipado da demanda do varejo, os estoques irão sofrer uma redução maior do que a esperada, mas os preços ao varejo e ao produtor permaneceram inalterados. (19Ac:Br:Lac:Thes)

Nota-se, nesse caso, a presença de dois enunciados:

Enunciado 1: ocorra um aumento não antecipado da demanda do varejo

Enunciado 2: os estoques irão sofrer uma redução maior do que a esperada

Os segmentos estão envolvidos numa relação de causalidade não preenchida. Note-se que, na ocorrência, o primeiro segmento funciona como a situação

condicionante que, uma vez satisfeita, leva à validação da situação condicionada, descrita no segundo segmento. Observe-se, ainda, que os dois enunciados estão conectados por meio de *supondo que*, que serve para construir a leitura hipotética que a construção manifesta. Observe-se outra ocorrência:

(143) Vale lembrar que num grupo de consórcio, **supondo que** o prazo seja de 180 meses, não há perda de poder.

(<http://maringa.odiario.com/imoveis/2015/11/consorcio-ganha-adeptos-na-crise/1489594/>)

Nesse caso, também verifica-se a existência de uma situação condicionante descrita na oração introduzida por *supondo que* de cuja realidade depende a situação condicionada, descrita na oração principal. Essa relação é construída pelo uso do *supondo que*.

Em casos como esses o significado de *supondo que* é diferente de seu uso prototípico como verbo. Contudo, quando o termo é usado com seu sentido original, o verbo supor anuncia a proposição nele encaixada como provável e admissível, a partir da qual alguma conclusão pode ser enunciada. É o que pode ser observado em casos como os que seguem:

(144) O líder do PMDB no Legislativo da capital do Brasil, por exemplo, publicou um mapa revelando a localização das câmeras que fotografam os motoristas em alta velocidade, que desrespeitam as nossas leis, tornando-se potencial perigo para a coletividade. **Supondo que** com isso não seria acusado de cúmplice dos transgressores, o deputado escreveu no mapa: Dirija com atenção. (19N:Br:Cur)

(145) Depois que hão de dizer.. Você não é nada meu para tomar dores por mim.. Aquilo não tem entranhas de cristão: é um malfazejo.. Alexandre sentiu-se humilhado, **supondo que** a moça desconfiasse do seu valor, e, continuou com brandura tímida: (18:Olímpio:Luziahomem)

Nos exemplos acima, o uso de *supondo que* claramente indica a intenção do falante de assumir como provável o conteúdo da oração por ele encaixada. No exemplo (143), por outro lado, o uso de *supondo que* serve para introduzir um evento como irreal. Por meio do uso do conector, o falante demonstra a irrealidade do evento e coloca a realidade do evento principal como dependente do evento encaixado. Enquanto nos usos originais apenas a oração encaixada por *supondo que* é admitida como provável ou hipotética, nos usos analisadas neste trabalho os dois eventos são concebidos como irreais. O que parece ocorrer nesses casos é um aumento do escopo de *supondo que*, que passa a indicar a irrealidade das duas situações descritas e não apenas da situação que ele introduz.

Verifica-se, portanto, um aumento do escopo de atuação de *supondo que*. Em seu uso original, o verbo introduz uma proposição encaixada. Nos usos descritos aqui, *supondo que* além de veicular uma situação hipotética, a estabelece como condição para a validação de outra situação, relacionando dois enunciados.

Em casos como esses, acredita-se que a expressão *supondo que* esteja atuando como conector condicional, estabelecendo uma relação nos termos do esquema “condição para realização → consequência da realização”, usado por autores diversos como Neves (1999) para caracterizar a relação estabelecida pela oração condicional.

Mediante tais considerações, neste trabalho, recusa-se a premissa tradicional que analisa a estrutura *supondo que* como uma oração subordinada reduzida de gerúndio. Tomando os trabalhos de Visconti (1996) e Hirava-Vale (2012), pretende-se demonstrar, aqui, que essa expressão, em determinados contextos, assume uma função mais gramatical, construindo a relação de condição entre dois enunciados.

Uma das principais características que levam as autoras a tal análise diz respeito à mudança que acontece com o sujeito da oração, o que demonstraria a gradual mudança de verbo para função de juntor estabelecida pelo conector adverbial. Em casos como os exemplificados em (142) e (143), o sujeito da oração matriz não mais controla o predicado *supondo*. Ao contrário, não há uma correspondência entre o sujeito gramatical e o sujeito falante, desse modo o uso do *supondo que* acaba configurando-se como uma indicação da atitude do falante, que se coloca como fonte de avaliação do enunciado. É o que se nota no seguinte exemplo:

(146) Supondo que o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%, então esse preço passará a ser R\$ 363,00

(<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110612105359AA5QvTi>)

Observa-se, aí, a não identidade entre os sujeitos da oração matriz e o sujeito de *supondo que*. Não é possível uma análise em que “o preço K de um produto” seja considerado o sujeito de *supondo que*. Essa expressão não é mais controlada pelo sujeito da oração condicional, nem pelo sujeito da oração matriz. Ao contrário, o sujeito de *supondo que* não mais corresponde a um sujeito gramatical, mas pode ser identificado com o sujeito falante. Desse modo, parece correto afirmar que *supondo que* ocorre, na verdade, como um mecanismo de manifestação da atitude do falante com relação a seu enunciado, marcando sua incerteza com relação a realidade do evento descrito na oração subordinada.

Esta é a mesma postura encontrada em Hirata-Vale (2012, p. 395), para quem o uso de *supondo que* serve para construir introduzir a condicional “como se o falante pedisse ao seu ouvinte que imaginasse tudo o que disse na oração matriz levando em conta sua suposição”. Para Hirata-Vale (2012), esse conectivo condicional complexo “apresenta mudanças no que diz respeito à fonte da avaliação do enunciado” que, passa a ser o falante. Quando o termo chega a esse estágio, não há mais um sujeito que controla o *supondo que*, afinal, este serve para marcar a crença do falante.

Defende-se, portanto, que em casos como esses, *supondo que* não mais atua como uma oração reduzida, mas como conector que serve para construir, como se espera demonstrar pelas análises realizadas aqui, uma oração condicional. É o que fazemos a seguir.

5.1.O conector adverbial *supondo que*

Conforme discutido anteriormente, Kortmann lista uma série de parâmetros definidores do estatuto gramatical dos conectores adverbiais. O autor afirma que enquanto categoria morfossintática, os conectores adverbiais formam um grupo bastante difuso, que reúne elementos de naturezas diversas. Por esta razão, o autor considera alguns critérios fundamentais para a verificação do estatuto de conector adverbial de um

elemento qualquer. São eles: inviabilidade para flexão; rigidez de posição; atuação sobre uma oração finita; ocorrência em qualquer modalidade de uso da língua. É com base nesses critérios que se verifica, neste trabalho, o funcionamento de *supondo que* como um conector.

Conjunções, assim como preposições e advérbios, uma vez que servem para construir uma relação gramatical, são termos invariáveis. Por esta razão, Kortmann (1997) afirma que para um termo ser considerado subordinador adverbial, este não pode flexionar-se quando usado para tal função.

É exatamente o que se nota no uso de *supondo que* encabeçando um enunciado hipotético. Embora tenha sua origem em um predicado que, sabe-se, flexiona-se quanto às categorias verbais, quando usado nas situações descritas neste estudo, a expressão *supondo que* perde essa sua característica original. Isso fica evidente quando se observam exemplos como:

- (147) a taxa de inadimplência irá triplicar, **supondo que** 20% dos ARs retornem. (<http://www.segs.com.br/economia/64617-efeito-da-lei-do-ar-15-659-15-pode-agravar-a-crise-piorando-ainda-mais-a-atividade-economica-com-a-estagnacao-do-credito.html>)

No exemplo acima, nota-se que *supondo que* apresenta-se como uma forma fixa, cristalizada. Na realidade, a flexão do verbo em outras marcas gramaticais impedem a leitura de condicional que o *supondo que* ajuda construir nesses casos. A flexão do verbo em formas finitas, especial de presente e passado, acrescenta certo grau de assertividade à oração encaixada e, por isso, fica impedida a abertura de uma hipótese, fundamental para o significado da relação condicional:

- * **Suponho que** 20% dos ARs retornem, a taxa de inadimplência irá triplicar.
- * **Suponho que** o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%, então esse preço passará a ser R\$ 363,00

Vê-se que as construções ficam incoerentes, tornando-se inclusive agramatical. Perde-se, nelas, a leitura de condicional. Por outro lado, qualquer alteração de pessoa

gramatical também desconstrói o alcance de *supondo que* sobre as duas orações. A flexão de pessoa também inviabiliza a leitura de condicional. É exatamente o fato de não haver uma identidade gramatical para o sujeito da incerteza que permite o amplo escopo de *supondo que*, e, portanto, sua leitura como relação condicional.

- (148) **Supondo ele que** o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%, então esse preço passará a ser R\$ 363,00
 (<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110612105359AA5QvTi>)

Veja que a presença de um sujeito controlador da ação descrita no verbo anula a leitura da relação condicional. Volta-se ao estágio original do significado de *supondo que*, que é “assumir uma proposição como provável” ou “imaginar algo”. Em casos como esses, o escopo da significação do verbo recai sobre a oração encaixada, e falha em construir a relação de condição.

No exemplo (149) abaixo constatamos que a flexão de *supondo que* também não é possível, pois a oração perde sua leitura condicional:

- (149) Embora este talvez não seja um ponto de vista aceito por muitos, a Rússia, ao contrário dos EUA, parece conter-se no uso da força. **Supondo que** você concorda com essa afirmação, na sua opinião, qual seria a razão disso?
<http://vermelho.org.br/noticia/274517-9>
 * **Suponho que** você concorda com essa afirmação, na sua opinião, qual seria a razão disso?

Quando substituimos o *supondo que* por *suponho que*, temos duas orações independentes entre si, podendo serem lidas da seguinte forma:

- (150) **Suponho que** você concorda com essa afirmação. Na sua opinião, qual seria a razão disso?

Ademais, quando flexionamos o verbo em (150), o sujeito controlador *eu* aparece, contudo, no exemplo (149) não há um sujeito controlador de *supondo que*, pois ele funciona como um conector das orações e não mais como verbo da oração.

No que diz respeito à posição na oração, Kortmann (1996) discute que conectores adverbiais assumem uma posição fixa à margem oração. Diferentemente de outras categorias, em especial advérbios, a posição dos conectores não pode ser alterada sob pena de acarretar a agramaticalidade da construção. No geral, os conectores adverbiais tendem a ocupar a primeira posição ou a posição final. No português, conectores ocupam a posição inicial. É o parece ocorrer com *supondo que*, como se notam no exemplo:

(151) **Supondo que** o ângulo formado seja de 60 graus, pode-se calcular a altura do prédio através da fórmula seguinte: (19Ac:Br:Enc)

* O ângulo **supondo que** formado seja de 60 graus, pode-se calcular a altura do prédio através da fórmula seguinte: (19Ac:Br:Enc)

Em seu uso como reduzida de gerúndio, essa posição pode ser alterada, como se nota no exemplo:

(152) **Supondo** ele **que** os ladrões tinham dado no rancho, deliberou descer.

(153) Ele **supondo que** os ladrões tinham dado no rancho, deliberou descer.

Vê-se que nesses casos a posição de *supondo que* não é fixa e, portanto, não há restrições quanto uma possível alteração na ordem dos constituintes. Enquanto que nos usos aqui descritos, qualquer mudança não apenas altera os sentidos manifestados pelas construções, mas também torna a construção agramatical.

O mesmo podemos observar no exemplo que se segue, no qual o *supondo que* não pode ser deslocado como realizado nos exemplos (152) e (153):

(154) E, enquanto ele não possua o mesmo talento da Força como Rey, é claro que ele tem um futuro bem promissor como um Cavaleiro Jedi -- **supondo que** ele se recupere dos ferimentos. A menos que os pais do Finn sejam personagem

familiares, não há muitos segredos sobre seu passado. <http://br.ign.com/star-wars-episodes-vii/13870/feature/nove-quadrinhos-de-star-wars-o-despertar-da-forca>

Em (154), o *supondo que* assume uma posição fixa à margem esquerda da oração que ele escopa. Quando mudamos sua posição, a oração se torna agramatical:

* Ele tem um futuro bem promissor como um Cavaleiro Jedi, **ele supondo que se recupere dos ferimentos.**

ou, mesmo que compreensível, sem o sentido condicional, como no exemplo (155), pois o *supondo que* perde o valor de conectivo e assume sua função de verbo, tendo como sujeito o pronome *ele*:

(155) Ele tem um futuro bem promissor como um Cavaleiro Jedi, **supondo ele que se recupere dos ferimentos.**

As mudanças possíveis nas orações introduzidas pelo conector *supondo que* ocorrem na alteração da cláusula inteira, como pode ser feito com os exemplos (149) e (151), registrados abaixo pelos exemplos (156) e (157) respectivamente:

(156) Pode-se calcular a altura do prédio através da fórmula seguinte, **supondo que o ângulo formado seja de 60 graus.**

(157) **Supondo que ele se recupere dos ferimentos,** é claro que ele tem um futuro bem promissor como um Cavaleiro Jedi --. A menos que os pais do Finn sejam personagem familiares, não há muitos segredos sobre seu passado.

Assim, percebe-se que o *supondo que* cumpre o critério proposto por Kortmann (1996) de que os subordinadores adverbiais assumem uma posição não flexível na margem da cláusula sobre a qual eles operam, podendo, então, considerar o *supondo que* como um subordinador.

Ouro critério definidor dos conectores adverbiais é sua independência de registro de língua. Segundo Kortmann (1996), não podemos considerar como conjunção um termo que não se encontra presente em todas as modalidades da língua. O mesmo dizem as teorias sobre gramaticalização, já que, para que um termo seja considerado como gramaticalizado, deve ser encontrado tanto na língua escrita, quanto na língua falada, além de dever estar presente nos textos mais ou menos formais.

Considerando apenas os dados do *Corpus do Português*, para controle da época do texto, os dados analisados mostram o aumento de *supondo que* na modalidade oral e escrita (textos ficcionais, acadêmicos e jornalísticos), como podemos ver no gráfico a seguir:

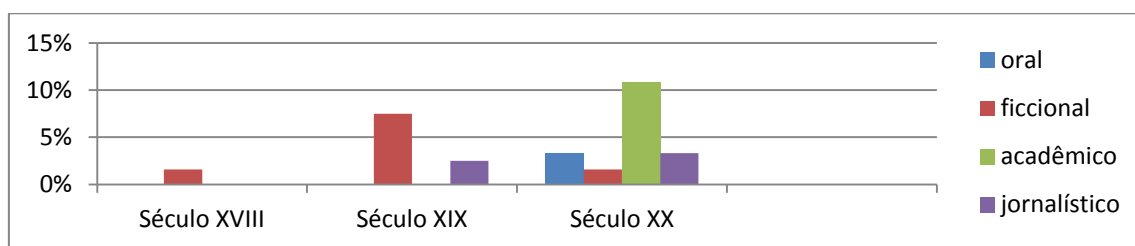


Tabela 1- Registros de língua dos usos de *supondo que*

No século XVII, não há nenhuma ocorrência de *supondo que* como conector. O termo começa a aparecer no século XVIII, mas ainda com baixa ocorrência e apenas em textos ficcionais, tal como mostra o exemplo seguinte:

- (158) Devem-se separar os poemas impúdicos, e explicar os outros com todo o cuidado e diligência. Mas, *supondo que* o Mestre não tem os ditos livros, direi o que deve fazer depois da leitura de Fedro e Terêncio. 17:Vernei:Estudar

No século XIX, ainda não há registro no *corpus* pesquisado do uso de *supondo que* nos textos orais, acadêmicos e jornalísticos, mas o aumento da ocorrência nos textos ficcionais, com observamos nos exemplos (159) e (160):

- (159) **Supondo que** você tenha razão, tornou ela, não deverei casar nunca? - Não digo isso; mas, há dous caminhos para a felicidade, além de Mendonça. 18:Machado:Helena

- (160) Ora, pelas estatísticas atuais, criminosamente toleradas pelo Governo, que tem na matrícula a confissão do crime dos proprietários, o número dos africanos escravos sobe no Brasil a 200.000. **Supondo que** metade deste número é tirado dos importados depois do tráfico, temos que o número das pessoas livres reduzidas à escravidão é no Brasil nada menos de 700.000.
18:Patrocínio:Campanha

Os dados mostram um aumento do uso de *supondo que* com valor condicional nos registros de língua escrita e o surgimento do uso na língua oral a partir do século XX. Apesar do pouco uso nos textos orais, ficcionais e jornalísticos, notamos que o termo é recorrente em todas as modalidades registradas no *corpus*:

- (161) **Supondo que** a reforma da Previdência acabe com todas essas vantagens, ele vai levar, pelo menos, o mesmo reajuste que o ativo tem. 19Or:Br:Intrv:ISP
- (162) **Supondo que** tua sogra se incompatibilize com a d. Alice, acharás depois outra governanta nas mesmas condições. 19:Fic:Br:Lopes:Intrusa
- (163) **Supondo que** o ângulo formado seja de 60 graus, pode-se calcular a altura do prédio através da fórmula seguinte: 19Ac:Br:Enc
- (164) **Supondo que** a fiscalização, e depois a classificação das doenças seja um facto adquirido, resta ainda outro obstáculo a ultrapassar, referido por Rui Couceiro: « não há dados de morbilidade de doenças». 19N:Pt:Leira

Provavelmente, o maior uso em textos escritos mostra a preocupação dessa modalidade em construir um texto coerente e que se utiliza de mais de recursos voltados para a coesão de ideias. Contudo, apesar do baixo uso de *supondo que* conectivo, notamos um aumento em todos os registros do *corpus*, o que mostra seu aumento da frequência do uso e, conseqüentemente, um direcionamento positivo para a gramaticalização do termo.

Um dos critérios considerados como definidores dos conectores adverbiais por Kortmann diz respeito à sua capacidade de modificar uma oração circunstancial finita. Nos dados descritos aqui, observamos a *supondo que* atuação sobre uma oração

subordinada finita. Na maioria das ocorrências analisadas, o *supondo que* atua sobre uma oração com o verbo no subjuntivo, como se nota abaixo:

- (165) **Supondo que** ocorra um aumento não antecipado da demanda do varejo, os estoques irão sofrer uma redução maior do que a esperada, mas os preços ao varejo e ao produtor permaneceram inalterados. 19Ac:Br:Lac:Thes

Segundo Hirata-Vale (2012, p. 392),

no que diz respeito aos tempos e modos verbais atualizados nas construções com *supondo que*, verifica-se no exame das ocorrências que o modo subjuntivo ainda é mais usado, o que contribui para conferir à proposição uma modalização epistêmica hipotética.

A análise de dados também revelou o uso de *supondo que* em construções no indicativo, como demonstram os exemplos a seguir:

- (166) **Supondo que** metade deste número é tirado dos importados depois do tráfico, temos que o número das pessoas livres reduzidas à escravidão é no Brasil nada menos de 700.000. (18:Patrocínio:Campanha)
- (167) Dois irmãos vão fazer uma corrida de 100 metros. Quando o Alexandre termina a corrida, o Pedro percorreu apenas 97 metros. O Pedro desafia o Alexandre para uma segunda corrida. Mas, desta vez, o Alexandre parte 3 metros atrás da linha de partida. **Supondo que** cada um deles **corre** à mesma velocidade da primeira corrida, quem vai chegar primeiro à meta?
<http://expresso.sapo.pt/blogues/problema-da-semana/2015-09-22-Solucao-para-o-Problema-da-Semana-O-corredor-mais-lento>

Nesses casos, segundo Hirata-Vale (2012, p. 396), “estatuto conjuncional de *supondo que* é ainda mais favorecido quando se usa o modo indicativo”. Ou seja, quando passamos a usar o *supondo que* com verbos no modo indicativo, isso mostra que o valor condicional fica registrado apenas com o uso do conectivo, sem a necessidade de marcação no verbo, o que favorece o entendimento de *supondo que* como conector.

À lista de Kortmann (1996), este trabalho acrescenta outro critério: a viabilidade para modificação. Assim como conectores adverbiais não podem ser flexionados, neste trabalho defendemos que conectores adverbiais também não podem estar sob escopo de negação. Esse critério se faz especialmente relevante na análise de conectores que tem uma base lexical. Por meio dele, avalia-se o uso lexical do item, que pode ser modificado, de seu uso como elemento gramatical, em que não existe a possibilidade de modificação. Diferentemente, em seus usos mais prototípicos o significado veiculado por *supondo que* pode ser negado. É o que notamos se compararmos os seguintes exemplos:

- (168) *a taxa de inadimplência irá triplicar, não **supondo que** 20% dos ARs retornem.
- (169) a cidade vibrou de satisfação não **supondo que** se tratava da estátua de Amélia Cândida Vianna.

Como vemos, não é possível negar o *supondo que* no exemplo (164). Isso porque, nesse caso, o *supondo que* cumpre uma função gramatical de conector gramatical. Por outro lado, em (165) uma vez que o *supondo que* está sendo usado para introduzir uma proposição como provável é possível negar a probabilidade ou a assertividade da proposição, daí a viabilidade da negação.

Os exemplos a seguir reforçam a impossibilidade de negação do conectivo *supondo que*:

- (170) Levando em consideração um total de 8 garrafas, para que todos se sirvam mais de uma vez, a despesa fica em cerca de R\$ 204. Levando em consideração aqueles que não bebem e as crianças, vamos considerar R\$ 39 para a compra de refrigerantes (**supondo que** cada garrafa de 2 litros custe R\$ 6,50). <http://g1.globo.com/economia/blog/samy-dana/post/na-ponta-do-lapis-como-planejar-e-calculiar-quanto-custa-sua-ceia-de-natal.html>

* Levando em consideração aqueles que não bebem e as crianças, vamos considerar R\$ 39 para a compra de refrigerantes (**não supondo que** cada garrafa de 2 litros custe R\$ 6,50).

(171) Embora seja uma visão algo abstrata, o PER também pode ser lido como o número de anos que o investidor demoraria a recuperar o seu investimento. Por exemplo, **supondo que** uma empresa tem um lucro anual constante de 50 cêntimos por ação, e que cada papel custa 5 euros, então demoraria 10 anos até acumular 5 euros em lucros. O seu PER é, precisamente, 10. http://economico.sapo.pt/noticias/per-baixo-continua-em-alta_237215.html

* Por exemplo, **não supondo que** uma empresa tem um lucro anual constante de 50 cêntimos por ação, e que cada papel custa 5 euros, então demoraria 10 anos até acumular 5 euros em lucros. O seu PER é, precisamente, 10.

Quando a negação precede o conectivo *supondo que*, não é possível criar um enquadre de condição, já que a função das conjunções condicionais é de formar uma suposição a ser validada na apódose. Com o uso da negação, perde-se a leitura da condição.

Fica comprovado, portanto, que *supondo que* pode ser analisado como conector adverbial. Evidentemente, a função de conector do item configura o menos prototípico de seus usos. Além disso, deve-se destacar que não se defende aqui uma paridade de forma e função entre *supondo que* e outros conectores condicionais mais gramaticais. Entendemos, segundo Oliveira (2008), que a categoria dos conectores adverbiais é uma classe difusa, formada por membros com diferentes graus de determinação categorial.

A autora propõe distinguir os conectores adverbiais em três tipos, conforme seu estatuto de lexicalidade / gramaticalidade, em:

- 1) um mais próximo ao polo lexicalidade, no qual os exemplos veiculam alto grau de conteúdo lexical; 2) um mais ao meio do *continuum* de lexicalidade / gramaticalidade, no qual os exemplos apresentam-se com significado lexical bem menos concreto; e por fim
- 3) um mais próximo ao polo gramaticalidade, no qual os exemplos tem um significado básico e altamente abstrato. (Oliveira, 2014, p. 63)

Desse modo, segundo a autora, é possível lidar com os conectores menos prototípicos. Assim, acreditamos que o *supondo que* por atender aos critérios elencados por Kortmann (1996), pode ser considerado um conector adverbial lexical. Nele percebem-se traços do significado do verbo *supor*, de fato responsável pelo tipo de relação que o *supondo que* pode estabelecer.

5.2. As orações condicionais introduzidas por *supondo que*

Nesta seção analisamos as orações condicionais introduzidas pelo conector *supondo que*, a fim de verificar quais traços de condicionalidade licenciam o significado que elas manifestam. Para essa análise, consideramos os parâmetros de condicionalidade de Dancygier (1998), entendendo, conforme proposto pela autora, que todos aspectos componenciais da construção condicional são mapeados de modo convencional para uma interpretação de seu significado.

As formas verbais são consideradas um importante parâmetro a ser analisado nas orações condicionais. Os verbos no modo subjuntivo são mais recorrentes nessas construções, uma vez que por sua própria referência temporal são capazes de mostrar que sua leitura não é dada como certa, agregando valores ligados à dúvida ou incerteza, colaborando, assim, para que as orações expressem significado de condicionalidade.

No entanto, Dancygier (1998) afirma que todos os tempos e modos verbais colaboram na construção condicional, e não apenas os verbos no modo subjuntivo. Para essa autora, a análise dos tempos e modo verbais deve levar em consideração vários aspectos, como o próprio conector ou o contexto em que a oração está inserida. Desse modo, a autora afirma que o uso dos verbos no indicativo nas construções condicionais não necessariamente desconstrói a não-assertividade da oração condicional.

Dancygier afirma que a configuração modo-temporal que figura na oração pode revelar a não-factuality contida na oração escopada pelo conector condicional (neste caso, *supondo que*). Em outras palavras, para essa autora, o tempo e o modo que codificam uma oração condicional podem revelar mais do que apenas sua referência temporal. Os tempos e modo verbais corroboram para a construção de diferentes graus de não-assertividade. Por essa razão, é considerado um relevante parâmetro para a compreensão do caráter não factual característico das construções condicionais. Segundo Ferrari,

Toda condicional apresenta uma suposição que poderia ser afirmada sob condições adequadas, mas que não está sendo afirmada em uma emissão particular por um falante específico. O aspecto particular do conhecimento do falante que torna a suposição não-afirmável é

codificada, entre outras coisas, pelas formas verbais utilizadas. (FERRARI, 2000, p. 26)

Fica claro, portanto, que tempos e modo verbais constituem um importante aspecto na construção do significado condicional. No caso específico da análise das condicionais introduzidas por *supondo que* os tempos e modo verbais parecem essenciais na construção do significado que elas expressam.

Nos dados analisados, as orações condicionais aparecem preferencialmente no presente do subjuntivo, no presente do indicativo e no pretérito imperfeito do subjuntivo. Como mostram as seguintes ocorrências:

Presente do Subjuntivo:

- (172) **Supondo que** este ano as vendas totais (veículos leves e pesados) **alcancem** 2,5 milhões de unidades, elas só voltariam a crescer, e lentamente, daqui a um ano. (<http://carros.uol.com.br/colunas/alta-roda/2015/10/20/barrar-rg-do-carro-foi-acerto-falta-definir-uso-do-celular.htm>)
- (173) **Supondo que** a equipe **vença** todos os jogos da primeira fase, serão somados mais R\$ 39,4 milhões à premiação total, o que representaria um valor final de R\$ 239,15 milhões, ou seja, mais de R\$ 209 milhões a mais do que recebe o campeão da Libertadores. <http://www.midianews.com.br/esportes/campeao-da-libertadores-ainda-ganha-menos-que-times-dos-grupos-da-champions/250717>

Presente do Indicativo:

- (174) **Supondo que** metade deste número **é** tirado dos importados depois do tráfico, temos que o número das pessoas livres reduzidas à escravidão **é** no Brasil nada menos de 700.000. (18:Patrocínio:Campanha)
- (175) Embora seja uma visão algo abstrata, o PER também pode ser lido como o número de anos que o investidor demoraria a recuperar o seu investimento. Por exemplo, **supondo que** uma empresa **tem** um lucro anual constante de 50 centimos por ação, e que cada papel custa 5 euros, então demoraria 10 anos até acumular 5 euros em lucros. O seu PER **é**, precisamente, 10. http://economico.sapo.pt/noticias/per-baixo-continua-em-alta_237215.html

Pretérito Imperfeito do Subjuntivo:

- (176) **Supondo que** não **chegasse** uma única gota de esgoto dessa lagoa, ela não recuperaria sua vida sem a dragagem (<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/dragagem-de-lagoas-de-jacarepagua-nao-ficara-pronta-para-olimpiadas.html>)
- (177) **Supondo que** a Conmebol não **atendesse** aos desejos de Andrés, você acha que ele teria coragem de tirar o Corinthians da Libertadores? Duvido. <http://torcedores.com/noticias/2015/12/opiniao-voce-acreditam-mesmo-que-o-corinthians-pode-abandonar-a-libertadores>

Segundo Neves (2000), as condicionais apresentam leituras que vão das mais factuais para as menos factuais. Nos exemplos acima, notamos que o uso do presente do subjuntivo em (172) e (173) possibilitam uma leitura hipotética, eventual, em que a situação descrita pode ou não vir a acontecer. Em (172), “as vendas alcançarem 2,5 milhões de unidade” não é tida como real nem como irreal, mas como uma hipótese e em (173) “a equipe vencer todos os jogos” também é tido como algo hipotética. Isso acontece pelo uso do subjuntivo (*alcancem e vençam*).

Nos exemplos (174) e (175), os falantes constroem suas orações com os verbos no presente do indicativo. Essa escolha mostra a factualidade do conteúdo por promover uma leitura que apresenta algo possível de acontecer. Nos exemplos (174) e (175), o uso dos verbos *é* e *tem* contribuem para que os eventos sejam lidos como mais real e certo.

O uso do pretérito imperfeito do subjuntivo nos exemplos (176) e (177) manifesta a contrafactualidade do evento descrito. Em (176), o uso do verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo (*chegasse*) deixa claro que o evento não se tornará real, portanto, é improvável que deixe de chegar esgoto até a lagoa. Em (177), percebe-se, também, que a Conmebol não deixará de atender aos desejos de Andrés, sendo a leitura possível pelo uso do verbo no pretérito imperfeito do subjuntivo (*atendesse*).

Os diferentes tempos e modos verbais usados na oração subordinada e na oração matriz marcam, como já dissemos, a não-factuality, mas, além disso, a relação modo-temporal pode marcar a postura epistêmica da oração. A postura epistêmica, segundo Fillmore (1990), pode ser positiva (quando se trata de uma condição no mundo real),

negativa (distinto do mundo real) e neutra (quando não se sabe se é do mundo real ou não). É exatamente o que percebe-se na verificação das ocorrências acima.

A postura epistêmica positiva é marcada, nas orações condicionais em exame, pelo presente do indicativo, como nos exemplos (174) e (175). Nesses casos, a referência temporal aliada ao significado de conjectura trazido pelo próprio conector servem para construir um situação concebida como real e sua consequência como necessária. A chamada postura epistêmica negativa é atualizada, nos dados em análise, pelo imperfeito do subjuntivo. Nesse caso, o tempo e modo verbal e o significado hipotético da conjunção codificam o evento como irreal e, portanto, sua consequência ou efeito são entendidos como mais distantes e mais dificilmente realizáveis, como os exemplos (176) e (177). Por fim, a postura epistêmica neutra é indicada pelo presente do subjuntivo, por meio do qual o evento é concebido como aberto, que pode ou não se realizar, tal como acontece nos exemplos (172) e (173).

Desse modo, temos que (i) todas as orações condicionais escopadas por *supondo que* possuem seu verbo finito (nos exemplo analisados, no modo indicativo e subjuntivo), (ii) a maioria das construções contém o verbo no modo subjuntivo, colaborando na compreensão não-factual da oração e (iii) as orações condicionais podem ser estruturadas com verbos no modo indicativo, sendo que estas diferentes construções implicam em uma diferença na postura epistêmica do falante, sendo estas positiva, negativa ou neutra.

No que diz respeito à relação de causalidade, Dancygier (1998) afirma que não importa como é construída a oração condicional, se esta segue o esquema “se *p*, *q*”, se é formada por outras conjunções condicionais ou com a ausência delas a relação causal entre a condicional e oração núcleo sempre existirá.

Neste direcionamento, a autora elenca a causalidade como um dos parâmetros definidores da condicionalidade. Essa relação, conforme afirmam Sweetser (1990) e Dancygier (1998), pode ser interpretada em diferentes domínios cognitivos, dando margem a quatro interpretações diferentes: a do conteúdo, a do epistêmico, a dos atos de fala e a do metatextual.

Nos dados analisados, observou-se que o *supondo que* atua, principalmente, no domínio de conteúdo. Nesse nível, as relações construídas por meio do conector *supondo que* ligam dois eventos, numa implicação de evento-causa ou evento-efeito.

Esse é considerado o tipo mais básico de condicional. Neles se notam, claramente, os traços da causalidade que se marcam especialmente pelo modo como os eventos estão dispostos, implicando uma determinada sequencialidade, considerado pela autora como um parâmetro de condicionalidade. É o que ilustra a seguinte ocorrência:

- (178) **Supondo que** o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%, então esse preço passará a ser R\$ 363,00.

<https://br.answers.yahoo.com/question/index?qid=20110612105359AA5QvTi>

Observe-se nesse caso que a condicional introduzida pelo *supondo que* descreve o evento “o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%” como a causa, ainda não realizada, para a realização do evento “então esse preço passará a ser R\$ 363,00”. Assim, o evento veiculado na oração condicional é enunciado como o causador do evento descrito pela oração núcleo. Nesse tipo de condicional, os eventos estão dispostos numa determinada sucessão temporal, relevante para o tipo de relação construída. Observem o exemplo a seguir:

- (179) **Supondo que** o estabelecimento seja um restaurante e a jornada de determinado cozinheiro termine às três horas da manhã, então ele só poderá voltar a trabalhar a partir das duas horas da tarde, ou seja, onze horas depois.

<http://folhanobre.com.br/2015/12/02/como-perder-uma-acao-trabalhista-em-5-minutos/11647>

Em (179), há uma relação nítida de causa entre as proposições, pois a jornada do cozinheiro terminar às três horas é a causa do cozinheiro voltar a trabalhar a partir das duas horas da tarde. Há, aqui, uma relação de causa e consequência.

Configurando um tipo menos frequente estão as condicionais do domínio epistêmico. Nelas, a relação que se estabelece aí é de inferência epistêmica, o que implica dizer que o conhecimento que se tem acerca de um fato leva-se à conclusão de outro fato. Esse tipo de construção é mais subjetivo que o primeiro, pois é mais dependente da atitude falante. É o que mostra a seguinte ocorrência:

- (180) **Supondo que** o pleito fosse hoje, Aécio ficaria em primeiro, com 46,4%
 (<http://www.regiaonordeste.com/portal/materias.php?id=127717>)

Na ocorrência, o conhecimento que o falante tem sobre o fato de que “o pleito fosse hoje” o leva a concluir como consequência provável o fato “Aécio ficaria em primeiro, com 46,4%”. Essa relação está fundamentada na avaliação que o falante faz de uma situação interna ou cognitiva, sendo, assim, mais subjetiva. O mesmo podemos observar no exemplo que se segue:

- (181) **Supondo que** essa vivência fosse pequena ou não existisse: caso fosse necessário, a empatia poderia ser estimulada.
<http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2015/12/o-desafio-de-se-colocar-no-lugar-do-outro/>

A relação de causa em (181) não é tão marcada como os exemplos de condicionais no domínio de conteúdo. O que percebemos nesse exemplo é que “a vivência ser pequena ou não existir” leva a concluir como consequência “que ela pode ser estimulada”.

O último tipo encontrado é a condicional de atos de fala. Esse tipo de condicional constrói uma moldura em que é relevante enunciar um ato. Os autores (Sweetser, 1990; Dancygier, 1998) afirmam que o significado veiculado nesse tipo de condicional está assentado sobre as atitudes do falante com relação ao contexto de fala e ao ouvinte. É o que se nota na seguinte ocorrência:

- (182) **Supondo que** o processo venha a ser instaurado, a Presidenta Dilma seria afastada imediatamente do cargo?
<http://br.sputniknews.com/opiniao/20151006/2347421/Nao-ha-motivo-juridico-para-impeachment-de-Dilma.html>

Nota-se, no exemplo dois atos distintos. Uma prova disso é o fato de que os atos se realizam com força ilocucionária completamente diferentes. O primeiro “Supondo que o processo venha a ser instaurado” é uma oração declarativa, enquanto o segundo

ato “a Presidenta Dilma seria afastada imediatamente do cargo?” configura uma interrogativa. O mesmo observamos no exemplo a seguir:

- (183) **Supondo que** você concorda com essa afirmação, na sua opinião, qual seria a razão disso? <http://vermelho.org.br/noticia/274517-9>

Há no exemplo (183) uma oração declarativa em “supondo que você concorda com essa afirmação” e uma oração interrogativa em “qual seria a razão disso?”. Em casos como esses, a condicional cria uma moldura em que é comunicativamente relevante enunciar o ato veiculado pela oração núcleo.

Nos dados analisados não houve ocorrência de condicional metatextual. Isso se deve ao fato de o conector *supondo que* ainda não ser completamente gramatical. Condicionais desse nível se ligam a valores altamente intersubjetivos e, portanto, são construídas por conectores mais básicos, como as conjunções *se* e *caso*.

Cabe observar, ainda, a função preditiva nas condicionais de conteúdo, tal como observa Dancygier (1998). Para a autora, é nas orações condicionais que se realizam no domínio de conteúdo que a predição aparece mais marcada. Percebemos que na construção condicional “*Supondo que* o preço K de um produto sofra dois aumentos sucessivos de 10%” o objetivo da condicional é expressar predição sobre o valor do preço que o produto alcançará (preço passará a ser R\$ 363,00). Isto é, o falante prediz o preço do produto com base nos dois aumentos sucessivos de 10%. Tal predição também é notada no exemplo (179), pois a condicional “*Supondo que* o estabelecimento seja um restaurante e a jornada de determinado cozinheiro termine às três horas da manhã” prediz que o funcionário retornará ao trabalho apenas onze horas depois.

A mesma função preditiva não é notada nas condicionais epistêmicas e pragmáticas, como vimos nos exemplos (180), (181), (182) e (183). Na condicional epistêmica, ao apresentar um ato de fala e um padrão de raciocínio, o falante não procura predizer o conteúdo, mas estabelecer conclusões, afirmações ou questões a respeito dos fenômenos discutidos. Nas condicionais pragmáticas, o falante também não realiza uma predição, mas mostra que a realização do conteúdo na apódose está condicionada à satisfação do evento descrito na prótase.

A sequencialidade presente nas construções condicionais também é um dos parâmetros definidos por Dancygier (1998). Para a autora, a sequencialidade não está ligada à causalidade nem à iconicidade. Mas, segundo a autora, a sequencialidade está mais presente nas condicionais em que a apódose está condicionada ao evento contido na prótase (condicionais preditivas), marcando uma sequencialidade temporal. Contudo, isso não significa que não esteja presente nas condicionais dos demais domínios. Em resumo, a sequencialidade deve ser lida como um evento após o outro, e não como dois eventos simultâneos lado a lado.

Nos dados coletados, podemos dizer que em todos os casos analisados parece haver uma relação de sequencialidade entre prótase e apódose, mas, como já foi dito, isso não significa que há causalidade ou iconicidade contida na construção. Como Dancygier (1998) afirma, outros aspectos são notados para caracterizar a sequencialidade.

- (184) Combinando um tempo com o outro, acha-se hoje uma diferença de quase a metade menos do que então; se a este cálculo se ajuntar a diferença dos muitos braços de hoje aos poucos braços daquele tempo, assim como também a diferença do muito que então o ouro representava de estimação na massa geral do comércio e do pouco que ele hoje representa, o resultado será sem dúvida de uma perda imensa para as nossas minas. Mas **supondo que** naquelas minas ainda haja muito ouro, já, contudo, não é muito para ser tirado por mãos grosseiras e sem arte. 17:Coutinho:Economica
- (185) Assim pensava, assim o disse, sem reбуço. - Por que razão negaria eu a verdade? retorquiu Helena. Estácio ergueu os ombros. - **Supondo que** você tenha razão, tornou ela, não deverei casar nunca? - Não digo isso; mas, há dous caminhos para a felicidade, além de Mendonça. 18:Machado:Helena
- (186) O sentido real do limite é apenas estudado em cursos superiores. Porém, observando alguns exemplos, podemos ter uma noção sobre o assunto. **Supondo que** queiramos calcular a velocidade instantânea no ponto de um caminho. Para fazê-lo, utilizamos: À medida que aproximarmos o valor de h de zero, menor será a diferença entre $f(x+h)$ e $f(x)$ e quanto menor for esta diferença, mais

preciso será o valor desejado para a velocidade escalar instantânea para o ponto. 19Ac:Br:Enc

Nos exemplos acima, notamos que não há causalidade ou iconicidade em todas elas, mas há uma sequência entre os eventos. Em (184), (185) e (186), os eventos são colocados, como diz Dancygier, um após o outro, isto é, em (184) por haver ouro na mina, isso permite que ele seja (ou não) tirado de lá; em (185) o ouvinte tem razão fazendo com que o falante se questione sobre isso e, por último, em (186) primeiro vem o interesse em calcular a velocidade e depois a ação de fazê-lo. Ou seja, um evento acontecendo após o outro (não em relação a tempo ou iconicidade, mas um deve acontecer para que o outro aconteça, e não os dois ao mesmo tempo).

Ainda assim, encontramos exemplos em que a iconicidade e a ordem temporal estejam presente:

(187) então fala " vamo - vamos almoçar comigo " então vocês " vamos " - eu teria que preparar um negócio bem - bem mais rápido né? - então eu iria pra casa - ia dar uma - vistoria na geladeira pra ver o que que tinha lá - e **supondo que** tivesse - carne né? faria - bife - com batatas porque sei que com certeza vocês iriam adorar batatas fritas * então - um bifezinho com batatinhas fritas um pouco de arroz - né? - 19Or:Br:LF:SP

(188) **Supondo que** se quisesse descobrir a classe mais provável (jogar ou não tênis) para a instância [Outlook=sunny, Temperature=cool, Humidity=high, Wind=strong], com base nos dados de treinamento, dever-se-ia proceder da seguinte forma: 19Ac:Br:Lac:Misc

Ambos os casos seguem uma ordem temporal e, portanto, são icônicos. Automaticamente, possuem sequencialidade. Ainda assim, é importante repetir que estes dois aspectos não são necessários para que se tenha sequencialidade em uma oração.

Contudo, o que realmente queremos demonstrar ao testar o parâmetro da sequencialidade é de que o *supondo que* funciona como um conector condicional que,

segundo Dancygier (1998), estabelece uma relação sequencial entre as orações subordinada e principal.

O próximo parâmetro diz respeito à natureza não-assertiva da oração condicional. Essa não assertividade, claro, é marcada também por tempos e modos verbais, mas, principalmente, pelo conector que introduz a oração condicional.

Segundo autoras como Dancygier (1998), Oliveira (2008) e Ferrari (2000), o conector condicional serve para mostrar que o conteúdo contido na oração subordinada não é concebido como real, mas precisa ser considerado. Em outras palavras, por meio do conector o falante concebe como incerta a situação condicionante, codificando um evento como não real, uma proposição como não verdadeira e um ato de fala como não assertivo.

Na análise dos dados, verificou-se ser esse o caso de *supondo que*. O conector sob exame origina-se do item lexical *supor* que em seu significado lexical veicula a noção de conjectura, suposição e hipótese. É exatamente traços desse significado que licenciam o sentido de condição. Ao introduzir uma oração com o *supondo que* o falante indica que o conteúdo que vem encaixado não pode ser considerado como real, como se observa na ocorrência:

(189) Vale lembrar que num grupo de consórcio, **supondo que** o prazo seja de 180 meses, não há perda de poder.

(<http://maringa.odiario.com/imoveis/2015/11/consorcio-ganha-adeptos-na-crise/1489594/>)

Vê-se aí que o sentido de hipótese é construído pelo próprio conector, que deixa como incerto todo conteúdo por ele escopado. Corrobora essa análise o fato de haver condicionais com *supondo que* no presente do indicativo, como se viu na descrição dos tempos e modos verbais. O presente do indicativo indica um evento factual, mas o conectivo anula essa factualidade, deixando o evento como incerto:

(190) **Supondo que** metade deste número é tirado dos importados depois do tráfico, temos que o número das pessoas livres reduzidas à escravidão é no Brasil nada menos de 700.000. (18:Patrocínio:Campanha)

- (191) Embora seja uma visão algo abstrata, o PER também pode ser lido como o número de anos que o investidor demoraria a recuperar o seu investimento. Por exemplo, **supondo que** uma empresa **tem** um lucro anual constante de 50 cêntimos por ação, e que cada papel custa 5 euros, então demoraria 10 anos até acumular 5 euros em lucros. O seu PER é, precisamente, 10.
http://economico.sapo.pt/noticias/per-baixo-continua-em-alta_237215.html

Sem a presença do conectivo *supondo que*, as orações expressam um fato real: “metade deste número é tirado dos importados depois do tráfico” e “uma empresa *tem* um lucro anual constante de 50 cêntimos por ação”. Entretanto, ao introduzir o *supondo que* no início das orações, estabelece-se a leitura não-assertiva recorrente nas orações condicionais, já que o evento, apesar de factual, passa a ser visto como provável e não certo de acontecer.

Outro critério relevante para o entendimento das condicionais, conforme aponta Dancygier (1998), é a ordem em que as orações aparecem. Sabe-se que existe a preferência para a condicional anteceder sua consequente, em razão da função de tópico que a condicional cumpre, o que revela a ordem icônica dos fatos relacionados na construção

Assim, para Dancygier (1998), a ordem das orações na moldura “*se p, (então) q*” deve ser investigada, uma vez que pode indicar a função da prótase dentro do esquema prototípico. A oração subordinada pode servir como tópico dessa construção, mostrando que ela funciona para demonstrar um conhecimento partilhado entre falante e ouvinte.

Entre dados analisados confirma-se a ordem preferida, uma vez que a maioria das orações introduzidas por *supondo que* ocorreram antepostas à oração consequente, formando, portanto, o esquema “*supondo que p, q*”. É o que mostram as seguintes ocorrências

- (192) Vamo dar alguns exemplos de como a Lei de Gauss pode ser utilizada. Primeiramente, vamos calcular o campo elétrico devido a uma carga puntiforme. **Supondo que** esta carga valha 1 Coulomb, utilizamos uma superfície gaussiana esférica de raio R para envolver a carga. 19Ac:Br:Enc

- (193) Você não vai lá e bebe glifosato. Não faz sentido. A OMS não tem nenhum dado novo. Não se fala da dose. É algo um pouco confuso. **Supondo que ele fosse banido**, os possíveis substitutos são ainda mais tóxicos. http://www.jornalfloripa.com.br/emcimadahora/site/?p=noticias_ver&id=20185

Vê-se, nas ocorrências, que o conteúdo compartilhado pela oração condicional já era de conhecimento do falante e do ouvinte. Nestes casos, a condicional atualiza a função de tópico de retomada, como descrito por Hirata (1999). Na ocorrência (192) acima, o falante retoma o tópico “carga puntiforme”, que havia sido introduzido na porção textual anterior sendo, portanto, um tópico compartilhado entre falante e ouvinte. Da mesma forma, no exemplo (193), o falante menciona o *glisofato* e, depois, introduz a oração condicional retomando o conteúdo na prótase: “*ele fosse banido*”.

A condicional posposta, embora menos frequente, também ocorre nos dados. Essa menor frequência pode ser explicada, conforme Hirata-Vale (2012), pelo fato de a anteposição favorecer a leitura de condicional. Para essa autora, a posposição parece manter a significação de *supondo que* mais próximo do valor de crença. Mesmo assim, no corpus aqui analisado verificou-se a existência de condicionais pospostas introduzidas por *supondo que*, como se ilustra a seguir:

- (194) a taxa de inadimplência irá triplicar, **supondo que 20% dos ARs retornem**. (<http://www.segs.com.br/economia/64617-efeito-da-lei-do-ar-15-659-15-pode-agravar-a-crise-piorando-ainda-mais-a-atividade-economica-com-a-estagnacao-do-credito.html>)

- (195) E, enquanto ele não possua o mesmo talento da Força como Rey, é claro que ele tem um futuro bem promissor como um Cavaleiro Jedi -- **supondo que ele se recupere dos ferimentos**. A menos que os pais do Finn sejam personagem familiares, não há muitos segredos sobre seu passado. <http://br.ign.com/star-wars-episodes-vii/13870/feature/nove-quadrinhos-de-star-wars-o-despertar-da-forca>

Veja-se aí que o enunciado constrói um raciocínio hipotético, atualizando, claramente, uma oração condicional. É importante também notar que, a partir dos dados

analisados, encontramos construções com o *supondo que* que se assemelham com o esquema prototípico “*se p, (então) q*”, formando o esquema “*supondo q, então q*”:

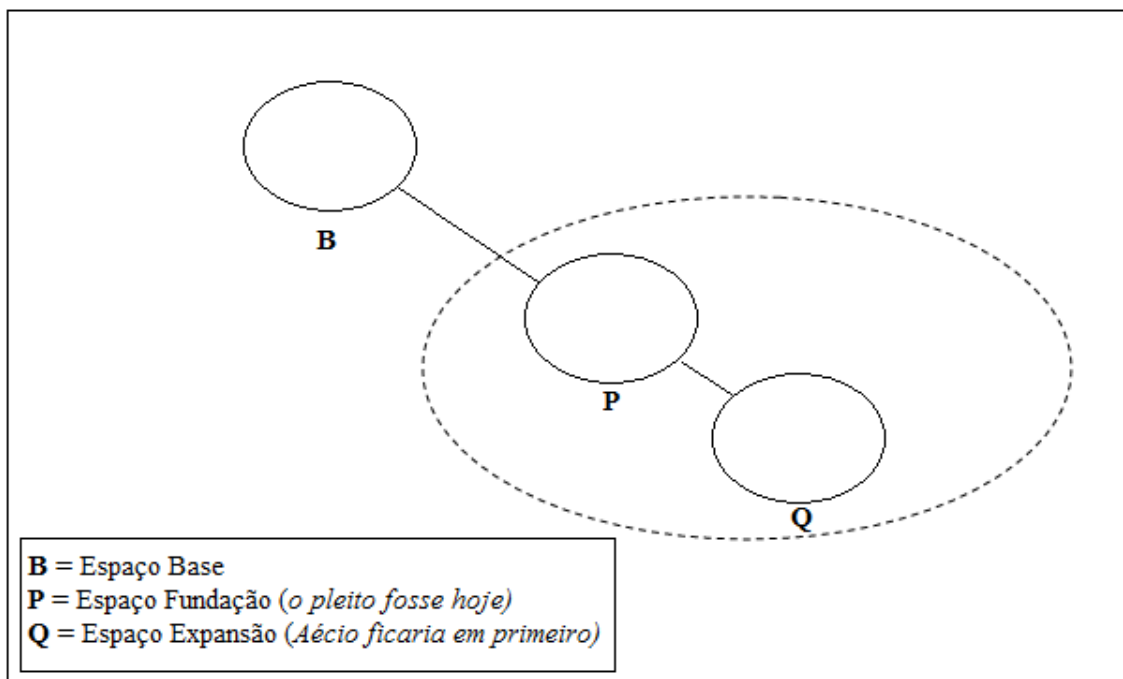
- (196) Embora seja uma visão algo abstrata, o PER também pode ser lido como o número de anos que o investidor demoraria a recuperar o seu investimento. Por exemplo, **supondo que** uma empresa tem um lucro anual constante de 50 cêntimos por ação, e que cada papel custa 5 euros, **então** demoraria 10 anos até acumular 5 euros em lucros. O seu PER é, precisamente, 10.
http://economico.sapo.pt/noticias/per-baixo-continua-em-alta_237215.html
- (197) **Supondo que** o estabelecimento seja um restaurante e a jornada de determinado cozinheiro termine às três horas da manhã, **então** ele só poderá voltar a trabalhar a partir das duas horas da tarde, ou seja, onze horas depois.
<http://folhanobre.com.br/2015/12/02/como-perder-uma-acao-trabalhista-em-5-minutos/11647>

Por fim, o último parâmetro discutido aqui trata do *supondo que* como introdutor de espaços mentais. A Teoria dos Espaços Mentais propõe que domínios e modelos cognitivos contribuem de diferentes maneiras para a construção do significado. Na construção dos Espaços Mentais, há o espaço base, o qual está associado à situação comunicativa do momento da enunciação. É a partir desse espaço base que outros espaços serão criados, a partir de pistas linguísticas denominadas construtores de espaços mentais. Essas pistas podem ser sintagmas preposicionais, morfemas modo-temporais e orações temporais e conjunções condicionais. Assim, acredita-se que o *supondo que* funciona como uma ferramenta de construção de espaços mentais.

Em uma oração condicional, tal como a estrutura “*se p, (então) q*”, a prótase é responsável por introduzir o espaço mental Fundação e a apódose representa o Espaço Expansão. É o que percebemos no exemplo abaixo em que a oração condicional é introduzida por *supondo que*:

- (198) **Supondo que** o pleito fosse hoje, Aécio ficaria em primeiro, com 46,4%
<http://www.regiaonordeste.com/portal/materias.php?id=127717>)

No exemplo (198), os espaços criados pela prótase e apódose constituem domínios alternativos em relação ao Espaço Base. Assim, a prótase introduzida por *supondo que* cria o Espaço Fundação, que por sua vez estabelece o enquadre referencial para a construção do Espaço Expansão (apódose). A representação diagramática para este exemplo é a seguinte:



Esse diagrama representa os espaços ativados pela construção condicional introduzida por *supondo que*. Assim, é a partir do Espaço Base que os espaços P e Q são criados. No Espaço Fundação, a prótase possibilita a introdução de um espaço mental que se torna uma condição suficiente para a ocorrência do evento no Espaço Expansão. Assim, retomado o exemplo (198), o conteúdo contido na prótase “o pleito fosse hoje” é configurado como uma situação a partir da qual se torna possível a realização da predição contida no Espaço Fundação “Aécio ficaria em primeiro”, sendo ambos espaços alternativos em relação ao Espaço Base.

Podemos notar que a ativação de espaços mentais nos exemplos que se seguem:

- (199) **Supondo que** o grupo de comunicação compre seus tablets pelo valor mais baixo, o usuário pagaria o preço do equipamento em 24 meses e meio,

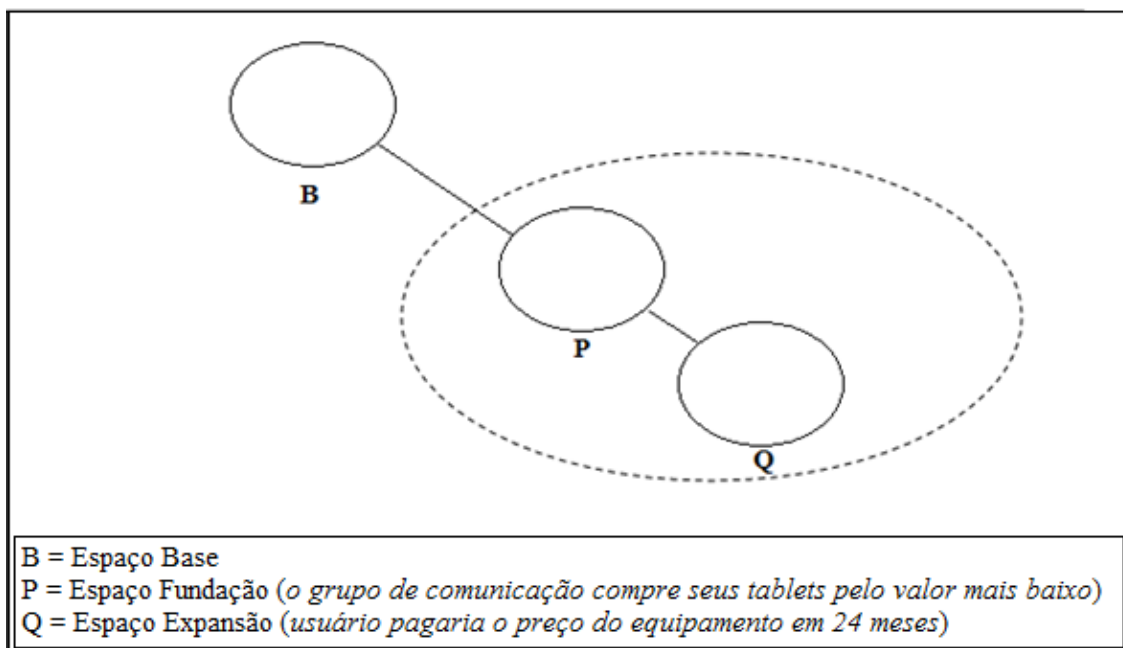
tendo em conta a diferença entre a assinatura tradicional e o novo modelo.

<http://www.baguete.com.br/noticias/04/11/2015/zh-assinatura-vem-com-tablet>

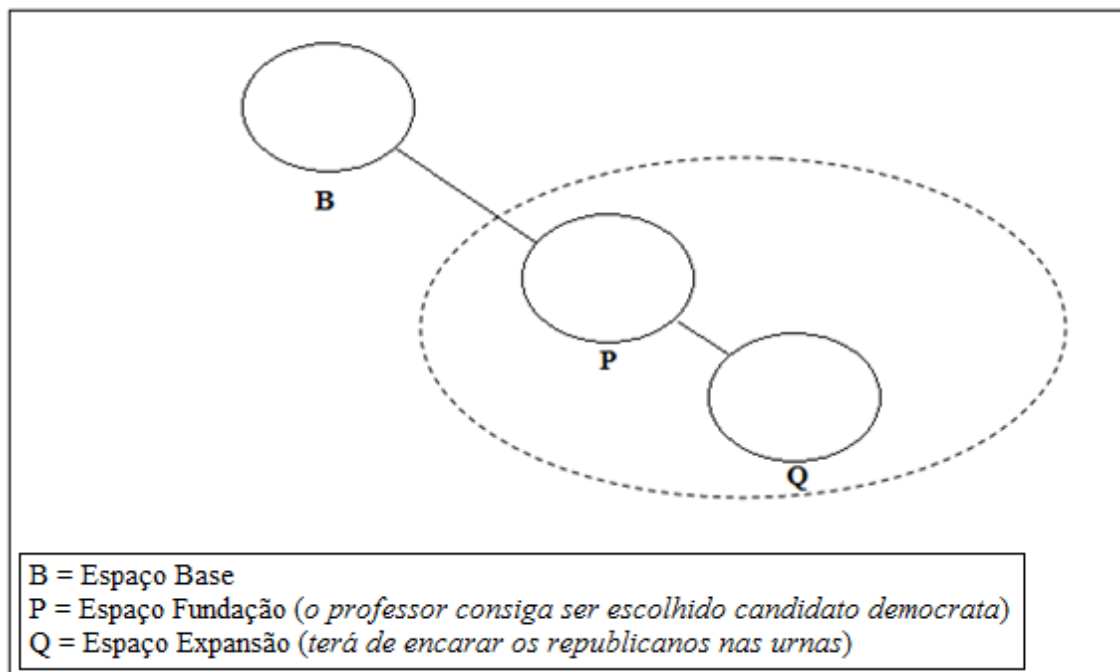
- (200) **Supondo que** o professor consiga ser escolhido candidato democrata, terá de encarar os republicanos nas urnas. <http://super.abril.com.br/ideias/meu-plano-de-governo-renunciar>

A partir do Espaço Base, criam-se dois espaços alternativos: o Espaço Fundação, que em (199) é criado pela oração “o grupo de comunicação compre seus tablets pelo valor mais baixo” e em (200) é criado pela oração “o professor consiga ser escolhido candidato a democrata”; e o Espaço Expansão, criado pela oração “usuário pagaria o preço do equipamento em 24 meses e meio” em (199) e pela oração “terá de encarar os republicanos nas urnas” em (200). Os diagramas dessas duas construções ficam representados das seguintes formas:

(199a)



(200a)



Pela análise dos dados realizada aqui, fica evidente que o *supondo que* pode sim ser analisado como um conector condicional. Primeiramente, a expressão atende aos critérios de Kortmann (1998) para ser tratado como conector: atua sobre uma oração adverbial finita, não se flexiona, posiciona-se fixamente à margem esquerda da oração. Aliado a esses critérios, testamos a não possibilidade de negação do termo e confirmamos a impossibilidade de se modificar por meio da negação o conector *supondo que*. Por outro lado, as orações por ele introduzidas expressam fortes traços de condicionalidade.

Desse modo, propõe-se considerar o conector condicional como uma conjunção condicional hipotética, definida em Oliveira (2008) como aquela em que se considera a realização/verdade/adequação pragmática da oração núcleo no caso da realização/verdade/adequação pragmática da oração condicional. Para essa autora, esse seria o tipo mais básico de significado condicional, em que nenhum outro valor ou restrição é agregado.

6. CONCLUSÃO

O objetivo principal deste trabalho foi analisar o conector *supondo que* no português brasileiro e as orações introduzidas por ele a fim de observar seu valor de conectivo condicional. Este trabalho considerou o Funcionalismo como base teórica por prezar como essencial para o estudo da língua a função dos elementos linguísticos dentro de uma situação efetiva de comunicação, descartando a ideia de uma sintaxe autônoma.

A hipótese inicial do presente trabalho era de que o *supondo que* ocupasse, em algumas situações, a função de conector, afastando-se do seu sentido original de predicado. Sabe-se que quando um termo de base verbal passa a realizar a função de conectivo, ocorre a perda de domínio do sujeito. Ou seja, não é o sujeito da oração que controla o termo que antes funcionava como predicado, mas a fonte de avaliação passa a ser o falante. A perda de domínio ocorre com o *supondo que*, que passa de sujeito correferencial na 3ª pessoa, para sujeito correferencial na 1ª pessoa, estágio que já demonstra subjetivização do termo, e termina com o uso do termo para demonstrar a avaliação do falante em relação à proposição comunicada, sem ser controlado pelo sujeito da oração.

Mostramos que as conjunções são, constantemente, renovadas no nosso vocabulário. O surgimento e desaparecimento de conjunções é um processo natural que mostra a necessidade do falante em encontrar novas palavras para exercer novas funções. Observamos, portanto, que *supondo que* desenvolve uma nova função a partir do seu significado original de *supor*, possibilitando uma leitura condicional nas orações em que se encontra.

As conjunções condicionais, como vimos na seção 3, oferecem uma condição para a realização do evento descrito na oração principal. A noção de condicionalidade, a qual está na base do significado condicional, aparece acompanhada de um conjunto de parâmetros que contribuem para a interpretação geral das orações condicionais, podendo variar do mais prototípico para o menos prototípico. Como mostramos neste trabalho, o *supondo que* encontra-se em processo de gramaticalização e funciona, em alguns casos, como conector condicional, descrevendo a leitura condicional da oração por meio do seu significado lexical original.

Para análise do nosso objeto de estudo, foram estabelecidos parâmetros pragmáticos e semânticos sobre estudos de conjunções, orações condicionais e condicionalidade com o objetivo de testá-lo como conector de orações condicionais. Após a coleta dos dados, o *supondo que* contido nas orações foram analisados e separados quanto a sua função de (i) predicado e de (ii) conector. As orações introduzidas por *supondo que* e que traziam uma leitura condicional foram analisadas em relação a: (i) possibilidade – ou não - de flexão do núcleo verbal da conjunção; (ii) posição em que *supondo que* se encontra na oração; (iii) atuação de *supondo que* em uma oração subordinada finita; (iv) viabilidade – ou não – para negação do *supondo que*; (v) não-factuality marcada pelo verbo da oração escapada por *supondo que*; (vi) postura epistêmica; (vii) causalidade entre as proposições relacionadas; (viii) sequencialidade entre as orações; (ix) não-assertividade marcada pelo conector; (x) posição da oração encaixada por *supondo que* e (xi) função do conector como construtor de espaços mentais.

Quando a mudança de *supondo que* começa a ocorrer, não apenas a perda de domínio do sujeito da oração é notada, mas tal como as demais conjunções, a impossibilidade de flexão, posição fixa na margem da cláusula, verbos finitos escapados pelo termo e impossibilidade de negação também ocorrem. Portanto, estes critérios testados confirmam o andamento de *supondo que* para a categoria das conjunções.

Durante a análise de *supondo que* como conector, observamos que quando esse funciona como tal, não pode ser flexionado, pois perdeu sua particularidade de verbo. Ao tentarmos mudar a posição do termo dentro da oração, percebemos não ser possível quando se trata de um conector, acarretando a agramaticalidade da oração. No que se refere à possibilidade de negação do termo, tal como qualquer outra conjunção, o *supondo que* não pode ser encontrado sob o escopo de negação. Apesar de não terem sido encontrados exemplos nos dados coletados, buscamos realizar a modificação do termo e, como o esperado, concluímos a impossibilidade de negação, pois ao colocarmos advérbios de negação no início da oração, ela se torna incoerente. Ainda segundo Kortmann (1996), o autor afirma que para considerarmos um termo como conjunção, ele deve estar presente em todas as modalidades da língua. Da mesma forma, as teorias de gramaticalização explicam que um termo completou seu estágio de gramaticalização quando passar a ser usado em todos os tipos de textos. Para tanto,

coletamos dados da língua escrita e da língua falada, sendo estes tanto de textos formais quanto de textos menos formais ou informais. Os resultados da análise mostraram que o uso do *supondo que* como conector alcançara todas as modalidades da língua, havendo um aumento do uso em todos os registros de textos.

Durante a fundamentação teórica e análise de dados, notamos que as formas verbais trazem muitas respostas nos estudos das conjunções. Primeiramente, observamos a partir dos estudos de Kortmann (1996) se o *supondo que* encontrava-se operando sobre uma oração subordinada finita. Este critério também foi confirmado e mostrou a preferência pelos verbos no modo subjuntivo. A primeira parte das análises revelou que o *supondo que* carrega consigo traços pertencentes à categoria das conjunções. O que confirmou a hipótese inicial desse trabalho.

Na segunda parte das análises, observamos se o termo seria capaz de criar uma leitura condicional na oração escopada por ele. Analisamos, portanto, os casos a partir de parâmetros estabelecidos por Dancygier (1998).

As formas verbais também constituíram um importante parâmetro para essa parte. Nas orações condicionais, a escolha do verbo pode indicar, além da referência temporal, leitura não-factual, marcação de não-assertividade e postura epistêmica. Na análise realizada com as orações escopadas por *supondo que* com valor condicional, observamos que a maioria das construções contém o verbo no modo subjuntivo, colaborando na compreensão não-assertiva da oração e algumas possuem verbos no modo indicativo – o que traz implicações positivas, pois favorecem o uso do conector com valor condicional ao depositar no *supondo que* a função de inferir uma leitura condicional. Observamos também que a escolha do modo subjuntivo ou indicativo interfere na postura epistêmica do falante (positiva, negativa ou neutra).

Segundo Dancygier (1998), as orações condicionais são marcadas por uma relação causal entre as proposições, a qual pode ter leituras diferentes do domínio em que ela atua, sendo eles de conteúdo, epistêmico e pragmático. Apesar de não parecer ser uma regra nos casos de orações condicionais marcadas pelo *supondo que*, constata-se que em alguns casos há a marcação de causalidade entre *p* e *q*. Contudo, essa relação não parece estar estabelecida em todos os casos. Assim, o valor condicional, que em primeira instância implica causalidade não preenchida entre dois enunciados (Neves, 1999), também não parece tão bem definido. Embora o *supondo*

que atue como um marcador de modalidade hipotética, de não assertividade, construindo um espaço mental alternativo em relação ao espaço base, ele não estabelece a causalidade entre *p* e *q* na maioria dos casos.

A sequencialidade, outro parâmetro observado durante as análises, marca a sequência temporal dos fatos e mostra que uma asserção é seguida por outra asserção. Este parâmetro foi notado nos casos em que o *supondo que* funciona como um conector condicional, pois o termo estabelece uma relação sequencial entre as orações subordinada e principal. Além disso, o conector é capaz de marcar a não-assertividade da oração que ele inicia, mostrando que o conteúdo contido na prótase precisa ser considerado. Os dados analisados com *supondo que* mostraram que o termo determina que o conteúdo escopado por ele deve ser lido como condição para validar o discurso subsequente (ou anterior). Vale lembrar que a escolha do verbo no subjuntivo colabora para tal leitura, contudo, como apontado neste trabalho, há casos em que o verbo se encontra no indicativo e, mesmo assim, estabelece-se uma leitura não-assertiva.

Outro parâmetro bastante estudado nas orações condicionais trata-se da posição da oração subordinada. Elas costumam ser analisadas a partir do esquema “se *p*, (então) *q*”, no qual a prótase precede a apódose. Esse esquema revela a função de tópico da prótase, ou seja, de informação dada que constitui uma moldura de referência em relação à apódose. A análise realizada com as orações escopadas por *supondo que* mostraram, em todos os casos, que o conteúdo compartilhado na prótase já fazia parte do conhecimento do falante e do ouvinte, portanto, funcionava como tópico da construção. A análise ainda mostrou que, em alguns casos, o uso de *supondo que* de assemelha ao esquema prototípico das condicionais: “*supondo que p*, (então) *q*”. Por fim, notamos que a oração iniciada pelo conector *supondo que* introduz o Espaço Fundação que servirá como validação para a realização do conteúdo da apódose, a qual se configura no Espaço Expansão. Assim, vimos que o *supondo que* parece funcionar tal como a estrutura “se *p*, (então) *q*” na criação de espaços mentais.

Assim, como mostrado pelos critérios e parâmetro analisados, o *supondo que* funciona como conector condicional, tal como as conjunções condicionais conhecidas pela gramática da nossa língua. Contudo, assim como discutido na seção 3, ele não pode ser considerado como equivalente à conjunção *se* ou com as demais conjunções condicionais, mas observamos que ele traz traços correspondentes à categoria. Notamos

também que a leitura condicional se deve à base lexical do termo, por isso assinalamos, nesse trabalho, a importância da distinção entre conjunções lexicais e gramaticais, estando o *supondo que* entre essas duas extremidades.

Espera-se, com este estudo, ter-se chegado a uma efetiva conclusão sobre o uso de *supondo que* como conector de valor condicional. As análises descritas capturam seu uso a partir dos parâmetros estabelecidos para o estudo do termo, as quais, de fato, constataram-se o caráter multifuncional de *supondo que*, o qual possui função original de predicado, mas que é capaz de inferir uma leitura condicional em orações subordinadas. Espera-se, também, que o presente trabalho contribua para estudos sobre conectores condicionais, multifuncionalidade de termos e que suscite demais investigações relacionadas ao termo *supondo que*, tal como os diferentes valores e leituras estabelecidos pelo conector.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. J. N. ; *A gramaticalização de 'embora': um caso prototípico*. VERBUM - Cadernos de Pós Graduação, v. 2, p. 39-53, 2013.

BARBOSA da SILVA, C. M. M. ; *Transitividade verbal: uma análise funcional das manifestações discursivas do verbo fazer*. Gragoatá (UFF), v. 17, p. 101-114, 2006

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

BEZERRA, W. S.; MEIRELES, F. A. R. Um estudo sobre construções condicionais no português do Brasil. In: MIRANDA, N. S.; SALOMÃO, M. M. M. (Org.). *Construções do português do Brasil: da gramática ao discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 150-177.

BUTLER, C. S. *Structure and function: a guide to three major structural functional theories*. Part 2: from clause to discourse and beyond. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2003.

BYBEE, J. *Language, usage and cognition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) *On conditionals*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 77-99, 1986.

CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon. 6ª Ed. 2013.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M.; BASTOS, S. D. G.; GONÇALVES, S.; GALVÃO, V. C. C. Uma investigação funcionalista da modalidade epistêmica. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Descrição do português: definindo rumos de pesquisa*. 1ed. Araraquara - SP: Cultura Acadêmica, , v. 01, p. 101-143, 2001.

DANCYGIER, B. *Conditionals and predication* (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DANCYGIER, B.; SWEETSER, E. *Mental spaces in grammar: conditional constructions*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

DAVIES, M.; FERREIRA, M. *Corpus do Português*. 2006. Disponível em: <http://www.corpusdoportugues.org>.

DECLERCK, R; REED, S. *Conditionals. A comprehensive empirical analysis*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2001.

DIK, S. C. *Theory of functional grammar*. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

FERRARI, L. V. ; *Postura Epistêmica, Ponto De Vista e Mesclagem em Construções Condicionais na Interação Conversacional*. Veredas (UFJF), Juiz de Fora, v. 3, n.4, p. 115-128, 1999.

FERRARI, L. V.. *Os Parâmetros Básicos Da Condicionalidade Na Visão Cognitivista*. Juiz de Fora: Veredas (UFJF), v. 4, n.6, p. 21-30, 2000.

FILLMORE, C. J. *Epistemic stance and grammatical form in English conditional sentences*. In: Ziolkowski, M.; Noske, M.; Deaton, K. (Org.) *Papers from the 26th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 137-162, 1990.

GONÇALVES, S. C. L. . *Gramaticalização de construções com o verbo 'parecer' no português brasileiro: de verbo pleno a satélite atitudinal..* Veredas (UFJF), Juiz de Fora, v. 8, n.1/2, p. 195-214, 2004.

HAIMAN, J. *Conditionals are topics*. *Language*, n. 54, p. 564-589, 1978.

HAIMAN, J. *The iconicity of grammar: isomorphism and motivation*. Language. n. 56, p. 515-540, 1980.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function In LYONS, J (Ed) *New horizons in linguistics* Harmondsworth Penguin Books, 1970.

HEINE, B. CLAUDI, U. HÜNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HENGEVELD, K. & MACKENZIE, J. L. *Functional Discourse Grammar: A typologically based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

HENGEVELD, K.; WANDERS, G. Adverbial conjunctions in Functional Discourse Grammar. In: HANNAY, M. & STEEN, G. (Ed.). *Structural-functional studies in English grammar*. Amsterdam: Benjamins. 2007.

HIRARAT-VALE, F. O conectivo complexo *supondo que*: história e uso. In: Débora de Carvalho Figueiredo; Adair Bonini; Maria Marta Furlanetto; Maria Ester Moritz. (Org.). *Sociedade, cognição e linguagem*. 1ed. Florianópolis: Editora Insular, p. 381-402, 2012.

HIRATA, F. B. M. *A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil*. Araraquara, Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, 1999.

HIRATA-VALE, F. *A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático*. Araraquara, 2005. (Tese de Doutorado)

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação* Trad Isidoro Blikstein e Jose Paulo Paes são Paulo Cultnx, Editora da USP, 1969.

KORTMANN, B. *Adverbial subordination: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages*. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, 1996.

LEHMANN, C. *Thoughts on grammaticalization*. 2nd. revised edition. Erfurt: University of Erfurt, 2002.

LENKER, U.; MEURMAN-SOLIN, A. (eds.), *Connectives in the History of English*. (CILT 283). Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, 2007.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. . Consideração sobre gramaticalização de conjunções na história do português. In: *VI Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CELSUL*, 2004, Florianópolis. Anais do VI Encontro do Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul - CELSUL, 2004a.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. . Considerações sobre gramaticalização de perífrases conjuncionais de base adverbial. Juiz de Fora: Veredas (UFJF), v. 8, p. 215-232, 2004b.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. ; *Gramaticalização de conjunções coordenativas: a história de uma conclusiva*. Gragoatá (UFF), Rio de Janeiro, v. 21, n.21, p. 59-72, 2006.

MARTELOTTA, M. E.. Conceitos de gramática. In: Martelotta, M.E. *Manual de Linguística*. São Paulo: Parábola, 2009.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S.A The structure of discourse and “subordination”. IN: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, p. 275-329, 1988.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Libraire Honoré Champion, 1948 [1912].

MOURA, F.; FARACO, C. *Gramática*. São Paulo. Editora Ática, 2003.

NEVES, M. H. M. *A gramática de usos é uma gramática funcional*. Alfa: Revista de Linguística (UNESP. Impresso), São Paulo, v. 41, p. 15-24, 1997a.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997b.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. . As construções condicionais. In: Maria Helena de Moura Neves. (Org.). *Gramática do Português Falado*. 2ª Ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. VII, p. 497-544, 2002.

NEVES, M. H. M. . *Uma visão geral da gramática funcional*. Alfa (ILCSE/UNESP), São Paulo, v. 38, p. 109-127, 1994.

NEVES, M. H. M. . As construções condicionais. In: NEVES, M. H. M. (Org.). *Gramática do português falado*. Novos estudos. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, v. VII, p. 497-544, 1999.

OLIVEIRA , T. P. *Conjunções condicionais no português*. Acta Scientiarum. Language and Culture, Maringá, v. 32, n. 2, p. 247-254, 2010.

OLIVEIRA, T. P. *As conjunções condicionais na Gramática Discursivo-Funcional*. In: ROSA, E. (Org.) *Funcionalismo linguístico: análise e descrição*. São Paulo. Contexto, 2012.

OLIVEIRA, T. P. *Conjunções adverbiais no português*. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 22, p. 45-66, 2014.

OLIVEIRA, T. P. . *As conjunções e orações condicionais no português do Brasil*. 2008 (Tese de Doutorado)

PÉREZ QUINTERO, M. J. *La subordinación adverbial en inglés: un enfoque funcional*. La Laguna, 445 f. Tese (Doutorado em Filologia Inglesa) – Facultad de Filología –Universidad de La Laguna, 1998.

PEZATTI, E. G.. *O advérbio 'então 'já se gramaticalizou como conjunção?* *Delta*. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 17, n.1, p. 81-95, 2001.

ROCHA, L. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. Ed. 26. Rio de Janeiro. 1985.

SWEETSER. E. E. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

THOMPSON, S. A.; LONGACRE, R. E.. Adverbial clauses. 1985. In: SHOPEN, T. (Eds). *Language typology and syntactic description: Complex constructions*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1985.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: A reassessment. In: DAVIDSE, K., VANDELANOTTE, L. & CUYCKENS, H., eds. *Subjectification, Intersubjectification, and Grammaticalization*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter. P. 29 -71, 2010.

TRAUGOTT, E. C. *On conditionals*. In: HAIMAN, J. (Ed). *Iconicity in Syntax*. Amsterdam: Benjamins, p. 289-307, 1985.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. São Paulo: Cortez, 1996.

VISCONTI, J. *Conditionals and Subjectification: Implications for a Theory of Semantic Change*. In: FISCHER, O.; NORDE, M.; PERRIDON, H. *Up and Down the Cline: The Nature of Grammaticalization*. Philadelphia and Amsterdam: John Benjamin Publishing Company, p. 169-192, 2004.

VISCONTI, J. *I connettivi condizionali complessi in italiano e in inglese*. Uno estudio contrastivo. Torino: Edizione dell'Orso, 2000.

VISCONTI, J. On English and Italian complex conditional connectives: matching features and implicatures in defining semanto-pragmatic equivalence. *Language Sciences*, v. 18 , n.2, p. 549-573, 1996.